



História do Movimento Operário e suas correntes

Secretaria Nacional de Formação – PSTU / LIT



Índice

Parte I – Marx e a AIT	p.3
1. Mensagem Inaugural da AIT 1864	
2. Resoluções do Congresso de Genebra 1866	
3. Resoluções do Congresso de Bruxelas 1868	
4. Karl Marx (1865) relatório lido ao CG da AIT publicado em Salário, preço e lucro	
5. Karl Marx – sinopse de um discurso ao CG da AIT em 1869 - preparação para o Congresso de Basileia	
6. A Comuna de Paris e a noção de estado – Bakunin (Locarno, de 5 a 23 de junho de 1871)	
7. Karl Marx, trechos de A Guerra Civil na França 1871	
8. Sinopse do discurso de Marx na Conferência de Londres de 1871[a novidade da Internacional]	
9. Sinopse do discurso de Marx na Conferência de Londres de 1871[sobre a ação política da classe trabalhadora]	
10. Normas Gerais da AIT, Congresso de Haia 1872	
11. Marx e Engels, Cisões Fictícias da Internacional 1872	
12. Marx, Engels, Lafargue, A Aliança da Democracia Socialista e a AIT, 1873	
13. Engels, Sobre a Autoridade, 1873	
14. Critica do Programa de Gotha, Marx, 1875.	
Parte II – O Reformismo na época imperialista	p.14
1. Rosa Luxemburgo: Reforma ou Revolução	
2. Lenin: A falência da Segunda Internacional	
3. Texto sobre Zimmerwald – Alícia Sagra	
4. Kautsky: A ditadura do proletariado	
5. Lenin: A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky	
Parte III – Formação da IC e seus Primeiros Congressos	p.24
1. Teses sobre o parlamentarismo (2º Congresso)	
2. 21 Condições (2º Congresso)	
3. Estrutura, método e Funcionamento (3º Congresso)	
4. Frente Única (4º Congresso)	
Parte IV – Triunfo da Contrarrevolução Stalinista.....	p.31
1. Revolução e Contrarrevolução na Alemanha	
2. Aonde Vai a França?	
3. Escritos sobre sindicato - Trotsky	
Parte V – Restauração e Vendaval Oportunista.....	p.38
1. Restauração e Revolução. Martin Hernandez – 2004	
2. Hegemonia e Estratégia Socialista – Por uma política democrática radical (Ernesto Laclau e Chantal Mouffe - 1987) - trechos	
3. Uma nova época, Daniel Bensaid - 1995	
4. Ensaio sobre a democracia e o socialismo – Carlos Nelson Coutinho - 2000	
5. Podemos - Chamado de fundação – Espanha (2014)	
6. O combate imprescindível aos partidos reformistas do XII congresso da LIT (2016)	
7. É progressista o fenômeno <i>Podemos</i> ? (Alejandro Iturbe - 2014)	
8. Manifesto de fundação: Começar de novo - Bloco de Esquerda-Portugal (1999)	
9. Manter a Geringonça também nas autárquicas? Em Luta (2017)	
10. Alternativa Democrática e Popular e o socialismo (1987)	
11. O programa da Revolução Democrática (1999)	
12. Carta ao Povo Brasileiro – 2002 Luís Inácio Lula da Silva	
13. Um partido à altura do povo brasileiro Ação Popular Socialista (APS-PSOL)	
14. Programa: Vamos com Boulos e Sonia (2018)	
15. Texto para discussão sobre neoreformismo - Zezoca	

Parte I: Marx e a AIT

Texto 1 - Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864)

“ Trabalhadores:

É um fato notável que a miséria das massas trabalhadoras não tenha diminuído de 1848 a 1864, não obstante ter sido este um período sem igual para o desenvolvimento da indústria e o crescimento do comércio. (...)

Após o fracasso das revoluções de 1848, todas as organizações e os jornais partidários das classes trabalhadoras no continente europeu foram esmagados pela mão de ferro da força, os filhos mais avançados do trabalho fugiram em desespero para a república transatlântica, e os sonhos efêmeros de emancipação desvaneceram-se diante de uma época de febre industrial, marasmo moral e reação política. (...) As descobertas de novas terras dotadas de reservas de ouro levaram a um êxodo imenso, deixando um vazio irreparável nas fileiras do proletariado britânico. Outros de seus membros, anteriormente ativos, foram fígados pelo suborno temporário de trabalho, convertendo-se em “furas-greves políticos”. Todos os esforços feitos para conservar ou remodelar o movimento cartista fracassaram fragorosamente; os órgãos de imprensa das classes trabalhadoras morreram um após o outro em decorrência da apatia das massas, e, de fato, nunca antes a classe trabalhadora inglesa pareceu tão absolutamente reduzida a um estado de nulidade política. Se, pois, não houve qualquer solidariedade de ação entre as classes trabalhadoras britânicas e continentais, houve, em todo o caso, uma solidariedade de derrota.

E no entanto, as Revoluções de 1848 não deixaram de apresentar seus aspectos compensadores. (...) Após uma luta de trinta anos, travada com a mais admirável perseverança, as classes trabalhadoras inglesas, aproveitando-se de uma cisão momentânea entre os senhores da terra e os senhores do dinheiro, conseguiram aprovar a Lei das Dez horas. (...) A maioria dos governos continentais teve de aceitar a Lei Fabril inglesa em formas mais ou menos modificadas. (...) Assim, a lei das Dez horas foi não só um grande sucesso prático, mas a vitória de um princípio; foi a primeira vez em que, em plena luz do dia, a economia política da classe média sucumbiu à economia política da classe trabalhadora.

Porém, estava por vir uma vitória ainda maior da economia política do trabalho sobre a economia política da sociedade. Referimo-nos ao movimento cooperativista, especialmente às fábricas cooperativas erguidas pelos esforços solitários de umas poucas “mãos” audazes. O valor desses grandes experimentos sociais não pode ser desprezado. Mostraram com atos, em vez de argumentos, que a produção em grande escala e em conformidade com as exigências da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões a empregar uma classe de mão de obra; que, para dar frutos, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados como um meio de dominação e de espoliação do operário; e que, tal como o trabalho escravo ou o trabalho servil, o trabalho contratado não é senão uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado, que executa sua tarefa com uma mão laboriosa, uma mente disposta e um coração alegre. Na Inglaterra, os germes do sistema cooperativo foram semeados por Robert Owen; os experimentos operários ensaiados no continente europeu foram, na verdade, os resultados práticos das teorias, não inventadas, mas proclamadas em alta voz em 1848.

Ao mesmo tempo, a experiência do período de 1848 a 1864 demonstrou, acima de qualquer dúvida, que, por mais excelente em princípio e útil na prática, o trabalho cooperativo, se mantido nos limites estreitos dos esforços casuais dos operários privados, jamais conseguirá deter o crescimento em progressão geométrica do monopólio, tampouco aliviara minimamente o fardo de suas misérias. É talvez por essa razão que nobres bem-falantes, tagarelas filantrópicos de classe média e mesmo perspicazes economistas políticos passaram de repente, e de maneira repugnantemente elogiosa, a valorizar o mesmo sistema de trabalho cooperativo que, em vão, haviam tentado descartar, desprezando-o como uma utopia de sonhadores ou estigmatizando-o como um sacrilégio de socialistas. Para salvar as massas industriais, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, ser promovido por meios nacionais. No entanto, os senhores da terra e os senhores do capital sempre usarão seus privilégios políticos para a defesa e a perpetuação de seus monopólios econômicos. Em vez de promover, eles continuarão a colocar todo o tipo de impedimentos no caminho da emancipação do trabalho. (...) A Câmara dos Comuns (...) é uma câmara dos proprietários fundiários.

Conquistar o poder político tornou-se, portanto, o grande dever das classes trabalhadoras. Elas parecem ter compreendido isso, pois na Inglaterra, na Alemanha, na Itália e na França ocorreram simultâneos restabelecimentos, e esforços concomitantes estão sendo atualmente realizados para a organização política do partido operário.

Um elemento de sucesso elas possuem: o número de seus membros. Mas essa quantidade só pesa na balança se esses membros são unidos por uma articulação comum e guiados pelo conhecimento. A experiência passada mostrou como a desconsideração desse elo de fraternidade, que deve existir entre os trabalhadores de diferentes países para que estes se mantenham firmes, apoiando-se mutuamente em todas as suas lutas emancipatórias, será castigada com a derrota de seus esforços desconexos. Foi com esse pensamento que trabalhadores de diferentes países reunidos em 28 de setembro de 1864 numa reunião pública no St Martins's Hall, resolveram fundar a Associação Internacional dos Trabalhadores.

Outra convicção motivou aquela reunião

Se a emancipação das classes trabalhadoras requer sua confluência fraternal, como eles poderão cumprir essa grande missão com uma política externa pautada por desígnios criminosos, exercida com base em preconceitos nacionais e que desperdiça o sangue e as riquezas do povo em guerras de pirataria? Não foi a sabedoria das classes dominantes, mas sim a resistência heroica que as classes trabalhadoras da Inglaterra impuseram à sua loucura criminosa o que salvou o oeste da Europa de mergulhar numa infame cruzada pela perpetuação e propagação da escravatura do outro lado do Atlântico. A insolente aprovação, fingida simpatia ou idiótica indiferença com que as classes altas da Europa testemunharam a fortaleza montanhosa do Cáucaso tornando-se presa na Rússia, que também assassinou a heroica Polônia; as imensas invasões, sem resistência, promovidas por esse poder bárbaro, cuja cabeça está em São Petersburgo e cujas mãos encontram-se em cada governo da Europa, ensinaram às classes trabalhadoras o dever de dominarem elas mesmas os mistérios da política internacional, de vigiarem as ações diplomáticas de seus respectivos governos, de confrontá-los, se necessário, por todos os meios a seu dispor; não podendo preveni-los de articularem denúncias simultâneas e reivindicarem que as mesmas leis simples da moral e da justiça, que deveriam governar as relações entre indivíduos privados, valham como as regras supremas do intercuro das nações.

A luta por tal política externa faz parte da luta geral pela emancipação das classes trabalhadoras.

Proletários de todos os países, uni-vos!”

Texto 2 - Resoluções do Congresso de Genebra (1866), Karl Marx

“(…)

Trabalho cooperativo

A Associação Internacional dos Trabalhadores tem como tarefa combinar e generalizar os movimentos espontâneos das classes trabalhadoras, mas não ditar ou impor um sistema doutrinário, seja ele qual for. O congresso deve, portanto, não proclamar um sistema especial de cooperação, mas limitar-se à enunciação de alguns princípios gerais.

- (a) Reconhecemos o movimento cooperativo como uma das forças transformadoras da atual sociedade baseado no antagonismo de classes. Seu grande mérito é mostrar na prática que o atual sistema empobrecedor e despótico da subordinação do trabalho ao capital pode ser superado pelo sistema republicano e beneficente da associação de produtores livres e iguais.
- (b) No entanto, restrito às formas nãicas nas quais os escravos assalariados individuais podem trabalhar por seus esforços privados, o sistema cooperativo jamais transformará a sociedade capitalista. Para converter a produção social num sistema amplo e harmonioso de trabalho livre e cooperativo são necessárias mudanças sociais gerais, mudanças das condições gerais da sociedade, que jamais podem ser realizadas a não ser pela transferência das forças organizadas da sociedade, isto é, do poder estatal, dos capitalistas e proprietários fundiários aos próprios produtores. (...)

Sindicatos: passado, presente e futuro

- (a) Passado

(…) Os sindicatos surgiram originalmente das tentativas espontâneas dos trabalhadores de eliminar – ou ao menos frear – essa competição, a fim de conquistar um contrato de trabalho cujos termos os elevem minimamente acima da condição de meros escravos. O objetivo imediato dos sindicatos limitou-se,

portanto, a necessidades cotidianas, a expedientes para a obstrução dos incessantes abusos do capital numa palavra, a questões de salários e tempo de trabalho. Essa atividade dos sindicatos é não só legítima como necessária. Ela não pode ser dispensada enquanto durar o atual sistema de produção pelo contrário, ela tem de ser generalizada pela formação e articulação de sindicatos em todos os países. No entanto, sem que eles mesmos percebessem os sindicatos formaram centros de organização da classe trabalhadora, tal como as municipalidades e comunas medievais o fizeram para a classe média. Se os sindicatos são necessários para as guerras de guerrilha entre o capital e o trabalho, eles são ainda mais importantes como agências organizadas para a superação do próprio sistema do trabalho assalariado e do domínio do capital.

(b) Presente

Concentrados com demasiada exclusividade nas lutas locais e imediatas contra o capital, os sindicatos ainda não entenderam plenamente seu poder de ação contra o sistema de escravidão assalariada. Por essa razão, mantiveram-se demasiadamente distantes dos movimentos sociais e políticos em geral. Nos últimos tempos, no entanto, eles parecem começar a adquirir alguma noção de sua grande missão histórica, como se nota, na Inglaterra, por sua participação no recente movimento político, pela sua função nos Estados Unidos e pela seguinte resolução, aprovada há pouco na grande conferência dos delegados sindicais em Sheffield: “Que essa Conferência, apreciando inteiramente os esforços realizados pela Associação Internacional para unir num elo comum de fraternidade os trabalhadores de todos os países, recomenda com a máxima veemência às várias sociedades aqui representadas que se filiem àquela organização, acreditando ser isso essencial para o progresso e a prosperidade de toda a comunidade trabalhadora.”

(c) Futuro

Para além de seus propósitos originais, eles devem agora aprender a agir deliberadamente como centros organizadores da classe operária no interesse mais amplo de uma emancipação total. Devem auxiliar todo movimento social e político que aponte nessa direção. Considerando a si mesmos e agindo como os paladinos e representantes da classe trabalhadora inteira, eles não podem deixar de alistar em suas fileiras os párias da sociedade. Devem defender cuidadosamente os interesses das atividades de pior remuneração, tais como os trabalhadores agrícolas, tornados impotentes por circunstâncias excepcionais. Devem convencer o mundo inteiro de que seus esforços, longe de serem estreitos e egoístas, visam à emancipação dos milhões de oprimidos.” (...)

Texto 3 – Resoluções do Congresso de Bruxelas (1868) Vários autores

“Sindicatos e greves

1. As greves não são um meio para a completa emancipação das classes trabalhadoras, mas uma necessidade frequente na situação efetiva da luta entre o trabalho e o capital.
2. Deve-se submetê-las a certas regras de organização, oportunidade e legitimidade.
3. Em ramos de atividade em que ainda não existem quaisquer sindicatos e sociedades beneficentes, é necessário cria-los. Os sindicatos de todos os ramos de atividade e de todos os países devem se articular. Em cada federação local deve-se criar um fundo destinado a apoiar as greves. Numa palavra, a obra realizada pela Associação Internacional de Trabalhadores deve ser continuada de modo a permitir a entrada massiva de trabalhadores na associação. (...)

Texto 4 – Karl Marx (1865) relatório lido ao CG da AIT publicado em Salário, preço e lucro

O clamor por uma igualdade de salários baseia-se, portanto, num engano; é um desejo vão, que jamais será realizado. É um produto daquele radicalismo falso e superficial, que aceita premissas e tenta fugir das conclusões. Sobre a base do sistema de trabalho assalariado, o valor da força de trabalho é estabelecido como o de qualquer outra mercadoria; e como diferentes tipos de forças de trabalho têm diferentes valores, ou requerem diferentes quantidades de trabalho para sua produção, eles devem lançar diferentes preços no mercado de trabalho. Clamar por uma retribuição igual, ou mesmo equitativa sobre a base do sistema de trabalho assalariado é o mesmo que clamar por liberdade sobre a base do sistema escravagista. O que pensamos ser justo ou equitativo está fora de questão. (...)

Tendo mostrado que tanto a resistência periódica da parte dos trabalhadores contra uma redução dos salários como suas tentativas periódicas de obter um aumento salarial são inseparáveis do sistema de trabalho

assalariado e ditadas pelo próprio fato de o trabalho ser assimilado a mercadorias e, assim, estar sujeito às leis que regem o movimento geral dos preços; tendo, além disso, mostrado que um aumento geral dos salários resultaria numa queda na taxa geral do lucro, mas não afetaria os preços médios das mercadorias ou seus valores, surge agora a questão, enfim, de em que medida, nessa luta incessante entre o capital e o trabalho, este último poderá ser bem-sucedido.

(...) Essas poucas indicações bastam para mostrar que o próprio desenvolvimento da indústria moderna deve progressivamente favorecer o capitalista em detrimento do trabalhador, e que conseqüentemente a tendência geral da produção capitalista é não aumentar, mas diminuir o nível médio dos salários, ou empurrar o valor do trabalho mais ou menos para seu limite mínimo. Sendo essa a tendência das coisas nesse sistema, isso significa dizer que a classe trabalhadora deveria renunciar sua resistência contra as ingerências do capital e abandonar suas tentativas de obter o melhor resultado possível das chances ocasionais de que dispõe para obter uma melhoria temporária? Se o fizesse, ela se degradaria a uma massa informe de homens famintos e arrasados, sem possibilidade de salvação. Creio haver demonstrado que as lutas da classe operária pelo padrão dos salários são incidentes inseparáveis do conjunto do sistema de trabalho assalariado, que, em 99% dos casos, seus esforços para elevar os salários são apenas esforços destinados a manter o valor dado do trabalho e que a necessidade de disputar seu preço com o capitalista é inerente à condição dos operários de ter de vender a si mesmos como mercadorias. Caso cedessem covardemente em seu conflito diário com o capital, eles certamente se desqualificariam para a iniciativa de qualquer movimento de maior envergadura.

Ao mesmo tempo, e abstraindo totalmente da servidão geral que o sistema de trabalho assalariado implica, as classes trabalhadoras não devem exagerar para si mesmas o resultado final dessas lutas diárias. Não devem esquecer que estão lutando contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que estão aplicando paliativos, mas não curando a doença. Não devem, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por essas inevitáveis lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado. Elas devem entender que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõe, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema conservador; “*Um salário justo por uma jornada de trabalho justa!*”, devem inscrever em sua bandeira a divisa revolucionária: “*Abolição do sistema de trabalho assalariado!*”

Texto 5 – Karl Marx , sinopse de um discurso de Marx ao CG da AIT em 1869, preparação para o Congresso da Basileia

A classe trabalhadora, que nada tem a herdar, não tem interesse nenhum na questão.

A Aliança Democrática propõe começar a revolução social com a abolição do direito de herança. Ele [Marx] pergunta se isso seria adequado.

A proposta não é nova. Saint-Simon a havia levantado em 1830.

Como medida econômica, ela não seria de nenhum proveito. Só causaria uma irritação tão grande que certamente provocaria uma oposição quase invencível, levando inevitavelmente à reação. Se tal medida fosse proclamada no momento de uma revolução, ele não acredita que o estado geral de inteligência conseguiria sustenta-la. Além disso, se a classe trabalhadora tivesse poder suficiente para abolir o direito de herança, ela seria poderosa o suficiente para efetuar a desapropriação que seria um processo muito mais simples eficiente.

Abolir o direito de herança da terra na Inglaterra envolveria as funções hereditárias conectadas à terra, a Câmara dos Lordes, etc., e 15 mil lordes e 15 mil ladies teriam de morrer antes que suas terras estivessem disponíveis. Se, ao contrário, um parlamento operário decretasse que a renda deve ser paga ao tesouro, em vez de ao proprietário fundiário, o governo obteria um fundo imediatamente, sem qualquer perturbação social, ao passo que abolindo o direito de herança tudo seria perturbado e nada obtido.

A meta de nossos esforços deve ser a de que nenhum instrumento de produção seja propriedade privada. A propriedade privada nessas coisas é uma ficção, já que os proprietários não podem usá-las eles próprias; eles forçam outras pessoas a trabalhar para eles (...). Todos os meios de trabalho devem ser socializados, de modo que todo homem detenha o direito e os meios de exercer sua força de trabalho. Se tivéssemos tal estado de coisas, o direito de herança seria inútil. Enquanto não o tivermos, o direito familiar de herança não poderá ser abolido. O principal objetivo das pessoas, ao poupar para os seus filhos, era assegurar-lhes os meios de subsistência. Se as crianças fossem sustentadas por alguém após a morte dos pais, estes não precisariam se preocupar com deixar para elas algo com que se manter, mas enquanto este não for o

caso, essa medida resultaria apenas em sofrimentos, irritaria e amedrontaria as pessoas e não traria benefício algum. Em vez de o começo, ela poderia ser apenas o fim da revolução social. O começo tem de ser a obtenção dos meios de socializar os meios de trabalho.

(...) Já temos os atributos sobre a herança; tudo o que temos a fazer é aumenta-los, torna-los progressivos, assim como o imposto de renda, deixando isento os pequenos valores, por exemplo, de 50 libras. É apenas neste sentido que a questão interessa à classe trabalhadora.

Tudo o que se relaciona com o presente estado de coisas precisa ser transformado, mas se os testamentos fossem suprimidos, seriam substituídos por doações durante a vida, razão pela qual é melhor tolerá-lo sobre certas condições do que fazer pior. (...)

Se o estado tivesse o poder de se apropriar da terra, a herança desapareceria. Declarar a abolição da herança seria uma tolice. Quando ocorrer uma revolução, a expropriação poderá ser realizada; se não há poder para fazê-lo, então o direito de herança não será abolido.

Texto 6 – A Comuna de Paris e a noção de estado – Bakunin (Locarno, de 5 a 23 de junho de 1871)

(...) Os comunistas acreditam dever organizar as forças operárias para se apossar da potência política dos Estados; os socialistas revolucionários se organizam levando em consideração a destruição, ou, se o que se quer é uma expressão mais cortês, levando em consideração a liquidação dos Estados. Os comunistas são partidários do princípio e da prática da autoridade; os socialistas revolucionários só confiam na liberdade.

(...) O socialismo revolucionário acaba de tentar uma primeira manifestação brilhante e prática na Comuna de Paris.

Sou um partidário da Comuna de Paris, que, por ter sido esmagada, sufocada em sangue pelos verdugos da reação monárquica e clerical, não por isso deixou de se fazer mais vivaz, mais poderosa na imaginação e no coração do proletariado da Europa; sou seu partidário em grande parte porque foi uma negação audaz, bem pronunciada, do Estado.

Texto 7 – Karl Marx, trechos de “A Guerra Civil na França”, aprovado pelo CG da AIT em 1871

Na aurora de 18 de março de 1871, Paris despertou com o estrondo: “Viva a Comuna” Que é a Comuna, essa esfinge tão atordoante para o espírito burguês? “Os proletários de Paris” dizia o Comitê Central em seu manifesto de 18 de março “em meio a fracassos e às traições das classes dominantes, compreenderam que é chegada a hora de salvar a situação tomando em suas próprias mãos a direção dos negócios públicos (...) Compreenderam que é seu dever imperioso e seu direito absoluto tornarem-se donos de seus próprios destinos, tomando o poder governamental”.

Mas a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela se servir para fins próprios. (...)

(...) Paris pode resistir unicamente porque, em consequência do assédio, livrou-se do exército e o substituiu por uma Guarda Nacional, cujo principal contingente consistia de operários. Esse fato tinha, agora, de se transformar numa instituição duradoura. Por isso, o primeiro decreto da Comuna ordenava a supressão do exército permanente e sua substituição pelo povo armado.

A Comuna era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros era naturalmente formada de operários ou representantes incontestáveis da classe operária. A Comuna devia ser não um corpo parlamentar, mas um órgão de trabalho, executivo e legislativo ao mesmo tempo. Em vez de continuar a ser o agente do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de seus atributos políticos e convertida num agente da comuna, responsável e substituível a qualquer momento. O mesmo foi feito em relação aos funcionários de todos os outros ramos da administração. (...) As funções públicas deixaram de ser propriedade privada dos fantoches do governo central. Não só a administração municipal como toda iniciativa exercida até então pelo Estado foram postas nas mãos da Comuna. (...)

A Comuna de Paris, é claro, devia servir como modelo para todos os grandes centros industriais da França. Uma vez que o regime comunal estava estabelecido em Paris e nos centros secundários, o antigo governo centralizado também teria de ceder lugar nas províncias ao autogoverno dos produtores. No singelo

esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, consta claramente que a comuna deveria ser a forma política até mesmo das menores aldeias do país (...)

(...) As poucas porém importantes funções que ainda restariam para um governo central não seriam suprimidas, como se divulgou caluniosamente, mas desempenhadas por agentes comunais e, portanto, responsáveis. A unidade da nação não seria quebrada, mas, ao contrário, organizada por meio de uma constituição comunal e tornada realidade pela destruição do poder estatal, que reivindicava ser a encarnação daquela unidade, independente e situado acima da própria nação, da qual ele não passava de uma excrescência parasitária. (...)

(...) Eis o verdadeiro segredo da Comuna: ela era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a cabo a emancipação econômica do trabalho.

A não ser sob essa última condição, o regime comunal teria sido uma impossibilidade e um logro. A dominação política dos produtores não pode coexistir com a perpetuação de sua escravidão social. A Comuna, portanto, devia servir como alavanca para desarraigar o fundamento econômico de classe. Com o trabalho emancipado, todo homem se converte em trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe. (...)

Texto 8 - Sinopse do discurso de Marx na Conferência de Londres de 1871

(...) O último movimento foi a Comuna, o maior já criado, e sobre isso não pode haver dúvidas: a Comuna é a conquista do poder político pelas classes trabalhadoras. Há muitas incompreensões a cerca da Comuna. A comuna não pode instaurar uma nova forma de governo de classe. Ao destruir as condições existentes de opressão por meio da transferência de todos os meios de trabalho ao trabalhador produtivo, e assim forçando todo indivíduo – corporalmente apto – a trabalhar para viver, a única base para o domínio de classe e a opressão serão eliminadas. Mas antes que se possa operar tal mudança, será necessária uma ditadura proletária, e a primeira condição para isso é um exército proletário. É no campo de batalha que as classes trabalhadoras terão de conquistar o direito de emancipar a si mesmas. A tarefa da Internacional é organizar e combinar as forças do trabalho para a luta que virá.

Texto 9 - Karl Marx, sinopse do discurso de Marx, 1871, Conferência de Londres

Em quase todos os países, certos internacionalistas, baseando-se nas truncadas normas adotadas no congresso de Genebra, disseram que não há em nossos estatutos qualquer obrigação de se engajar na ação política [e] promoveram a propaganda em favor da abstenção política, que os governos tiveram o cuidado de não interromper. (...)

Mas a tribuna é o melhor instrumento de publicidade [e] não se deveria jamais crer que ter trabalhadores no Parlamento é algo de pouca importância. Se por um lado suas vozes são abafadas, como no caso de De Potter e Castian, ou se eles são expulsos como no caso de Manuel, as represálias e repressões exercem um profundo efeito sobre o povo. Se, por outro lado, lhes é permitido falar do alto da tribuna parlamentar, como o fazem Bebel e Liebknecht, o mundo inteiro lhes ouve. Tanto num caso como noutro, nossos princípios ganham enorme divulgação. Para dar apenas um exemplo: quando, durante a guerra [franco-prussiana] travada na França, Bebel e Liebknecht apontaram a responsabilidade da classe trabalhadora diante daqueles eventos, toda a Alemanha foi sacudida: e mesmo em Munique, a cidade onde só ocorrem revoluções em razão do preço da cerveja, houve grandes demonstrações exigindo o fim da guerra – as quais, em Munique, angariaram muitos trabalhadores para a Associação Internacional.

Se os governos nos são hostis, é preciso responder a eles com todos os meios de que dispomos e lançar uma cruzada geral contra eles. Colocar trabalhadores no Parlamento é sinônimo de uma vitória sobre os governos, mas é preciso escolher os homens certos (...).

(...) A Associação sempre pediu, e já há muito tempo, que os trabalhadores se ocupassem com a atividade política.

Texto 10 – Normas gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores – Karl Marx e Friedrich Engels – modificação das Normas Provisórias da Associação, de 1864, com a inclusão do artigo 7a, aprovado pelo Congresso de Haia em 1872

(...)

Artigo 7a – Em sua luta contra o poder reunido das classes possuidoras, o proletariado só pode se apresentar como classe quando constitui a si mesmo num partido político particular, o qual se confronta com todos os partidos precedentes formados pelas classes possuidoras.

Essa unificação do proletariado em partido político é indispensável para assegurar o triunfo da revolução social e de seu fim último – a abolição das classes.

A união das forças dos trabalhadores, que já é obtida mediante a luta econômica, precisa se tornar, nas mãos dessa classe, uma alavanca em sua luta contra o poder político de seus exploradores. Porque os senhores da terra e do capital se servem de seus privilégios políticos para proteger e perpetuar seus monopólios econômicos, assim como para escravizar o trabalho. A conquista do poder político converte-se assim numa grande obrigação do proletariado. (...)

Texto 11 - Karl Marx e Friedrich Engels, Cisões Fictícias da Internacional, 1872, assinado pelo CG

(...) De acordo com o artigo 1 de seus estatutos, a Associação Internacional dos trabalhadores admite *“todas as sociedades operárias que perseguem o mesmo fim, a saber, a proteção, o avanço e a emancipação completa das classes trabalhadoras”* (...)

Consequentemente, não compete ao Conselho Geral submeter o programa da Aliança a um exame crítico (...) O que temos de perguntar é apenas se sua meta geral não está em conflito com a meta geral da Associação Internacional de Trabalhadores, a saber, a completa emancipação da classe trabalhadora. Há uma frase em seu programa que deixa em aberto essa objeção. Ela se encontra [no] artigo 2: “A Aliança, busca acima de tudo, a equalização política, econômica e social das classes”

A “equalização das classes”, interpretada de maneira literal, resulta na “harmonia entre capital e trabalho”, tão persistentemente pregada pelos socialistas burgueses. Não é a logicamente impossível “equalização das classes”, mas a historicamente necessária “abolição das classes” o verdadeiro segredo do movimento proletário, que constitui o grande objetivo da Associação Internacional dos Trabalhadores (...)

A primeira fase da luta do proletariado contra a burguesia é marcada por um momento sectário. Isso é lógico num momento em que o proletariado ainda não se desenvolveu suficientemente para agir como uma classe. Certos pensadores criticam os antagonismos sociais e sugerem soluções fantásticas, que a massa dos trabalhadores acaba por aceitar, divulgar e pôr em prática. As seitas formadas por esses fundadores são abstencionistas por sua própria natureza – isto é, alheias a toda ação real: política, greves, coalizões ou, numa palavra, a todo movimento unido. A massa do proletariado permanece sempre indiferente ou mesmo hostil à sua propaganda. Os trabalhadores de Paris e Lyon não queriam os saint-simonistas, os fourieristas e os icarianos, assim como os cartistas e os trade unionistas ingleses não queriam os owenistas. Essas seitas atuam como alavancas do movimento no início, mas se tornam um estorvo assim que o movimento os ultrapassa; depois disso, eles se tornam reacionários. Prova disso são as seitas na França e na Inglaterra – e mais tarde, os lassalianos na Alemanha, que, depois de estorvar a organização do proletariado por muitos anos, acabaram convertendo-se em simples instrumentos da polícia. Em resumo, temos aqui a infância do movimento proletário, assim como a astrologia e a alquimia foram a infância da ciência. Para que a Internacional fosse fundada, foi necessário que o proletariado superasse essa fase. (...)

Texto 12 – Karl Marx, Friedrich Engels e Paul Lafargue “A Aliança da Democracia Socialista e a Associação Internacional dos trabalhadores” 1873

(...) Vejamos agora o programa dele [de Bakunin].

“(…) Como grito de paz aos trabalhadores, de liberdade a todos os oprimidos e de morte aos dominadores, exploradores e patrões de todo tipo, queremos destruir todos os Estados e todas as igrejas, com todas as suas instituições e leis religiosas, políticas, jurídicas, financeiras, policiais, universitárias, econômicas e sociais, para que todos esses milhões de pobres seres humanos, ludibriados, subjugados, explorados, libertos de todos os seus diretores e benfeitores oficiais e oficiosos, essas associações e indivíduos possam, enfim, respirar com uma liberdade completa” (...)

O primeiro ato da revolução deve ser o de decretar a abolição do Estado, como Bakunin fez em 28 de setembro em Lyon, ainda que essa abolição do Estado seja necessariamente um ato autoritário. Por Estado ele entende todo poder político, revolucionário ou reacionário, *“pois pouco nos importa que essa autoridade se chame igreja, monarquia, Estado constitucional, república burguesa ou mesmo ditadura revolucionária. Nós as detestamos e as rejeitamos todas igualmente como as fontes infalíveis da exploração e do despotismo”*. E ele declara que todos os revolucionários que, no dia seguinte à revolução, queiram *“a construção do Estado revolucionário”*, são bem mais perigosos que todos os governos existentes, e que *“nós, a fraternidade internacional, somos os inimigos naturais desses revolucionários”*, pois desorganizar a revolução é o primeiro dever da fraternidade internacional. (...)

Sigamos, no entanto, o evangelho anarquista até suas consequências. Suponhamos o Estado abolido por decreto. Segundo o artigo 6, as consequências desse ato serão: a falência do Estado, a interrupção do pagamento das dívidas privadas pela intervenção do Estado, a interrupção do pagamento de todo imposto e de toda contribuição, a dissolução do exército, da magistratura, da burocracia, da polícia e do clero (!); a abolição da justiça oficial, acompanhada de um auto de todos os títulos de propriedade e de toda a papelada jurídica e civil, a confiscação de todos os capitais produtivos e instrumentos de trabalho em favor das associações operárias e a aliança dessas associações que *“constituirá a comuna”*. Essa comuna dará aos indivíduos assim despojados o estritamente necessário, deixando-os livres para que possam ganhar mais pelo seu próprio trabalho.

Os acontecimentos de Lyon provaram que o simples decreto da abolição do Estado está longe de bastar para o cumprimento de todas essas belas promessas (...)

(...) Em 28 de setembro, no dia de sua chegada, o povo havia ocupado a prefeitura municipal. Bakunin se instalou ali: então chegou o momento crítico, o movimento esperado desde há muitos anos, no qual Bakunin pode realizar o ato mais revolucionário que o mundo já viu – ele decretou a *“abolição do Estado”*. Mas o Estado, sob a forma e a espécie de duas companhias de guardas nacionais burgueses, entrou por uma porta que os ocupantes haviam se esquecido de resguardar, esvaziou a sala e forçou Bakunin a tomar as pressas o cominho de volta para Genebra.

Texto 13 – Engels, Sobre a autoridade. 1873

Alguns socialistas abriram, nestes últimos tempos, uma campanha em regra contra aquilo a que chamam ‘o princípio da autoridade’. Basta dizer-lhes que este ou aquele ato vem de uma autoridade para que o condenem. Abusam de tal modo desta maneira sumária de proceder que é preciso examinarmos a coisa mais atentamente. Autoridade, no sentido próprio da palavra, quer dizer: imposição da vontade de outrem sobre a nossa; e, por outro lado, autoridade supõe subordinação. Ora, na medida em que estas duas palavras soam mal e que a relação que representam é desagradável para a parte subordinada, trata-se de saber se há meio de passar sem elas e se - dadas as atuais condições da sociedade - poderemos dar à vida um outro estado social no qual essa autoridade não tenha mais razão de existir e onde, por conseguinte, deva desaparecer.

Examinando as condições econômicas, industriais e agrícolas que estão na base da atual sociedade burguesa, verificamos que tendem a substituir cada vez mais a ação isolada pela ação combinada dos indivíduos. A indústria moderna substituiu as pequenas oficinas de produtores isolados pelas grandes fábricas e oficinas onde centenas de operários vigiam máquinas complexas movidas pelo vapor; os carros e as camionetas nas grandes estradas são suplantados pelos comboios nas vias férreas, tal como as pequenas escunas e faluas à vela o foram pelos barcos a vapor. A própria agricultura caiu pouco a pouco no domínio da máquina e do vapor, os quais substituem lenta, mas inexoravelmente, os pequenos proprietários pelos grandes capitalistas que cultivam com a ajuda de operários assalariados grandes superfícies de terrenos. Em todo o lado a ação independente dos indivíduos é substituída pela ação combinada, a complicação dos processos interdependentes. Mas, quem diz ação combinada, diz organização; ora, é possível a organização sem a

autoridade? Suponhamos que uma revolução social tenha destronado os capitalistas que presidem agora a produção e a circulação das riquezas. Suponhamos, para nos colocarmos por completo no ponto de vista dos antiautoritários, que a terra e os instrumentos de trabalho se tornaram a propriedade coletiva dos trabalhadores que os empregam. A autoridade terá desaparecido ou terá pura e simplesmente mudado de forma? Vejamos. Tomemos por exemplo uma fiação de algodão. O algodão deve passar pelo menos por seis operações sucessivas antes de ser reduzido a fio, operações que se fazem, na sua maioria, em salas diferentes. Além disso, para manter as máquinas em movimento, é preciso um engenheiro que vigie a máquina a vapor, mecânicos para as reparações cotidianas e numerosos serventes que transportem os produtos de uma sala para a outra, etc. Todos estes operários, homens, mulheres e crianças são obrigados a começar e a acabar o seu trabalho a horas determinadas pela autoridade do vapor que não se importa com a autonomia individual. É preciso, pois, primeiramente, que os operários se entendam quanto às horas de trabalho, e que essas horas, uma vez fixadas, se tornem a regra para todos, sem nenhuma exceção. Depois, em cada uma das salas e constantemente, surgem questões de detalhe sobre o modo de produção, sobre a distribuição dos materiais, etc., questões que é preciso resolver imediatamente, sob pena de ver parar toda a produção; quer se resolvam pela decisão de um delegado proposto por cada ramo de trabalho, ou, se possível, pelo voto da maioria, a vontade individual deve sempre subordinar-se; quer isto dizer que as questões serão resolvidas autoritariamente. O mecanismo automático de uma grande fábrica é bem mais tirânico do que alguma vez o conseguirão ser os pequenos capitalistas que empregam os operários. (...). Se, pela ciência e pelo seu gênio inventivo, o homem submeteu as forças da natureza, estas se vingam submetendo-o, já que delas se usa, a um verdadeiro despotismo independente de qualquer organização social. Querer abolir a autoridade na grande indústria, é querer abolir a própria indústria, é destruir a fiação a vapor para voltar à roca de fiar. Tomemos, como outro exemplo, a estrada de ferro. Também aí, a cooperação de uma infinidade de indivíduos é absolutamente necessária, cooperação que deve ter lugar em horas bem precisas para que não ocorram desastres. Também aí, a primeira condição para o seu uso é uma vontade dominante que resolva todas as questões subordinadas, vontade representada quer por um único delegado, quer por um comitê encarregado de executar as decisões de uma maioria de interessados. Num ou noutro caso, há uma autoridade muito pronunciada. Mas, o que é mais: que aconteceria ao primeiro comboio que partisse caso se abolisse a autoridade dos empregados da estrada de ferro sobre os senhores passageiros? Porém, a necessidade da autoridade, e de uma autoridade imperiosa, não pode ser mais evidente que num navio em alto mar. Aí, no momento do perigo, a vida de todos depende da obediência instantânea e absoluta de todos à vontade de um único. Quando avanço tais argumentos contra os mais furiosos antiautoritários, estes não sabem o que responder: "Ah! Isso é verdade, mas o que damos aos delegados não é uma autoridade, mas sim uma missão!". Estes senhores julgam ter mudado as coisas quando só mudaram os nomes. Eis como estes profundos pensadores gozam com as pessoas. Acabamos, pois de ver que, por um lado, certa autoridade, atribuída não importa como, e, por outro lado, certa subordinação são coisas que, independentemente de toda a organização social, se impõem a nós devido às condições nas quais produzimos e fazemos circular os produtos. Vimos, além disso, que as condições materiais de produção e da circulação se complicam inevitavelmente com o desenvolvimento da grande indústria e da grande agricultura e tendem cada vez mais a estender o campo dessa autoridade. É, pois, absurdo falar do princípio da autoridade como de um princípio mau em absoluto, e do princípio da autonomia como de um princípio bom em absoluto. A autoridade e a autonomia são coisas relativas cujos domínios variam nas diferentes fases da evolução social. Se os autonomistas se limitassem a dizer que a organização social do futuro restringirá a autoridade aos limites no interior dos quais as condições de produção a tornam inevitável, poderíamos entender-nos; em vez disso, permanecem cegos perante todos os fatos que a tornam necessária, e levantam-se contra a palavra. Porque é que os antiautoritários não se limitam a erguer-se contra a autoridade política, contra o Estado? Todos os socialistas concordam em que o Estado político e com ele a autoridade política desaparecerão como consequência da próxima revolução social, ou seja, que as funções públicas perderão o seu caráter político e se transformarão em simples funções administrativas protegendo os verdadeiros interesses sociais. Mas os antiautoritários pedem que o Estado político autoritário seja abolido de um golpe, antes mesmo que se tenham destruído as condições sociais que o fizeram nascer. Pedem que o primeiro ato da revolução social seja a abolição da autoridade. Já alguma vez viram uma revolução, estes senhores? Uma revolução é certamente a coisa mais autoritária que se possa imaginar; é o ato pelo qual uma parte da população impõe a sua vontade à outra por meio das espingardas, das baionetas e dos canhões, meios autoritários como poucos; e o partido vitorioso, se não quer ter combatido em vão, deve manter o seu poder pelo medo que as suas armas inspiram

aos reacionários. A Comuna de Paris teria durado um dia que fosse se não se servisse dessa autoridade do povo armado face aos burgueses? Não será verdade que, pelo contrário, devemos lamentar que não se tenha servido dela suficientemente? Assim, das duas uma: ou os antiautoritários não sabem o que dizem, e, nesse caso, só semeiam a confusão; ou, sabem-no, e, nesse caso, atraíam o movimento do proletariado. Tanto num caso como noutro, servem à reação.

Texto 14 - Crítica do Programa de Gotha, Karl Marx 1875

Chego agora à parte democrática.

A. Base livre do Estado

Antes de tudo, segundo o capítulo II, o Partido Operário Alemão aspira “ao Estado livre”.

Estado livre – que é isso?

Não é, de modo nenhum, objetivo dos operários que se livraram do entendimento limitado dos submetidos tornar o Estado “livre”. No Império alemão, o “Estado” é quase tão “livre” como na Rússia. A liberdade consiste em transformar o Estado de órgão acima (...) da sociedade em [órgão] a ela inteiramente subordinado (...) e, hoje em dia, também as formas de Estado são mais livres ou menos livres na medida em que elas limitam a “liberdade do Estado”.

O Partido Operário Alemão – pelo menos, se fizer seu esse programa – mostra como nele as ideias socialistas sequer estão à flor da pele, uma vez que, em vez de tratar a sociedade existente (e isso vale para toda a [sociedade] futura) como base (...) do Estado existente (ou futuro, para a sociedade futura), trata antes o Estado como um ser autônomo, que possui as suas próprias “bases espirituais, morais e liberais”.

Além disso, que dizer do uso abusivo que o programa faz das palavras “Estado atual”, “sociedade atual” e da incompreensão mais absurda ainda sobre o Estado a quem dirige as suas reivindicações!

A “sociedade atual” é a sociedade capitalista, que existe em todos os países civilizados, mais ou menos livre de adjuntos medievais, mais ou menos modificada pelo desenvolvimento histórico particular de cada país, mais ou menos desenvolvida. O “Estado atual”, pelo contrário, muda com as fronteiras do país. No Império prussiano-alemão, é diferente de na Suíça, na Inglaterra é diferente de nos Estados Unidos. O “Estado atual” é, portanto, uma ficção.

No entanto, os diversos estados dos diversos países civilizados, apesar da sua variada diversidade de formas, têm tudo isto em comum: erguem-se sobre o solo da sociedade burguesa moderna, só que umas mais ou menos desenvolvidas de modo capitalista. Também têm, portanto, em comum certos caracteres essenciais. Nesse sentido, pode falar-se de “sistema de Estado (...) atual”, em oposição ao futuro, em que a sua raiz atual, a sociedade burguesa, se terá extinguido.

Pergunta-se, então: por que transformação passará o sistema de Estado numa sociedade comunista? Em outras palavras, que funções sociais permanecem aí, que sejam análogas às funções atuais do Estado?

Essa pergunta só pode ser respondida cientificamente e, por mais que combinemos a palavra povo à palavra Estado, não ficaremos nem um salto de pulga mais perto da solução do problema.

Entre a sociedade capitalista e a comunista, fica o período da transformação revolucionária de uma na outra, ao qual corresponde, também, um período político de transição cujo Estado não pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado.

Ora, o programa nem se ocupa do último nem do futuro sistema de Estado da sociedade comunista.

As suas reivindicações políticas não contêm senão a velha litania democrática, conhecida de todos: sufrágio universal, legislação direta, direito do povo, exército do povo etc. São um simples eco do Partido Popular burguês, da Liga da Paz e da Liberdade. São reivindicações altissonantes que, uma vez que não sejam exageradas em representação fantástica, estão já realizadas. Só que o Estado ao qual elas pertencem não está dentro das fronteiras do Império alemão, mas na Suíça, nos Estados Unidos etc. Esta espécie de “Estado do futuro” é Estado atual, se bem que existindo fora “do quadro” do Império alemão.

Mas esquece-se uma coisa. Uma vez que o Partido Operário Alemão declara expressamente mover-se dentro “do Estado nacional atual”, portanto, [dentro] do seu Estado, do Império prussiano-alemão – as suas reivindicações também seriam, aliás, em grande parte desprovidas de sentido, uma vez que só se reivindica aquilo que ainda não se tem –, ele não devia esquecer o principal, a saber: que todas essas lindas coisinhas

repousam no reconhecimento da chamada soberania do povo, que, portanto, só estão no seu lugar numa república democrática.

Uma vez que não se tem a coragem – e sabiamente, pois as condições pedem precaução – de reclamar a república democrática, como os programas operários franceses fizeram sob Louis-Philippe e sob Louis-Napoléon – também não havia de ter recorrido ao artifício nem honrado nem digno de reclamar coisas que só têm sentido numa república democrática de um Estado que não é senão um despotismo militar, burocraticamente entivado, policialmente guardado, recamado com formas parlamentares, misturado com adjuntos feudais e, ao mesmo tempo, influenciado já pela burguesia, e, ainda por cima, de assegurar a esse Estado que se imagina poder impor-lhe semelhantes coisas “por meios legais”!

Mesmo a democracia vulgar, que vê na república democrática o império milenar e não tem nenhuma suspeita de que é nesta última forma de Estado da sociedade burguesa que há de resolver-se definitivamente pelas armas (...) a luta das classes – mesmo ela está montanhas acima de um democratismo (...) deste tipo, dentro dos limites do policialmente autorizado e logicamente não autorizado.

O que, de fato, por “Estado” se entende a máquina do governo ou o Estado na medida em que ele forma um organismo separado da sociedade, por divisão do trabalho, mostram-no já estas palavras: “O Partido Operário Alemão reclama como base econômica do Estado: um imposto único e progressivo sobre o rendimento etc.” Os impostos são a base econômica da máquina do governo e de nada mais. No Estado do futuro, que existe na Suíça, essa reivindicação está consideravelmente satisfeita. O imposto sobre o rendimento pressupõe as diversas fontes de rendimento das diversas classes sociais, portanto: a sociedade capitalista. Não é, pois, nada de extravagante que os *financial reformers* de Liverpool – burgueses com o irmão de Gladstone à cabeça – apresentem a mesma reivindicação que o programa.

Parte II: O reformismo na época imperialista

Texto 1 - Rosa Luxemburgo *Reforma e revolução* (1899-1900):

Prefácio:

“À primeira vista, o título deste livro pode parecer surpreendente. Reforma social ou revolução? Pode, portanto, a socialdemocracia opor-se às reformas sociais? Ou pode impor a revolução social, a subversão da ordem estabelecida, que é o seu objetivo social último? Evidentemente que não. Para a socialdemocracia lutar dia a dia, no interior do próprio sistema existente, pelas reformas, pela melhoria da situação dos trabalhadores, pelas Instituições democráticas, é o único processo de iniciar a luta da classe proletária e de se orientar para o seu objetivo final, quer dizer: trabalhar para conquistar o poder político e abolir o sistema salarial. Entre a reforma social e a revolução, a socialdemocracia vê um elo indissolúvel: a luta pela reforma social é o meio, a revolução social o fim. Esses dois elementos fulcrais do movimento operário encontram-se opostos, pela primeira vez, nas teses de Eduard Bernstein, tal como foram expostos nos seus artigos sobre os problemas do socialismo, publicados no *Neue Zeit* em 1897-1898 ou ainda no seu livro *Premissas do socialismo...* Toda a sua teoria visa uma única coisa: conduzir-nos ao abandono do objetivo último da socialdemocracia, a revolução social e, inversamente, fazer da reforma social, simples meio da luta de classes, o seu fim último. O próprio Bernstein exprimiu essas opiniões da maneira mais transparente e mais característica ao escrever: ‘O objetivo final, qualquer que seja, não é nada; o movimento é tudo’.”

“ 1. O Método Oportunista

Se é verdade que as teorias são as imagens dos fenômenos do mundo exterior refletidas no cérebro humano, é necessário acrescentar que, no concernente às teses de Bernstein, são imagens invertidas. A tese da instauração do socialismo por meio de reformas sociais – depois do abandono definitivo das reformas na Alemanha! A tese do controle da produção pelos sindicatos – depois da falha dos construtores de máquinas ingleses! A tese de uma maioria parlamentar socialista – depois da revisão da constituição saxônica e dos atentados no Reichstag ao sufrágio universal. Entretanto, o essencial da teoria de Bernstein não é a sua concepção das tarefas práticas da socialdemocracia, o que interessa é a tendência objetiva da evolução da sociedade capitalista que decorre paralela a essa concepção. Segundo Bernstein, um desmoronamento total do capitalismo é cada vez mais improvável porque, por um lado, o sistema capitalista demonstra uma capacidade de adaptação cada vez maior e, por outro lado, a produção é cada vez mais diferenciada. Ainda na opinião de Bernstein, a capacidade de adaptação do capitalismo manifesta-se primeiro no fato de já não existir crise generalizada, o que se deve à evolução do crédito das organizações patronais, das comunicações e dos serviços de informação; segundo, na tenaz sobrevivência das classes médias, resultado da diferenciação crescente dos ramos da produção e da elevação de largas camadas do proletariado ao nível das classes médias; terceiro, finalmente, melhoria econômica e política do proletariado, através da ação sindical.

Essas observações conduzem a consequências gerais para a luta prática da socialdemocracia que, na ótica de Bernstein, não deve visar a conquista do poder político, mas melhorar a situação da classe trabalhadora e instaurar o socialismo não na sequência de uma crise social e política, mas por uma extensão gradual do controle social da economia e pelo estabelecimento progressivo de um sistema de cooperativas.(...)

E refuta essa objeção nestes termos:

"Uma derrocada completa e mais ou menos geral do sistema de produção atual é a consequência do desenvolvimento crescente, não o mais provável, mas o mais improvável, porque este aumenta, por um lado, a sua capacidade de adaptação e por outro lado – ou melhor, simultaneamente – a diferenciação da indústria". (...).

Mas então uma questão fundamental se põe: esperaremos pelo objetivo final para onde tendem as nossas aspirações e, se sim, por que e como? Para o socialismo científico a necessidade histórica da revolução socialista é sobretudo demonstrada pela anarquia crescente do sistema capitalista que o envolve num impasse. (...)

Os fenômenos apontados por Bernstein como sinais de adaptação do capitalismo: as fusões, o crédito, o aperfeiçoamento dos meios de comunicação, a elevação do nível de vida da classe operária, significam

simplesmente isto: anulam, ou pelo menos atenuam, as contradições internas da economia capitalista; impedem que se desenvolvam e se exasperem. Assim, a desapareição das crises significa a abolição do antagonismo entre a produção e a troca numa base capitalista; assim, a elevação do nível de vida da classe operária, seja qual for, mesmo quando uma parte desses operários passa a pertencer à classe média, significa atenuação do antagonismo entre o capital e o trabalho. Se as fusões, o sistema de crédito, os sindicatos, etc., anulam as contradições do capitalismo, salvando por esse meio o sistema capitalista da catástrofe (por isso Bernstein chama-lhes "fatores de adaptação") como podem constituir, ao mesmo tempo, as "premissas ou mesmo os germes" do socialismo? É indubitavelmente necessário compreender que fazem ressaltar mais claramente o caráter social da produção. Mas, conservando-lhe a forma capitalista, tornam supérflua a passagem dessa produção socializada à produção socialista. Assim, podem ser as premissas e os germes do socialismo no sentido teórico e não no sentido histórico do termo, fenômenos que sabemos, pela nossa concepção do socialismo, serem-lhe aparentados mas não suficientes para o instaurar e muito menos para o tornar supérfluo. Só resta, como fundamento do socialismo, a consciência de classe do proletariado. Mas mesmo esta não reflete no plano intelectual as cada vez mais flagrantes contradições internas do capitalismo ou a iminência do seu desmoronamento, porque os "fatores de adaptação" impedem que se produza, reduzindo-se portanto a um ideal, cuja força de convicção repousa nas perfeições que se lhe atribuem.

Numa palavra: esta teoria fundamenta o socialismo num "conhecimento puro", ou para usar uma terminologia clara, é o fundamento idealista do socialismo. Excluindo a necessidade histórica, não deixa de se enraizar no desenvolvimento material da sociedade. A teoria revisionista é obrigada a uma alternativa: ou a transformação socialista da sociedade é consequência, como anteriormente, das contradições internas do sistema capitalista e, então, a evolução do sistema inclui também o agravamento das suas contradições, acabando necessariamente um dia ou outro na derrocada sob uma ou outra forma e, nesse caso, os "fatores de adaptação" são ineficazes e a teoria da catástrofe é justa. Ou os "fatores de adaptação" são capazes de evitar realmente o desmoronamento do sistema capitalista e assegurar a sua sobrevivência, portanto, anular essas contradições e, nesse caso. O socialismo deixa de ser uma necessidade histórica e, a partir daí, é tudo o que se queira, exceto o resultado do desenvolvimento material da sociedade. Este dilema engendra um outro: ou o revisionismo tem razão quanto à evolução do capitalismo – e nesse caso a transformação socialista da sociedade é uma utopia – ou o socialismo não é uma utopia e nesse caso, a teoria dos "fatores de adaptação" perde a sua base.

That is the question: este é o problema.”.

Parte II:

“Bernstein condena os métodos de conquista do poder político, censurando-os por retomarem as teorias blanquistas da violência, e tem a infelicidade de taxar de erro prejudicial do blanquismo ao que, desde há anos, é o eixo e a força motriz da história humana. Desde que existem sociedades classistas e que a luta de classes constitui o motor essencial da história, a conquista do poder político foi sempre o objetivo de todas as classes ascendentes, assim como ponto de origem e ponto final de todo o período histórico. (...)”

Teto 2: Lenin, *A falência da II Internacional*. (1915)

“Em que consiste a essência econômica do defensismo durante a guerra de 1914-1915? A burguesia de todas as grandes potências trava a guerra com o fim de partilhar e explorar o mundo, com o fim de oprimir os povos. Um pequeno círculo da burocracia operária, da aristocracia operária e de companheiros de jornada pequeno-burgueses podem receber algumas migalhas dos grandes lucros da burguesia. A causa de classe profunda do social-chauvinismo e do oportunismo é a mesma: a aliança de uma pequena camada de operários privilegiados com a "sua" burguesia nacional contra as massas da classe operária, a aliança dos lacaios da burguesia com esta última contra a classe por ela explorada.

O conteúdo político do oportunismo e do social-chauvinismo é o mesmo: a colaboração das classes, a renúncia à ditadura do proletariado, a renúncia às ações revolucionárias, o reconhecimento sem reservas da

legalidade burguesa, a falta de confiança no proletariado, a confiança na burguesia. O social-chauvinismo é a continuação direta e o coroamento da política operária liberal inglesa, do millerandismo e do *bersteinianismo*.

A luta entre as duas tendências fundamentais no movimento operário, o socialismo revolucionário e o socialismo oportunista, abrange toda a época de 1889 a 1914. E também hoje existem em todos os países duas correntes principais quanto à questão da atitude para com a guerra. Deixemos a maneira burguesa e oportunista de invocar os indivíduos. Tomemos as tendências numa série de países. Tomaremos dez Estados europeus: Alemanha, Inglaterra, Rússia, Itália, Holanda, Suécia, Bulgária, Suíça, Bélgica e França. Nos primeiros oito países a divisão em tendências oportunista e revolucionária corresponde à divisão em sociais-chauvinistas e internacionalistas. (...)

O social-chauvinismo é o oportunismo acabado. Ele amadureceu para uma aliança aberta, frequentemente vulgar, com a burguesia e os estados-maiores. E é precisamente essa aliança que lhe dá uma grande força e o monopólio da imprensa legal e da mistificação das massas. É absurdo considerar ainda hoje o oportunismo como um fenômeno interno do partido. (...) A unidade com os sociais-chauvinistas é a unidade com a sua "própria" burguesia nacional, que explora outras nações, é a cisão do proletariado internacional. Isso não significa que a ruptura com os oportunistas é imediatamente possível em toda a parte, significa apenas que ela amadureceu historicamente, que ela é necessária e inevitável para a luta revolucionária do proletariado, que a história, que conduziu do capitalismo pacífico ao capitalismo imperialista, preparou essa ruptura. (...)

Texto 3 – Aos 100 anos da Conferência de Zimmerwald, que lições tirar? Alicia Sagra

Em setembro deste ano, quando se completam 100 anos da Conferência de Zimmerwald, foi publicada uma grande quantidade de artigos e ensaios referindo-se a este acontecimento. Como não podia ser diferente, na maioria deles, explícita ou implicitamente, toma-se a política de Lenin diante dessa Conferência como um exemplo a ser seguido para responder à situação atual.

Alertando que as analogias históricas devem ser muito cuidadosas, já que é necessário contemplar os diferentes contextos da luta de classes que estão sendo comparados, nós estamos de acordo em que a política leninista diante de Zimmerwald e do centrismo é um guia fundamental para responder à situação atual: Syriza, governo de Cristina Kirchner, de Dilma etc. O problema que vemos, pelos diferentes trabalhos publicados, é que existe uma grande confusão sobre o que foi Zimmerwald e sobre qual foi a política dos bolcheviques naquele período.

O que foi a Conferência de Zimmerwald?

Não foi uma frente única operária, nem um bloco permanente entre revolucionários e centristas, e muito menos uma frente única revolucionária. Foi um encontro dos pouquíssimos dirigentes da Segunda Internacional que estavam contra a guerra imperialista. Trotsky, que cumpriu um papel fundamental na Conferência, descreve-a da seguinte maneira:

Em janeiro de 1915, apresentou-se em Paris o deputado italiano Morgari, secretário da fração socialista do Parlamento e eclético simplista, com a intenção de convocar os socialistas franceses e ingleses para uma conferência internacional (...) A organização da conferência ficou a cargo de Grimm, dirigente socialista de Berna, que naquele momento se esforçava o quanto podia para superar o nível de limitação de seu partido, e o seu próprio. Tinha escolhido para a reunião um lugar situado a dez quilômetros de Berna, uma aldeiazinha chamada Zimmerwald, no alto das montanhas. Nos acomodamos como pudemos em quatro carros e tomamos o caminho da serra. As pessoas ficavam olhando, com expressões de curiosidade, para esta estranha caravana. Para nós também era engraçado que, cinquenta anos depois da fundação da Primeira Internacional, todos os internacionalistas do mundo pudessem caber em quatro carros. Mas naquela piada não havia o menor ceticismo. O fio da história se rompe com muita frequência. Quando isso ocorre, não há o que fazer senão amarrá-lo novamente. Isso era precisamente o que íamos fazer em Zimmerwald. Os quatro dias de duração da conferência – de 5 a 8 de setembro – foram dias agitadíssimos. Deu muito trabalho fazer com que a ala revolucionária representada por Lenin e a ala pacifista à qual pertenciam a maioria dos delegados chegassem a um manifesto coletivo, esboçado por mim.

O manifesto não dizia tudo o que tinha que dizer. Muito pelo contrário. Mas era, apesar de tudo, um grande passo em frente. Lenin mantinha-se na extrema esquerda. Diante de uma série de pontos, estava

sozinho. Eu não me contava formalmente entre a esquerda, ainda que estivesse identificado com ela no fundamental. Lenin temperou em Zimmerwald o aço para os empreendimentos internacionais que haveria de pôr em marcha e pode-se dizer que naquela aldeiazinha da montanha suíça foi onde se colocou a primeira pedra para a internacional revolucionária (...) Liebknecht não compareceu à Zimmerwald. Já era prisioneiro no exército dos Hohenzollers, antes de ir ao presídio. Mas enviou uma carta, na qual passava bruscamente da frente pacifista para a frente revolucionária. Seu nome foi citado muitas vezes na conferência. Aquele nome já era uma consigna na luta que estava rompendo o socialismo mundial (...) A conferência de Zimmerwald deu um grande impulso ao movimento contra a guerra nos diversos países. Na Alemanha, contribuiu para intensificar a ação dos espartaquistas (...) As diferenças de opinião, puramente acidentais, que me haviam separado de Lenin em Zimmerwald se apagaram no transcurso dos meses seguintes (...).” (Paris e Zimmerwald, Minha Vida, Leon Trotsky. Grifos nossos.)

A reunião, o Manifesto que foi acordado depois de “muito trabalho”, assim como a conexão internacional que foi mantida, foram considerados por Lenin como “*um passo adiante em direção à luta autêntica contra o oportunismo, à ruptura e à separação dele*”, que além do mais ia contra a proposta de Kautsky (a principal figura do centrismo), que defendia que somente com o fim da guerra seria possível reestabelecer as relações internacionais.

Essa “internacional zimmerwaldiana”, como foi denominada por Lenin, teve uma vida muito curta. Mas nunca foi um bloco dos revolucionários com os centristas. Pelo contrário, durante a Conferência, Lenin desenvolveu um violento combate contra os centristas, apesar de estar em uma evidente minoria (8 de 38 delegados). Ele sabia que a sua proposta não podia ganhar a Conferência, mas queria ganhar para ela os melhores quadros da Segunda Internacional. É por isso que Trotsky afirma que “*Lenin temperou em Zimmerwald o aço para os empreendimentos internacionais que haveria de pôr em marcha*”. E, segundo sua própria afirmação, ele mesmo foi ganho, nos meses seguintes, para a maior parte das propostas leninistas.

Coerente com essa política, Lenin exigiu que, junto com o Manifesto comum, também fosse publicada a resolução apresentada por Radek em nome da “*esquerda zimmerwaldiana*”, que propunha:

Rejeição aos créditos de guerra, saída dos ministros socialistas dos governos burgueses, necessidade de desmascarar o caráter imperialista da guerra na tribuna do parlamento, nas colunas de imprensa legal e, se for necessário, ilegal, organização de manifestações contra os governos, propaganda nas trincheiras em favor da solidariedade internacional, proteção das greves econômicas tratando de transformá-las em greves políticas, em guerra civil, e não em paz social.

Não há possibilidade de ganhar a classe operária com posições centristas

Essa era a posição de Lenin e assim a apresenta em seu texto *O socialismo e a guerra*, de agosto de 1915, cuja versão em alemão foi distribuída na Conferência de Zimmerwald. Nesse texto, ele faz uma análise crítica das reuniões internacionais que precederam Zimmerwald:

No curso de um ano de guerra presenciamos várias tentativas de reestabelecimento das relações internacionais (...) Referimo-nos às conferências de Lugano e de Copenhague, à Conferência Internacional de Mulheres e à Conferência Internacional da Juventude. Essas reuniões foram movidas pelos melhores desejos, mas não viram em absoluto o perigo assinalado. Não traçaram a linha de combate dos internacionalistas. Não mostraram ao proletariado o perigo ao qual era exposto pelo método social-chauvinista de ‘reconstrução’ da Internacional. No melhor dos casos, limitaram-se a repetir as velhas resoluções, sem indicar aos operários que, se não lutam contra os social-chauvinistas, a causa do socialismo é uma causa desesperada. No melhor dos casos, não fizeram mais que marcar passo sem sair do lugar.

No mesmo texto, Lenin explica por que os centristas são mais nefastos que os social-patriotas:

Estamos convencidos de que o autor do artigo editorial da revista Die Internationale tinha toda a razão ao afirmar que o ‘centro’ kautskista causa mais dano ao marxismo que o social-chauvinismo descarado. Aqueles que encobrem agora as divergências e pregam aos operários, sob uma aparência de marxismo, o mesmo que prega o kautskismo, adormecem os operários e são mais nocivos que os Sudekum e os Heine, que apresentam o problema da frente e obrigam os operários a analisá-lo.

E finaliza, no momento em que os revolucionários viviam uma situação de profundo isolamento do movimento de massas, com uma definição taxativa sobre qual é a única forma de ganhar a simpatia da classe operária:

As conferências em torno dos denominados programas de ‘ação’ se limitavam até agora a proclamar mais ou menos integralmente um programa de pacifismo somente. O marxismo não é pacifismo. É indispensável lutar pelo fim mais rápido da guerra. Mas a reivindicação da ‘paz’ somente adquire um sentido proletário quando se faz o chamado à luta revolucionária. Sem uma série de revoluções, a pretendida paz democrática não é mais que uma utopia pequeno-burguesa. O único programa verdadeiro de ação seria um programa marxista que dê às massas uma resposta completa e clara sobre o que passou, que explique o que é o imperialismo e como se deve lutar contra ele, que declare abertamente que o oportunismo levou a Segunda Internacional à bancarrota e que chame abertamente a fundação de uma Internacional marxista sem os oportunistas e contra eles. Somente um programa assim, que demonstre que temos fé em nós mesmos e no marxismo, e que declaramos uma guerra de vida ou morte ao oportunismo, poderá nos assegurar, cedo ou tarde, a simpatia das massas proletárias de verdade.

Sua posição inflexível contra o centrismo kautskista faz ele ser muito duro com aqueles que considera que capitulam a este. É o caso de Martov, Rakovsky e também de Trotsky, que Lenin questiona não só por não haver rompido totalmente com suas expectativas conciliadoras e não assumir o “derrotismo revolucionário”, mas, além disso, por levantar a proposta de “*Estados Unidos Republicanos da Europa*”. Lenin considera que esta proposta, além de ser reacionária por propor a unidade de países imperialistas, é uma capitulação a Kautsky.

Desde o primeiro momento: delimitação categórica com os centristas, nenhum bloco com eles

Em janeiro de 1917, Lenin escreve “*Zimmerwald na encruzilhada*”, em que diz:

Desmascarar tudo o que é acessório, absurdo, hipócrita no pacifismo burguês, ou ‘parafrasear’ o seu pacifismo ‘socialista’? Lutar contra os Jouhaux e os Renaudel, contra os Legien e os David como ‘mercenários’ dos governos, ou unir-se a eles sobre a base de declamações pacifistas e vazias de molde francês ou alemão? Esta é a linha divisória segundo a qual se produz a separação entre a direita de Zimmerwald, que se rebelou sempre e com todas as suas forças contra uma cisão com os social-chauvinistas, e a sua esquerda, que já em Zimmerwald teve, não em vão, a preocupação de marcar abertamente um limite com a direita, de intervir, na conferência e depois dela, na imprensa, com uma plataforma distinta.

Esta delimitação categórica com os centristas, desde o primeiro momento, é reafirmada no projeto de plataforma do partido proletário, escrito por Lenin em 10 de abril de 1917 (*As tarefas dos proletários em nossa revolução*). No ponto 17, com o subtítulo *Bancarrota da Internacional Zimmerwaldiana. Necessidade de criar a Terceira Internacional*, afirma-se: *A Internacional Zimmerwaldiana adotou desde o primeiro momento uma atitude vacilante, ‘kautskiana’, ‘centrista’, o que obrigou a Esquerda de Zimmerwald a se separar imediatamente dela, a tornar-se independente e lançar um manifesto próprio (manifesto publicado na Suíça em russo, alemão e francês).*

Trotsky confirma e reivindica a atitude de Lenin diante do centrismo

Em 1929, respondendo a uma crítica de ser muito duro com o centrismo e muito suave com a direita, Trotsky diz: *Mas os centristas, assim como a direita, estão à nossa direita. Ao combater o centrismo, empreendemos um duplo combate contra a direita, porque o centrismo não é senão uma forma modificada, disfarçada, mas enganadora do oportunismo*”. (Diplomacia ou política revolucionária? Carta a um camarada tchecoslovaco, 1 de julho de 1929)

De forma autocrítica, acrescenta no mesmo texto:

O próprio Lenin foi acusado de se esquecer da direita e de ajudá-la ao combater os centristas de esquerda. Eu mesmo fiz isso mais de uma vez. Este, e não a revolução permanente, foi o erro fundamental do ‘trotskismo histórico’. Para chegar de verdade ao bolchevismo, não com um passaporte stalinista, é necessário compreender plenamente o significado e a atitude intransigente de Lenin em relação ao centrismo; sem isso não é possível chegar à revolução proletária (...) Cresceremos rápida ou lentamente? Não sei. Não depende unicamente de nós. Mas cresceremos inexoravelmente... com uma política correta (...).

Esta reafirmação autocrítica que Trotsky faz da política leninista corrobora o que manifestamos no início deste artigo: política leninista em relação à Zimmerwald e ao centrismo são um guia para responder aos desafios atuais. Como disse Trotsky, podemos crescer mais rápido ou mais devagar, mas não poderemos chegar à revolução proletária se não assumirmos a atitude intransigente de Lenin em relação ao centrismo.

Texto 4 – Karl Kautsky, ditadura do proletariado

Pela primeira vez na história mundial, a Revolução russa permitiu a um partido socialista tomar a direção de um grande país. É acontecimento muito mais relevante do que a tomada do poder pelo proletariado parisiense, em março de 1871. Entretanto, num aspecto importante, a Comuna de Paris sobrepujou a República soviética: a Comuna foi obra de todo o proletariado; todas as correntes socialistas dela participaram, nenhuma foi excluída nem se omitiu.

Ao contrário, o partido socialista que está hoje no poder, na Rússia, tomou-o lutando contra outros partidos socialistas. Ele exerce seu poder com a exclusão de outros partidos socialistas de suas instâncias dirigentes.

A oposição das duas correntes socialistas não se funda em mesquinhas rivalidades entre indivíduos, mas é a oposição de dois métodos fundamentalmente diferentes: o método *democrático* e o método *ditatorial*. (...)

Democracia e Tomada do Poder Político

Algumas vezes, faz-se diferença entre democracia e socialismo, isto é, entre socialização dos meios de produção e a própria produção, da maneira seguinte: diz-se que o socialismo é nosso objetivo final, a razão de ser de nosso movimento, ao passo que a democracia não é senão o meio de chegar a ele; e que a democracia, uma vez atingida, revela-se inadequada e até mesmo um obstáculo. (...)

Não se pode opor democracia e socialismo ao dizer que um é meio e outro é fim. Todos os dois são meios para um mesmo fim. (...)

Assim, para nós, o socialismo sem democracia não é digno de consideração. E, por socialismo moderno, não entendemos somente a organização coletiva da produção, mas, igualmente, a organização democrática da sociedade. (...)

Do que se trata é da tomada do poder político. Diz-se que ela é possível se os socialdemocratas conseguem maioria, numa eleição parlamentar, em um país democrático, onde, até então, um governo burguês detinha o poder, e que as classes dominantes não hesitariam em recorrer a todos os meios de repressão à sua disposição para impedir o advento da democracia. Essa seria a razão pela qual o proletariado não poderia tomar o poder político pela via democrática, mas unicamente pela revolução.

Sem dúvida, quando num Estado democrático o proletariado ganha força, deve-se esperar tentativas da classe dominante no sentido de impedir, por meios repressivos, a realização da democracia pela classe ascendente. Mas, mesmo assim, a inutilidade da democracia para o proletariado não está provada. Se, nas condições descritas, as classes dominantes recorrem à violência, é porque elas receiam, sobretudo, as consequências da democracia. E sua violência não levaria senão ao desmoronamento da democracia.

(...) Não devemos ser pessimistas. Quanto mais o Estado é democrático, mais seus instrumentos de dominação - neles compreendidas as forças militares - dependem da vontade do povo (milícias). Os instrumentos de dominação podem, igualmente, tornar-se, em uma democracia, meio de supressão violenta do movimento proletário, no momento em que o proletariado é, ainda, numericamente muito fraco - isto é, em um país agrícola - ou politicamente muito fraco porque não está organizado, nem é intelectualmente autônomo. Mas, se num Estado democrático o proletariado se desenvolver até tornar-se tão numeroso e poderoso para tomar o poder político pela simples aplicação das liberdades dadas, então a "ditadura capitalista" terá muitas dificuldades para mobilizar os instrumentos de repressão necessários à supressão violenta da democracia.

Com efeito, Marx considerava possível- e mesmo verossímil- que o proletariado, tanto na Inglaterra como na América, pudesse tomar o poder político pela via pacífica. Depois do fechamento do Congresso de Haia, da Internacional, em 1872, Marx pronunciou um discurso numa reunião popular de Amsterdã, no qual explicou, entre outras coisas, o seguinte:

O operário deve assumir, um dia, a supremacia política para estabelecer a nova organização do trabalho; deve derrubar a velha política, sustentáculo das velhas instituições, sob pena, como os antigos cristãos que a haviam negligenciado e desdenhado, de nunca ver seu reino neste mundo. Mas não pretendemos que para alcançar esse fim os meios sejam idênticos em toda a parte. Sabemos o papel desempenhado pelas instituições, pelos costumes e pelas tradições dos diferentes países; e não negamos que existem países, como a América, a Inglaterra e, se eu conhecesse melhor vossas instituições, acrescentaria a Holanda, onde os trabalhadores podem alcançar seus fins por meios pacíficos. Mas, esse não é o caso em todos os países. (...)

Existem, certamente, nos países citados, frações das classes dominantes que se inclinam a aumentar a violência contra o proletariado. Mas, de outra parte, existem igualmente outras frações cujo respeito pela força crescente do proletariado aumenta, e que têm o desejo de conservar o bom humor deste, fazendo-lhe concessões. Apesar do estado de guerra e durante sua duração, que, em todos os lugares, limita sensivelmente a liberdade de movimento das massas populares, o proletariado inglês, apesar de tudo, conseguiu ampliar consideravelmente o direito de voto. Hoje, não podemos ainda prever em que medida a democracia influenciará, nos diferentes países, o desenvolvimento da tomada do poder político pelo proletariado, nem até que ponto deixará, de uma parte e de outra, de recorrer a métodos violentos, substituindo-os unicamente por meios pacíficos. Em todo o caso, a existência da democracia não deixa de ter importância. (...)

Democracia e Maturidade do Proletariado

Para que sua realização seja possível e necessária, o socialismo exige condições históricas particulares. (...)

Quais são, pois, as condições prévias para a realização do socialismo?

(...) Querer o socialismo é a primeira condição de sua realização. Essa vontade é criada pela grande empresa. Em uma sociedade onde a pequena empresa domina, a massa da população é constituída pelos proprietários dessas empresas. O número dos não-possuidores é limitado. O ideal dos que nada possuem é adquirir uma pequena propriedade. (...)

A existência da grande empresa cria, também, a possibilidade material de realizar o socialismo. (...) Isso acontecerá graças ao desenvolvimento da grande empresa: de uma parte, pelo aumento do número de proletários que têm interesse na realização do socialismo; de outra, pela redução do número de capitalistas, isto é, de sua redução relativa, proporcional ao número de proletários. (...)

(...) O socialismo partirá das cidades, da indústria, e não dos campos.

(...) Uma força suficientemente poderosa para edificar o socialismo não se pode esperar senão daqueles que manifestam interesse pelo proletariado. Mas, este último não está desesperadamente corrompido? Não é este o caso em relação ao conjunto do proletariado. Existem, ainda, algumas frações com bastante força e coragem para lutar contra a miséria. Esperava-se desse pequeno grupo tudo o que os utopistas não puderam realizar: tomar o poder do Estado por um golpe de mão e trazer o socialismo ao proletariado. Esta era precisamente a convicção de Blanqui e de Weitling. Os proletários, muito ignorantes e corrompidos para poderem dirigir-se por si mesmos, deviam ser organizados e dirigidos por um governo composto de uma elite saída de suas próprias fileiras [...]

[...] A luta de classe de proletariado exige a democracia. Mesmo que não se trate exatamente de democracia "absoluta" ou "pura", é, apesar de tudo, necessário ter bastante democracia para organizar as massas e informá-las regularmente. Esse fim jamais pode ser atingido de maneira satisfatória na ilegalidade. Alguns folhetos não podem substituir um jornal diário especializado. Não se pode organizar as massas na ilegalidade, e, ademais, uma organização ilegal não pode ser democrática. Esse tipo de organização leva sempre à ditadura de um ou de muitos dirigentes, e os membros comuns são transformados em meros executantes. Tal situação se torna necessária apenas onde as camadas oprimidas estão totalmente privadas de democracia e essa situação, longe de favorecer a autonomia e a independência das massas, não faz senão reforçar a crença que têm os chefes de ser messias, assim como sua tendência para a ditadura. [...]

[...] Em sua carta sobre a crítica ao programa do Partido de Gotha, escrita em maio de 1875 [...], diz ele [Marx]:

Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista medeia o período da transformação revolucionária da primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser outro senão a ditadura revolucionária do proletariado.

Infelizmente, Marx deixou de indicar mais detalhadamente como seria essa ditadura. Literalmente, a palavra ditadura significa supressão da democracia. Mas é evidente que, tomada ao pé da letra, essa palavra significa também o poder de um só indivíduo que não está sujeito a nenhuma lei. Poder de um só, que se distingue do despotismo por ser compreendido não como uma instituição de Estado permanente, mas como medida extrema, transitória.

A expressão "ditadura do proletariado", isto é, ditadura não de um só indivíduo, mas de uma só classe, prova que Marx não se referia à ditadura no sentido literal da palavra.

Ele fala aqui não de uma *forma de governo*, mas de uma *situação* que deve, necessariamente, produzir-se onde quer que o proletariado tenha conquistado o poder político. (...)

É verdade que a democracia não nos dá ainda certeza da transição pacífica, mas infalivelmente essa transição é impossível sem democracia. (...)

A Comuna compôs-se de conselheiros municipais eleitos por *sufrágio universal* nos diversos distritos da cidade [...] O *sufrágio universal* devia servir ao povo organizado em comunas, do mesmo modo que o sufrágio individual serve ao empregador em busca de operários etc.

Marx fala aqui, constantemente, do sufrágio universal de todo o povo, e não do direito de voto de uma classe específica e privilegiada. A ditadura do proletariado é para Marx um estado que decorre necessariamente da democracia pura quando o proletariado constitui a maioria.

Ao examinar essa questão, é preciso tomar cuidado para não confundir ditadura como estado de coisas e ditadura como forma de governo. Só esta última concepção é questão controvertida em nossas fileiras. A ditadura como forma de governo é sinônimo de supressão dos direitos da oposição; tiram-se desta o direito de voto, a liberdade de imprensa e de associação. A questão é saber se o proletariado vencedor tem necessidade dessas medidas e se, graças a elas, ou somente com elas, é realizável o socialismo.

De começo, convém constatar que, ao falar de ditadura como forma de governo, não podemos falar de ditadura de uma classe, pois uma classe, como já assinalamos, pode apenas dominar, mas não governar. Se se entende, portanto, por ditadura não um estado de coisas, mas um modo específico de governo, deve-se falar então de ditadura de um só ou de uma só organização, isto é, que não se fale do proletariado, mas de um partido proletário. Pelo contrário, o problema complica-se logo que o próprio proletariado se divide em muitos partidos. A ditadura de um desses partidos não é, obviamente, e em nenhum caso, a ditadura do proletariado, mas a ditadura de uma fração do proletariado sobre outra. A situação complica-se ainda mais quando os próprios partidos socialistas se dividem em razão de suas divisões frente às camadas não-proletárias; por exemplo: quando um partido toma o governo graças a uma aliança entre os proletários da cidade e os camponeses. Então, a ditadura do proletariado se torna não somente uma ditadura de proletários sobre outros proletários, mas também de proletários e camponeses sobre proletários. Eis uma forma bem bizarra de ditadura do proletariado.

[Comuna de Paris] A primeira tarefa do novo regime revolucionário foi a consulta pelo sufrágio universal. A eleição, realizada com a maior liberdade, deu, em todos os distritos de Paris e com raras exceções, grande maioria a favor da Comuna. Foram eleitos 65 revolucionários contra 21 opositoristas, dos quais quinze verdadeiros reacionários e seis republicanos radicais da tendência de Gambetta. Entre os 65 revolucionários, todas as tendências do socialismo francês de então estavam representadas; e embora se combatessem, não exerciam nenhuma ditadura umas sobre as outras.

Um regime tão solidamente apoiado nas massas não tem nenhuma razão para atentar contra a democracia. Ele nem sempre poderá dispensar a força, nos casos em que a força for posta em ação para abater a democracia. Não se pode responder à força senão pela força. Mas um regime que conta com o apoio das massas só empregará a força para *defender* a democracia, e não para *aniquilá-la*. Ele cometeria verdadeiro suicídio, se quisesse destruir seu fundamento mais seguro: o sufrágio universal, fonte profunda de poderosa autoridade moral.

A ditadura, como supressão da democracia, só pode ser uma saída em situações excepcionais, sempre que a ocorrência de circunstâncias extraordinárias favoráveis permita a um partido proletário tomar o poder, mesmo que não tenha de seu lado a maioria da população, ou que esta esteja radicalmente contra ele.

Em um povo que conhece, desde decênios, uma educação política e onde os partidos estão consolidados, tal vitória devida ao acaso é quase impossível. Ela apenas indicaria uma situação bastante retardatária. Se em tal situação o sufrágio universal se pronunciasse contra o governo socialista, conviria então que este último fizesse o que até o presente temos exigido de todo governo: que se dobre à expressão da vontade do povo, mantendo a firme resolução de continuar a luta para conquistar o poder de Estado de maneira democrática; ou, ao contrário, deve ele, para manter-se, derrubar a democracia? [...]

Texto 5 - Lenin, *A revolução proletária e o renegado Kautsky* (1918)

“O douto senhor Kautsky «esqueceu» — provavelmente esqueceu por acaso . . . — uma «ninharia», a saber: o partido dominante de uma democracia burguesa só garante a proteção da minoria a outro partido burguês, enquanto o proletariado, em qualquer questão séria, profunda e fundamental, em vez de «proteção da minoria» apenas recebe o estado de guerra ou os pogroms. Quanto mais desenvolvida é a democracia tanto mais próxima se encontra do pogrom ou da guerra civil em qualquer caso de profunda divergência política perigosa para a burguesia. O douto senhor Kautsky podia ter observado esta «lei» da democracia burguesa no caso Dreyfus na França republicana, no linchamento de negros e de internacionalistas na democrática república da América, no exemplo da Irlanda e do Ulster na democrática Inglaterra, na perseguição dos bolcheviques e na organização de pogroms contra eles em Abril de 1917 na democrática república da Rússia. Cito intencionalmente exemplos não só do tempo da guerra, mas também do tempo de antes da guerra, do tempo de paz. O melífluo senhor Kautsky prefere fechar os olhos perante estes fatos do século XX e contar aos operários em vez disso coisas espantosamente novas, notavelmente interessantes, inusitadamente instrutivas e incrivelmente importantes sobre os whigs e os tories no século XVIII.

Tomai o parlamento burguês. Será possível admitir que o douto Kautsky nunca tenha ouvido dizer que os parlamentos burgueses estão tanto mais submetidos à Bolsa e aos banqueiros quanto mais desenvolvida está a democracia? Daqui não decorre que não se deva utilizar o parlamentarismo burguês (e os bolcheviques utilizaram-no talvez com maior êxito que qualquer outro partido no mundo, pois em 1912-1914 conquistamos toda a cúria operária da IV Duma). Mas disto decorre que só um liberal pode esquecer, como Kautsky esquece, o carácter historicamente limitado e relativo do parlamentarismo burguês. No mais democrático Estado burguês, as massas oprimidas deparam a cada passo com a contradição flagrante entre a igualdade formal, que a «democracia» dos capitalistas proclama, e os milhares de limitações e subterfúgios reais que fazem dos proletários escravos assalariados. É precisamente esta contradição que abre os olhos às massas para a podridão, a falsidade e a hipocrisia do capitalismo. É precisamente esta contradição que os agitadores e propagandistas do socialismo denunciam constantemente perante as massas a fim de prepará-las para a revolução! E quando começou a era das revoluções, Kautsky voltou-lhe as costas e pôs-se a celebrar os encantos da democracia burguesa moribunda.

A democracia proletária, de que o Poder Soviético é uma das formas, desenvolveu e alargou como nunca no mundo a democracia precisamente para a gigantesca maioria da população, para os explorados e os trabalhadores. Escrever todo um livro sobre a democracia, como fez Kautsky, falando em duas paginazinhas de ditadura e em dezenas de páginas de «democracia pura» e não notar isto é deturpar por completo as coisas como um liberal. Tomai a política externa. Em nenhum país burguês, nem mesmo o mais democrático, ela é feita abertamente. Em toda a parte se engana as massas, e nas democráticas França, Suíça, América, Inglaterra cem vezes mais ampla e refinadamente que nos outros países. O Poder Soviético arrancou revolucionariamente o véu de segredo que encobria a política externa. Kautsky não o notou, silencia isto, se bem que numa época de guerras de rapina e de tratados secretos sobre a «partilha das esferas de influência» (isto é, a partilha do mundo pelos bandidos capitalistas) isto tenha uma importância capital, porque disto depende a questão da paz, a questão da vida ou da morte de dezenas de milhões de pessoas.

Tomai a estrutura do Estado. Kautsky agarra-se às «ninharias», mesmo ao fato de que as eleições são «indiretas» (na Constituição soviética), mas não vê o fundo do problema. Não nota a essência de classe do aparelho de Estado, da máquina de Estado. Na democracia burguesa, servindo-se de mil estratégias — tanto mais engenhosas e eficazes quanto mais desenvolvida está a democracia «pura» —, os capitalistas afastam as massas da administração, da liberdade de reunião e de imprensa, etc. O Poder Soviético é o primeiro no mundo (falando rigorosamente, o segundo, porque a Comuna de Paris começou a fazer o mesmo) que chama as massas, precisamente as massas exploradas, à administração. Mil barreiras fecham às massas trabalhadoras a participação no parlamento burguês (que nunca resolve as questões mais importantes na democracia burguesa: estas são resolvidas pela Bolsa e pelos bancos), e os operários sabem e sentem, veem e percebem perfeitamente que o parlamento burguês é uma instituição alheia, um instrumento de opressão dos proletários pela burguesia, uma instituição de uma classe hostil, da minoria exploradora.

Os Sovietes são a organização direta das próprias massas trabalhadoras e exploradas, às quais facilita a possibilidade de organizarem elas próprias o Estado e de o administrarem de todas as maneiras possíveis.

Precisamente a vanguarda dos trabalhadores e dos explorados, o proletariado das cidades, tem neste sentido a vantagem de ser o mais unido pelas grandes empresas; é-lhe mais fácil que a quaisquer outros eleger e controlar os eleitos. A organização soviética facilita automaticamente a unificação de todos os trabalhadores e explorados em torno da sua vanguarda, o proletariado. O velho aparelho burguês — o funcionalismo, os privilégios da riqueza, da instrução burguesa, das relações, etc. (estes privilégios de facto são tanto mais variados quanto mais desenvolvida está a democracia burguesa) — tudo isso desaparece com a organização soviética. A liberdade de imprensa deixa de ser uma hipocrisia, pois se expropriam à burguesia as tipografias e o papel. O mesmo acontece com os melhores edifícios, os palácios, palacetes, casas senhoriais, etc. O Poder Soviético retirou imediatamente aos exploradores milhares e milhares destes melhores edifícios, tornando assim um milhão de vezes mais «democrático» o direito de reunião para as massas, esse direito de reunião sem o qual a democracia é um engano. As eleições indiretas dos Sovietes não locais facilitam os congressos dos Sovietes, tornam todo o aparelho mais barato, mais ágil, mais acessível aos operários e aos camponeses num período em que a vida ferve e é necessário poder atuar com especial rapidez para revogar o seu deputado local ou enviá-lo ao congresso geral dos Sovietes.

A democracia proletária é um milhão de vezes mais democrática que qualquer democracia burguesa. O Poder Soviético é um milhão de vezes mais democrático que a mais democrática república burguesa.”

Parte III: Formação da Internacional Comunista e seus primeiros congressos.

Texto 1: O Partido Comunista e o Parlamentarismo, Introdução de Trotsky e Teses de Bukarin-Lenin Aprovados pelo II Congresso da Internacional Comunista (Julho de 1920)

I – A época atual e o novo parlamentarismo

A atitude dos partidos socialistas em relação ao parlamentarismo consistia, inicialmente, na época da I Internacional, em utilizar os Parlamentos burgueses para a agitação. A participação no Parlamento tinha como objetivo desenvolver a consciência de classe do proletariado na sua luta contra as classes dominantes.

Sob a influência da evolução política, e não da teoria, esta atitude foi-se modificando.

Em virtude do aumento contínuo das forças produtivas e do alargamento do domínio da exploração capitalista, o capitalismo e, com ele, os Estados parlamentares adquiriram uma maior estabilidade. Daí a adaptação da tática parlamentar dos partidos socialistas à ação legislativa “orgânica” nos Parlamentos burgueses e a importância cada vez maior da luta pela introdução de reformas no quadro do capitalismo, o predomínio do programa mínimo dos partidos socialistas, a transformação do programa máximo numa plataforma destinada as discussões sobre “o objetivo final”, longínquo.

Foi sobre estas bases que se desenvolveu o arrivismo parlamentar, a corrupção, a traição aberta ou camuflada dos interesses mais elementares da classe operária. A atitude da III Internacional em relação ao parlamentarismo não é determinada por uma nova doutrina, mas pela modificação do papel do próprio Parlamento. (...) nas condições atuais, na época da decadência imperialista, o Parlamento tornou-se, ao mesmo tempo, um instrumento de mentira, de fraude, de violência e um moinho exasperante de palavras. (...)

O tipo de relações e dos reagrupamentos políticos pode variar de país para país, mas a essência do problema é sempre o mesmo, em qualquer lado: trata-se para nós da preparação política e técnica direta da insurreição proletária, da destruição do poder de Estado burguês e do estabelecimento de um novo poder de Estado proletário. O Parlamento não pode ser para os comunistas, atualmente, e em caso algum, o teatro de uma luta por reformas e pela melhoria das condições de vida da classe operária, como outrora. O centro de gravidade da vida política deslocou-se do Parlamento e de forma definitiva. A burguesia, por outro lado, em virtude das suas relações com as massas trabalhadoras e pelas relações complexas que existem no seu seio, é obrigada a fazer passar, de um ou de outro modo, algumas das suas medidas através do Parlamento, onde as diversas camarilhas disputam o poder, manifestam a sua força, as suas fraquezas e os seus compromissos, etc. Deste modo, a tarefa imediata da classe operária é a de arrancar esses aparelhos das mãos das classes dirigentes, aniquilá-los, destruí-los e substituí-los pelos novos órgãos do poder proletário. Além disso, o estado-maior da classe operária tem todo o interesse em ter nas instituições parlamentares da burguesia guias que facilitarão a sua obra de destruição. (...)

Tendo em conta esta situação, o II Congresso da Internacional Comunista apresenta as seguintes teses: (...)

1) O governo parlamentar tornou-se a forma “democrática” de dominação da burguesia que, em certo grau do seu desenvolvimento, necessita da ficção de uma representação popular. Aparecendo exteriormente como uma organização da “vontade do povo”, acima das classes, é, no entanto, um instrumento de coerção e de opressão nas mãos do Capital. (...)

3) O parlamentarismo não é também a forma do governo “proletário” no período de transição da ditadura da burguesia para a ditadura do proletariado. No momento mais agudo da luta de classes, quando esta se transforma em guerra civil, o proletariado deve, inevitavelmente, construir a sua própria organização governamental como uma organização de combate na qual os antigos representantes das classes dominantes não sejam admitidos; nesta fase, toda a ficção de vontade popular é prejudicial ao proletariado; esta não necessita da separação parlamentar dos poderes, que só lhe pode ser nefasta. (...)

4) Os Parlamentos burgueses, que constituem uma das principais engrenagens do aparelho de Estado da burguesia, não podem ser conquistados pelo proletariado tal como o Estado burguês em geral. A tarefa do proletariado é a de fazer explodir o aparelho de Estado da burguesia, destruí-lo, incluindo as instituições parlamentares, quer as das repúblicas quer as das monarquias constitucionais. (...)

6) O comunismo recusa-se a ver no parlamentarismo uma das formas da sociedade futura; recusa-se a ver nele a forma da ditadura de classe do proletariado; nega a possibilidade da conquista durável dos Parlamentos; tem

por objetivo a abolição do parlamentarismo. Por consequência, não se pode pôr a questão da utilização das instituições do Estado burguês senão com o objetivo da sua destruição. (...)

7) Toda a luta de classes é uma luta política, pois ela é, no fim de contas, uma luta pelo poder. Qualquer greve que se estenda a todo o país torna-se uma ameaça para o Estado burguês e adquire, por isso mesmo, um caráter político. Esforçar-se por derrubar a burguesia e destruir o Estado burguês é travar uma luta política. Criar um aparelho proletário de classe, seja qual for, com vista a governar e a reprimir a resistência da burguesia, e conquistar o poder político.

8) A luta política não se reduz, portanto, apenas à questão da atitude face ao parlamentarismo. Abarca toda a luta de classes do proletariado, desde que essa luta deixe de ser local e parcial e tenha como objetivo o derrubamento do regime capitalista.

9) O método fundamental da luta do proletariado contra a burguesia, quer dizer, contra o seu poder de Estado, é, em primeiro lugar, o da ação de massas. Estas últimas são organizadas e dirigidas pelas organizações de massa do proletariado (sindicatos, partidos, Soviotes) sob a direção geral do Partido Comunista, solidamente unido, disciplinado e centralizado. A guerra civil é uma guerra. Nesta guerra, o proletariado deve ter um bom corpo político de oficiais e um estado-maior político eficaz que dirija todas as operações em todos os domínios da ação.

10) A luta das massas constitui todo um sistema de ações em desenvolvimento contínuo que assume formas cada vez mais duras e conduzem, logicamente, à insurreição contra o Estado capitalista. Nesta luta de massas que se transformará em guerra civil, o partido dirigente do proletariado deve, em regra geral, fortificar todas as posições legais, ter pontos de apoio secundários da sua ação revolucionária e subordiná-los ao plano da campanha principal, quer dizer, à luta de massas.

11) A tribuna do Parlamento burguês é um desses pontos de apoio secundários. Em nenhum dos casos se pode invocar contra a ação parlamentar o fato de o Parlamento ser uma instituição do Estado burguês. Com efeito, o Partido Comunista não se encontra aí para desenvolver uma atividade orgânica, mas para ajudar as massas, do interior do Parlamento, a destruir pela sua ação independente o aparelho de Estado da burguesia e o próprio Parlamento. (Exemplos: a ação de Liebknecht na Alemanha, a dos bolcheviques na Duma czarista, na “Conferência Democrática” e no “Pré-Parlamento” de Kerensky, na Assembleia Constituinte, nas municipalidades, por último, a ação dos comunistas búlgaros).

12) Esta ação parlamentar que consiste, essencialmente, em utilizar a tribuna parlamentar para fazer a agitação revolucionária, para denunciar as manobras do adversário, para agrupar em torno de certas ideias as massas prisioneiras de ilusões democráticas e que, sobretudo nos países atrasados, voltam ainda os seus olhares para a tribuna parlamentar, esta ação deve estar totalmente subordinada aos objetivos e às tarefas da luta extraparlamentar das massas. A participação nas campanhas eleitorais e a propaganda revolucionária a partir da tribuna parlamentar tem uma importância particular para a conquista política dos setores da classe operária que, como as massas trabalhadoras rurais, permaneceram até então, afastadas da vida política. (...)

14) A campanha eleitoral deve ser conduzida, não no sentido da obtenção do máximo de mandatos parlamentares, mas no sentido da mobilização das massas debaixo das palavras de ordem da revolução proletária. (...)

16) O “antiparlamentarismo” de princípio, concebido como a recusa absoluta e categórica em participar nas eleições e na ação parlamentar revolucionária, não é mais do que uma doutrina infantil e ingênua que não resiste à crítica. Resultando por vezes de uma sã aversão pelos politiqueros parlamentares, não reconhece, por outro lado, a possibilidade do parlamentarismo revolucionário. (...)

17) Por outro lado, admitir por princípio a ação parlamentar revolucionária não implica de modo algum que se participe efetivamente em todos os casos nas eleições e em determinadas assembleias parlamentares. Isso depende de uma série de condições específicas. A saída dos comunistas do Parlamento pode ser necessária em determinados momentos. É o caso dos bolcheviques quando se retiraram do Pré-parlamento de Kerensky com a finalidade de atacá-lo, de paralisá-lo e de lhe opor brutalmente o Soviote de Petrogrado antes de tomar a direção da insurreição; quando decidiram dissolver a Constituinte, deslocando assim o centro de gravidade dos acontecimentos políticos para o III Congresso dos Soviotes. (...)

20) Eis, porque a Internacional Comunista afirma, de maneira categórica, que considera uma falta grave para com o movimento operário toda a cisão ou tentativa de cisão provocada no seio do Partido Comunista por esta questão e unicamente por esta questão. (...)

Texto 2: As 21 condições para admissão na Internacional Comunista, aprovadas no 2º Congresso

1. A propaganda e a agitação cotidianas devem ter um caráter efetivamente comunista e corresponder ao programa e às resoluções da III Internacional. Os órgãos de imprensa controlados pelo Partido devem ter a redação a cargo de comunistas fiéis, provadamente devotados à causa proletária. A ditadura do proletariado não deve ser abordada como um simples chavão de uso corrente, mas preconizada de modo que todo operário, operária, soldado e camponês comum deduza sua necessidade dos fatos da vida real, mencionados diariamente em nossa imprensa.

As editoras partidárias e a imprensa, periódica ou não, devem estar inteiramente submetidas ao Comitê Central do Partido, seja este atualmente legal ou não. (...)

Nas páginas dos jornais, nos comícios populares, nos sindicatos, nas cooperativas e onde quer que os partidários da III Internacional encontrem livre acesso, é indispensável atacar de modo sistemático e implacável não somente a burguesia, mas também seus cúmplices, os reformistas de todos os matizes.

2. As organizações que desejam filiar-se à Internacional Comunista devem afastar de modo planejado e sistemático os reformistas e os “centristas” dos postos minimamente importantes no movimento operário (organizações partidárias, redações, sindicatos, bancadas parlamentares, cooperativas, municipalidades etc.) e substituí-los por comunistas fiéis (...)

3. Em quase todos os países da Europa e da América, a luta de classes está entrando na fase da guerra civil. Em tais condições, os comunistas não podem confiar na legalidade burguesa e devem formar em toda parte um aparelho clandestino paralelo (...). Nos países onde os comunistas (...) não podem atuar em total legalidade, é absolutamente indispensável combinar o trabalho legal e o clandestino.

4. O dever de propagar as ideias comunistas inclui a necessidade especial da propaganda persistente e sistemática nos exércitos. Nos lugares onde as leis de exceção proíbem essa agitação, ela deve ser realizada clandestinamente. (...)

5. É indispensável a agitação sistemática e planejada no campo. A classe operária não pode garantir sua vitória sem atrair ao menos uma parcela dos assalariados agrícolas e dos mais pobres e neutralizar com sua política uma parte dos setores rurais restantes. (...)

6. Os Partidos que desejam filiar-se à III Internacional devem denunciar não somente o social-patriotismo aberto como também a falsidade e a hipocrisia do social-pacifismo (...) nenhuma corte internacional de arbitragem (...) livrará a humanidade de novas guerras imperialistas.

7. Os Partidos que desejam filiar-se à Internacional Comunista devem reconhecer a necessidade da ruptura completa e definitiva com o reformismo e o “centrismo” (...) A Internacional Comunista exige de modo incondicional e categórico que se realize essa ruptura o mais rápido possível. Não se pode admitir que oportunistas notórios como, por exemplo, (...) Kautsky, (...) e outros tenham o direito de considerar-se membros da III Internacional (...)

8. Na questão colonial e das nações oprimidas, é indispensável que tenham uma linha particularmente clara e precisa os Partidos dos países cuja burguesia possui colônias e oprime outros povos. Os Partidos que desejam filiar-se à III Internacional devem denunciar implacavelmente as artimanhas de “seus” imperialistas nas colônias; apoiar os movimentos de libertação nas colônias não somente em palavras, mas também em atos (...)

9. Os Partidos que desejam filiar-se à Internacional Comunista devem realizar uma atividade sistemática e persistente nos sindicatos, nos conselhos operários e industriais, nas cooperativas e em outras organizações de massas, onde é indispensável criar células que, após longo e persistente trabalho, ganhem-nas para a causa comunista. Inteiramente subordinadas ao conjunto do Partido, essas células devem, a cada passo de seu trabalho cotidiano, denunciar as traições dos sociais-patriotas e as hesitações dos “centristas”.

10. Os Partidos filiados à Internacional Comunista devem insistentemente lutar contra a “Internacional” Sindical Amarela de Amsterdã (...)

11. Os Partidos que desejam filiar-se à III Internacional devem rever a composição de suas bancadas parlamentares, removendo os elementos desconfiáveis, submetendo-as ao Comitê Central do Partido (...)

12. Os partidos filiados à Internacional Comunista devem ser organizados segundo o princípio do “centralismo” democrático. No atual período de guerra civil encarniçada, um Partido Comunista só poderá cumprir seu dever se for organizado da maneira mais centralizada possível, se nele predominar uma disciplina

férrea que beire a militar e se seu órgão central gozar de forte autoridade, de amplos poderes e da confiança unânime da militância.

13. Os Partidos Comunistas que atuam legalmente devem realizar depurações periódicas (recadastramentos) entre os efetivos de suas organizações para remover sistematicamente os inevitáveis elementos pequeno-burgueses.

14. Os Partidos que desejam filiar-se à Internacional Comunista devem apoiar incondicionalmente cada República Soviética em seu combate às forças contrarrevolucionárias. (...).

15. Os Partidos que ainda mantêm seus velhos programas social-democratas devem revisá-los o mais rápido possível e elaborar um novo, afinado com as resoluções da Internacional Comunista e adaptado às particularidades nacionais. Como regra, os programas dos Partidos filiados devem ser aprovados pelo Congresso Mundial seguinte (...)

16. Todas as resoluções dos congressos da Internacional Comunista, bem como as de seu Comitê Executivo, são obrigatórias para os Partidos a ela filiados. (...).

17. Conforme tudo o que foi exposto acima, os Partidos que desejam filiar-se à Internacional Comunista devem mudar seu nome para Partido Comunista de... (Seção da III Internacional Comunista). (...). É indispensável deixar completamente clara a todo trabalhador comum a diferença entre os Partidos Comunistas e os velhos partidos “social-democratas” ou “socialistas” oficiais que traíram a bandeira da classe operária.

18. Os órgãos dirigentes da imprensa partidária de todos os países devem publicar os documentos oficiais importantes do Comitê Executivo da Internacional Comunista.

19. Os Partidos filiados à Internacional Comunista ou que solicitaram sua filiação devem convocar o mais rápido possível, mas até quatro meses após o II Congresso Mundial, um congresso extraordinário para discutir internamente estas condições. (...).

20. Os Partidos que gostariam de filiar-se agora à III Internacional, mas ainda não mudaram radicalmente sua antiga tática, devem cuidar para que, até sua filiação, não menos de 2/3 de seu Comitê Central e de seus principais órgãos centrais sejam compostos por camaradas que, antes do II Congresso da Internacional Comunista, já tenham se manifestado de forma aberta e inequívoca a favor do ingresso de seu Partido. (...).

21. Devem ser expulsos do Partido os membros que rejeitarem por princípio as condições e teses apresentadas pela Internacional Comunista. (...)

Texto 3: A Estrutura, os Métodos e a Ação dos Partidos Comunistas. 3º Congresso da IC, junho de 1921

1. A organização do partido deve se adaptar às condições e aos objetivos de sua atividade. O Partido Comunista deve ser a vanguarda, o exército dirigente do proletariado, durante todas as fases de sua luta de classes revolucionária, e durante o período de transição em direção à realização do socialismo, primeiro degrau da sociedade comunista.

2. Não pode haver uma forma de organização imutável e absolutamente conveniente para todos os partidos comunistas. As condições da luta proletária se transformam constantemente e, conforme essas transformações, as organizações da vanguarda do proletariado devem também procurar constantemente formas novas e adequadas. As particularidades históricas de cada país determinam também formas especiais de organização para os diferentes países. (...)

4. Nas ações comuns, é indispensável para o sucesso ter uma direção, isto é, sobretudo em função dos grandes combates da história mundial. A organização de Partidos comunistas é a organização da direção comunista da revolução proletária. (...)

5. (...) Uma boa direção supõe, além do mais, a ligação da maneira mais absoluta e mais estreita com as massas proletárias. (...) Essas relações orgânicas devem ser obtidas nas organizações do partido Comunista pelo centralismo democrático.

6. O centralismo democrático na organização do Partido Comunista deve ser uma verdadeira síntese, uma fusão da centralização e da democracia operária. (...) A centralização no Partido Comunista não deve ser formal e mecânica; deve ser uma centralização da atividade comunista; isto é, a formação de uma direção poderosa, pronta para o ataque e ao mesmo tempo capaz de adaptação. (...)

7. (...) o esforço para manter uma direção forte, não pode ter sucesso se tentar obtê-la no terreno da democracia formal. É então indispensável, antes de tudo, desenvolver e manter contato vivo e relações mútuas entre o Partido e as massas do proletariado que lhe pertencem. (...)

Texto 4 – Frente Única (teses aprovadas no IV Congresso da IC)

RESOLUÇÃO SOBRE A TÁTICA DA INTERNACIONAL COMUNISTA

(...) IV. A OFENSIVA DO CAPITAL

Ao não haver aproveitado o proletariado de todos os países, exceto da Rússia, do estado de debilidade do capitalismo provocado pela guerra para assentar-lhe o golpe decisivo, a burguesia pôde, graças à ajuda dos socialistas reformistas, afastar os operários revolucionários dispostos ao combate, consolidar seu poder político e econômico e iniciar uma nova ofensiva contra o proletariado. (...)

Uma das tarefas dos partidos comunistas consiste em desmascarar estas traições inauditas e permanentes nos processos das lutas cotidianas das massas operárias. O dever dos partidos comunistas de todos os países consiste em estender e aprofundar as numerosas greves econômicas que irrompem em todas as partes, na medida do possível, transformá-las em greves e em lutas políticas. Também constituem um dever natural dos partidos comunistas aproveitar as lutas defensivas para fortalecer a consciência revolucionária e a vontade de combate das massas proletárias de maneira que, quando estas são suficientemente fortes, possam passar da defensiva a ofensiva. (...)

V. O FASCISMO INTERNACIONAL

A política ofensiva da burguesia contra o proletariado, tal como se manifesta de modo mais notório no fascismo internacional, está na mais estreita relação com a ofensiva do capital na ordem econômica. Dado que a miséria acelera a evolução espiritual das massas num rumo revolucionário, processo que engloba as classes médias, incluindo os funcionários e perturba a segurança da burguesia que não pode considerar mais a burocracia como um instrumento dócil, os métodos de repressão legal já não bastam a essa burguesia. Por isso se dedica a organizar em todas as partes guardas brancos especialmente destinados a combater todos os esforços revolucionários do proletariado e que na realidade serve cada vez em maior medida as tentativas do proletariado por melhorar sua situação.

A diferença característica do fascismo italiano, do fascismo “clássico”, que conquistou momentaneamente todo o país, está no fato de que os fascistas não somente constituem organizações de combate estritamente contrarrevolucionário e armados até os dentes, mas também tratam, mediante uma demagogia social, de criar uma base entre as massas, na classe camponesa e na pequena burguesia e até em certos setores do proletariado, utilizando habilmente para seus objetivos contrarrevolucionários decepções provocadas pela chamada democracia. (...)

Uma das tarefas mais importantes dos partidos comunistas está em organizar a resistência ao fascismo internacional, em colocar-se a frente de todo o proletariado e na luta contra os bandos fascistas e aplicar energicamente também a este terreno a tática da frente única. Os métodos ilegais são aqui absolutamente indispensáveis.

Porém o enlouquecido delírio fascista é a última resposta da burguesia. A dominação desempenhada pelos guardas brancos está dirigida de maneira geral contra as bases, mesmo as de democracia burguesa. As grandes massas do povo trabalhador se convencem cada vez mais de que a determinação da burguesia só é possível mediante uma ditadura não encoberta sobre o proletariado. (...)

VIII. A DIVISÃO DOS SINDICATOS

A fusão das Internacionais II e II e ½ tem, sem dúvida, como objetivo a preparação de uma “atmosfera favorável” para uma campanha sistemática contra os comunistas. A metódica cisão nos sindicatos provocada pelos chefes da Internacional de Amsterdã é uma parte desta campanha. Os homens de Amsterdã retrocedem ante toda a luta contra a ofensiva do capital e continuam muito bem com sua política de colaboração com os patrões. Para não serem molestados pelos comunistas nesta aliança com os empresários, tratam de suprimir total e sistematicamente sua influência nos sindicatos. Porém, como os comunistas têm conquistado perante eles a maioria dos sindicatos e estão em vias de fazê-lo em muitos países, os homens de Amsterdã não retrocedem nem ante às expulsões em massa nem ante à cisão formal com os sindicatos. Nada debilita tanto

as forças de resistência proletária contra a ofensiva do capital como a divisão dos sindicatos. (...) Desde agosto de 1914 a classe operária não foi testemunha de uma ação tão desprezível.

IX. A CONQUISTA DA MAIORIA

Nessas condições, a orientação fundamental deste congresso mundial é: “conquistar uma influência comunista na maioria da classe operária e conduzir ao combate o setor decisivo desta classe”, consiste em toda sua força.

A concepção segundo a qual, o instável equilíbrio atual da sociedade burguesa, pode instalar subitamente uma crise mais grave dando raiz a uma greve, de uma sublevação colossal, de uma nova guerra, ou até de uma crise parlamentar, conserva toda sua vigência, agora todavia em maior medida que na época do 3º Congresso. Porém precisamente por esse fator “subjetivo”, quer dizer do grau de consciência, de vontade de combate e de organização de classe operária e de sua vanguarda, adquire uma grande importância.

A maioria da classe operária dos EUA e da Europa deve ser conquistada. Essa é a tarefa essencial da Internacional comunista, tanto agora como antes.

Nos países coloniais e semicoloniais, a Internacional comunista tem duas tarefas: 1) criar um embrião de partido comunista que defenda os interesses gerais do proletariado e 2) apoiar com todas as forças o movimento nacional revolucionário dirigido contra o imperialismo, converter-se em vanguarda desse movimento e fortalecer o movimento social no seio do movimento nacional. (...) (...)

TESES SOBRE A UNIDADE DA FRENTE PROLETÁRIA

(...) 3. Por outro lado, a ofensiva capitalista suscita nas massas operárias uma tendência espontânea à unidade que nada poderá conter e que se dá simultaneamente com um aumento de confiança de que gozam os comunistas por parte do proletariado. (...)

(...) 6. Apesar de assegurar-se uma total liberdade de propaganda os partidos comunistas em todos os países se esforçam atualmente por realizar uma unidade tão completa como seja possível no terreno da ação prática. Os dirigentes de Amsterdã e da II Internacional também reivindicam da unidade, porém todos seus atos são a negação de suas palavras. Ao não conseguir afixar nas organizações os protestos, as críticas e as aspirações dos revolucionários, os reformistas, que desejam ardentemente seus compromissos, tratam agora de sair do impasse em que se meteram, semeando a desorganização e a divisão entre os trabalhadores e sabotando suas lutas. Desmascarar neste momento sua reincidência na traição é um dos deveres mais importantes dos partidos comunistas.

7. (...) a bandeira de frente única é a expressão sincera do desejo de opor a ofensiva patronal todas as forças da classe operária, essa consigna só é, por parte dos líderes reformistas, uma nova tentativa de enganar os operários para conduzi-los à colaboração de classes. (...)

8. (...) A tática dos partidos comunistas se inspirará nas condições particulares de cada país.

9. Na Alemanha, o partido comunista, na última seção de seu Congresso Nacional, se pronunciou pela unidade de frente proletária e reconheceu a possibilidade de apoiar um “governo operário unitário” que estaria disposto a combater seriamente o poder capitalista. O Executivo da Internacional comunista aprova sem reserva esta decisão, persuadido de que o Partido Comunista Alemão, salvaguardando sua independência política, possa deste modo penetrar em setores mais vastos do proletariado e fortalecer a influência comunista. Na Alemanha em maior medida que em outras partes as grandes massas compreendem cada vez mais que sua vanguarda comunista tinha razão ao negar-se a depor as armas nos momentos mais difíceis e denunciar a inutilidade absoluta dos remendos reformistas em uma situação que unicamente a revolução proletária pode resolver. Perseverando nesta atitude, o Partido Alemão não tardará em ganhar para si todos os elementos anarquistas e sindicais que tenham permanecido até agora à margem da luta de massas.

10. Na França, o Partido Comunista engloba a maioria dos trabalhadores politicamente organizados. Em consequência, o problema da frente única assume um aspecto diferente do que se apresenta em outros países. Porém também na França é preciso que todas as responsabilidades de ruptura da frente operária recaiam sobre

nostros adversários. A fração revolucionária do sindicalismo francês combate com razão as divisões nos sindicatos e defende a unidade da classe operária na luta econômica. Porém, esta luta não se detém no marco da fábrica. A unidade também é indispensável contra a política imperialista, etc. A política dos reformistas e dos centristas logo de haver provocado a divisão no seio do partido, ameaçará agora a unidade do movimento sindical, o que prova que, assim como Jean Longuet, Jouhaux serve na realidade, de franja da burguesia. A bandeira de unidade política e econômica da frente proletária contra a burguesia é o melhor meio de acabar com as manobras divisionistas (...)

É evidente que este método de nenhum modo implica para o Partido Francês uma restrição de sua independência e não o comprometerá, por exemplo, a apoiar o bloco das esquerdas no período eleitoral ou a mostrar exagerada indulgência com respeito aos “comunistas” indecisos que não cansam de deplorar a divisão dos sociais-patriotas. (...)

18. (...) Durante os quinze anos transcorridos entre o surgimento do bolchevismo e sua vitória (1903-1917), este nunca deixou de combater aos reformistas, o que é o mesmo que o menchevismo. Porém durante este mesmo intervalo os bolcheviques subscreveram acordos em várias oportunidades com os mencheviques. A primeira cisão formal teve lugar na primavera de 1905. Porém, sob a influência irresistível de um movimento operário de vasta envergadura, os bolcheviques formaram neste mesmo ano uma frente comum com os mencheviques. A segunda cisão formal se produziu em Janeiro de 1912. Porém, desde 1905 até 1912, a cisão alterna com uniões e acordos temporários (em 1906, 1907 e 1910). Uniões e acordos que não se produziram somente logo das primeiras lutas entre frações, mas sim sobre todos debaixo da pressão das grandes massas operárias iniciadas na vida política e que queriam comprovar por si mesmas se os caminhos do menchevismo se apartavam realmente da revolução. Pouco tempo antes da guerra imperialista, o novo movimento revolucionário que seguiu a greve que originou nas massas proletárias uma poderosa aspiração à unidade que os dirigentes do menchevismo se dedicaram a explorar em seu proveito, como fazem atualmente os líderes das Internacionais “socialistas” e os da Internacional de Amsterdã. Nessa época, os bolcheviques não se negaram a constituir a frente única. Longe deles para contrabalançar a diplomacia dos chefes mencheviques, adaptaram a bandeira de “unidade na base”, quer dizer da unidade das massas operárias em ação revolucionária prática contra a burguesia. A experiência demonstrou que essa era a única tática verdadeira. Modificada segundo a época e os lugares, esta tática ganhou para o comunismo a imensa maioria dos melhores elementos proletários mencheviques. (...)

20. Ao estabelecer esse plano de ação, o Executivo trata de chamar a atenção dos partidos irmãos sobre os perigos que podem representar. Todos os partidos comunistas deverão ser suficientemente sólidos e organizados e de haver vencido definitivamente as ideologias centristas e semicentristas. Podem produzir-se excessos que provoquem a transformação dos partidos e grupos comunistas em blocos heterogêneos e informes. Para aplicar com êxito a tática proposta é preciso que o partido esteja fortemente organizado e que sua direção se distinga pela perfeita clareza de suas ideias. (...)

22. Por unidade de frente proletária é preciso entender a unidade de todos os trabalhadores desejosos de combater o capitalismo, incluídos, por tanto, os anarquistas e os sindicalistas. Em vários países, esses elementos podem associar-se utilmente às ações revolucionárias. Desde seu início, a Internacional comunista sempre preconizou uma atitude amistosa com respeito a esses elementos operários que superam pouco a pouco suas debilidades e aderem ao comunismo. Os comunistas deverão entrar em sucessivos acordos com maior atenção dado que a frente única contra o capitalismo se apressa em vias de realização. (...)

Parte IV: Triunfo da Contrarrevolução Stalinista.

Texto 1. Revolução e Contrarrevolução na Alemanha. Leon Trotsky

“Está na Alemanha a chave da situação internacional (26 de novembro de 1931)

(...) o fascismo provém de duas condições: de um lado, de uma grave crise social; de outro lado, da fraqueza revolucionária do proletariado alemão. A fraqueza do proletariado, por sua vez, tem duas causas: primeiro, o papel histórico particular da socialdemocracia, que ainda é uma agência poderosa do capitalismo nas fileiras do proletariado; em seguida, a incapacidade da direção centrista do PC em unir os operários sob a bandeira da Revolução. (...)

A tomada do poder pelos “nacional-socialistas” terá como efeito, antes de tudo, a exterminação da elite do proletariado alemão, a destruição de suas organizações; ela lhe tirará toda a fé em si mesmo e no seu futuro. Se tomarmos em conta a maior maturidade e a gravidade ainda maior dos antagonismos existentes na Alemanha, a obra infernal do fascismo italiano parecerá provavelmente insignificante; seria uma experiência quase humanitária em comparação com o que poderia fazer o nacional-socialismo alemão. (...)

Se, atualmente, mesmo os círculos influentes da burguesia temem as experiências do fascismo, é precisamente porque não querem perturbações; não desejam uma longa guerra civil cheia de ameaças; por outro lado, a política de capitulação do partido comunista, que abre para o fascismo o caminho do poder, empurrará totalmente para o lado dos fascistas as classes médias, a pequena burguesia ainda hesitante e também camadas consideráveis do proletariado. (...)

Por enquanto, a principal força dos fascistas é a do número. Sim, eles obtêm votos numerosos nas eleições. Mas não é o boletim de voto que decide na luta social. Os principais efetivos do fascismo continuam a ser constituídos pela pequena burguesia e a nova classe média que se formou: pequenos artesãos e empregados no comércio nas cidades, funcionários, empregados técnicos, intelectuais, camponeses arruinados. Na balança de uma estatística eleitoral, mil votos fascistas pesam tanto quanto mil votos comunistas. Mas na luta revolucionária, mil operários pertencentes a uma grande empresa, representam uma força cem vezes maior do que a de um milhar de funcionários, de amanuenses, contados com suas esposas e sogras. A principal massa fascista se compõe da poeira da humanidade. (...)

A reviravolta da Internacional Comunista e a situação na Alemanha (26 de setembro de 1930)

(...) A primeira qualidade de um partido verdadeiramente revolucionário é poder olhar de frente a realidade. (...)

(...) As oscilações da grande burguesia entre a socialdemocracia e o fascismo – em virtude do enfraquecimento dos seus partidos principais – constituem um sintoma muito evidente de uma situação pré-revolucionária. Com o advento de condições verdadeiramente revolucionárias, essas oscilações cessarão de um golpe, naturalmente. (...)

Para que a crise social possa resultar na Revolução Proletária, é indispensável, afora outras condições, que se produza um deslocamento decisivo das classes pequeno-burguesas para o proletariado. Isso dá ao proletariado a possibilidade de se colocar como guia à testa da nação.

As últimas eleições mostram, e isto constitui o seu valor sintomático essencial, um deslocamento inverso: sob os golpes da crise, a pequena-burguesia se inclina não para a Revolução Proletária, mas para a reação imperialista mais extremada, arrastando consigo parte importante do proletariado. (...)

(...) Se o Partido Comunista é um partido de esperança revolucionária, o fascismo, como movimento de massas, é então um partido de desespero contrarrevolucionário. Quando a massa proletária é abrasada pela esperança revolucionária, arrasta inevitavelmente consigo, no caminho da Revolução, camadas importantes e crescentes da pequena burguesia. Nesse domínio, precisamente, as eleições oferecem uma imagem inteiramente oposta: o desespero contrarrevolucionário abraçou o maciço pequeno-burguês com tal força que atraiu importantes camadas do proletariado. (...)

O fascismo é um perigo real na Alemanha, como expressão aguda da situação sem saída do regime burguês, do papel conservador da socialdemocracia, em relação a esse regime, e da fraqueza acumulada do PC para destruir esse regime. Quem nega isso é um cego ou um fanfarrão. (...)

(...) a condição do êxito reside, pois, no abandono da teoria e da prática do “social-fascismo”, cuja nocividade se torna perigosa nas condições atuais. A crise social provocará inevitavelmente abalos profundos

no seio da socialdemocracia. A radicalização das massas atuará sobre os operários socialdemocratas muito antes deles deixarem de ser socialdemocratas. Ser-nos-á preciso, inevitavelmente, realizar acordos, contra o fascismo, com as diversas organizações e frações socialdemocratas, apresentando, diante das massas, condições precisas aos seus dirigentes. (...)

Pôr-se na defensiva é aproximar-se da maioria da classe operária alemã, e é fazer a frente única com os operários socialdemocratas e sem partido contra o perigo fascista. (...)

Que defenderá o PC? A constituição de Weimar? Não, deixaremos essa tarefa a Brandler. O PC deve tomar a defesa das posições materiais e intelectuais que a classe operária conquistou no Estado alemão. (...)

(...) e quanto mais apresentarmos propostas concretas para organizar a defesa em cada fábrica, em cada quarteirão, em cada bairro operário, tanto menor será o perigo de que a ofensiva dos fascistas nos apanhe de improviso e maior a certeza de que essa ofensiva não dispersará, mas reforçará as fileiras operárias. (...)

(...) nossa tarefa consiste, ao nos aproximarmos dos operários socialdemocratas na base da defensiva, em arrastá-los em seguida à ofensiva decisiva. (...) Eis porque a política de defensiva estabelecida na aproximação com as massas socialdemocratas, não significa em nenhum caso uma atenuação das divergências com o estado-maior brandleriano (...).

Contra o nacional-comunismo (As lições do Plebiscito “Vermelho”) (25 de agosto de 1931)

(...) A 21 de julho, o CC se dirigiu ao governo prussiano com reivindicações democráticas e sociais, ameaçando, em caso de recusa, de tomar a defesa do *referendum*. Apresentando essas reivindicações, a burocracia estalinista efetivamente se dirigiu ao vértice do Partido socialdemocrata com propostas, sob certas condições, de frente única contra o fascismo. Depois que a socialdemocracia repeliu essas condições, os stalinistas fizeram a frente única com os fascistas contra a socialdemocracia. A política de frente única se faz, pois, não somente “por baixo”, mas também “por cima”. É permitido a Thaelmann, dirigir-se a Braun e a Severing, por meio de uma “carta aberta”, para a defesa comum da democracia e da legislação social contra os bandos de Hitler. (...)

(...) Adotando o caminho do *referendum*, a burocracia do Partido não impôs nenhuma condição aos nacional-socialistas. Por que? Se os nacional-socialistas só representam variações do fascismo, por que podem ser impostas condições à socialdemocracia e não podem ser impostas aos nacional-socialistas? É que existem, então, algumas diferenças importantes de *qualidade* entre essas duas “variedades”, tanto no que concerne à sua base social, como no que concerne ao seu método de enganar as massas? Mas, então, não chamem de fascistas a uns e outros, porque os termos, em política, servem para distinguir as coisas e não para meter tudo no mesmo saco.

(...) A burocracia stalinista deu ao *referendum* de Thaelmann o nome de “vermelho”, por ocasião ao plebiscito negro ou cinzento de Hitler. Está evidentemente, fora de dúvida que se trata de dois partidos irredutivelmente inimigos, e todas as mentiras da socialdemocracia não conseguirão fazer que os operários esqueçam isso. Mas o fato é este: numa determinada campanha, a burocracia stalinista arrastou os operários revolucionários a uma frente única com os nacional-socialistas contra a socialdemocracia. (...)

(...) O governo da Prússia, dizem-nos, franqueia o caminho aos fascistas. É inteiramente exato. (...) Se acusarmos justamente a socialdemocracia de ter preparado o caminho para o fascismo, nossa tarefa não deve absolutamente consistir em encurtar esse caminho.

A carta do Comitê Central do Partido Comunista Alemão de 27 de junho, endereçada a todas as células, por ser produto de um exame coletivo da questão, revela, de forma particularmente cruel, a inconsistência da direção. O essencial desta carta, posta de parte a confusão e contradições, se reduz à ideia que, em suma, não há nenhuma diferença entre o inimigo que engana os operários e os trai, explorando a sua longanimidade, e o inimigo que quer simplesmente degolá-los. Vendo toda a inépcia dessa identificação, os autores da carta circular realizam inopinadamente uma reviravolta e apresentam o *referendum* vermelho como uma “aplicação decisiva da política de frente única por baixo (!) com os operários socialdemocratas, os operários cristãos e os sem partido”. Nenhum cérebro proletário poderá compreender porque a participação no plebiscito, ao lado dos fascistas, contra os socialdemocratas e o partido do centro, deve ser considerada como uma política de frente única com os operários socialdemocratas e cristãos. Trata-se, com toda evidência, dos operários socialdemocratas que, destacando-se de seu partido, tomaram parte no *referendum*. Quantos são eles? Por política de frente única deve-se, em todo caso, compreender uma ação comum, não com os operários que deixaram a socialdemocracia, mas com os que continuam em suas fileiras. Desgraçadamente, eles são ainda muito numerosos. (...)

(...) devemos dizer aos operários socialdemocratas, cristãos e sem partido: Os fascistas, que são uma pequena minoria, querem derrubar o atual governo para se assenhorearem do poder; nós, comunistas, consideramos o governo atual como inimigo do proletariado; mas, esse governo se apoia sobre a confiança e os votos de vocês; queremos derrubar este governo com uma aliança com vocês e não por uma aliança com os fascistas contra vocês. Se os fascistas procuram fazer uma insurreição, nós, comunistas, iremos lutar contra eles até à última gota de sangue, - não para defender o governo Braun-Bruening, mas para preservar do estrangulamento e da destruição a elite do proletariado, as organizações operárias, a imprensa operária, não só as nossas, as organizações comunistas, como também as de vocês socialdemocratas. Estamos prontos a defender com vocês qualquer casa operária, qualquer oficina de um jornal operário, contra os ataques dos fascistas. E pedimos a vocês que se comprometam a vir em nosso auxílio, caso as nossas organizações sejam ameaçadas. Propomos a vocês a frente única da classe operária contra os fascistas. Quanto mais resolutamente e mais firmemente aplicarmos essa política, em todas as questões, tanto mais difícil será aos fascistas nos surpreender e menos probabilidades terão de nos esmagar numa luta aberta. (...)"

Texto 2 - Aonde vai a França? Leon Trotsky **“Aonde vai a França (outubro de 1934)**

(...) A sociedade contemporânea se compõe de 3 classes: a grande burguesia, o proletariado e as classes médias, ou pequena burguesia. As relações entre estas três classes determinam, em última instância, a situação política. As classes fundamentais são a grande burguesia e o proletariado. Essas duas classes são as únicas que podem ter uma política independente, clara e consequente. A pequena burguesia se caracteriza por sua dependência econômica e sua heterogeneidade social. Sua camada superior toca imediatamente a grande burguesia. Sua camada inferior se mescla com o proletariado, e chega mesmo a cair no estado de lumpemproletariado. De acordo com a situação econômica, a pequena burguesia não pode ter uma política independente. Oscila sempre entre os capitalistas e os operários. Sua própria camada superior a empurra para à direita; suas camadas inferiores, oprimidas e exploradas, são capazes, em certas condições, de virar bruscamente a esquerda. (...) A pequena burguesia, encarnada pelas massas arruinadas das cidades e do campo, começa a perder a paciência. Adota uma atitude cada vez mais hostil para com a sua própria camada superior; se convence através dos fatos da inconsistência e perfídia de sua direção política. (...) É precisamente essa desilusão da pequena burguesia, sua impaciência, seu desespero que o fascismo explora. (...) Os fascistas mostram audácia, saem à rua, enfrentam a polícia, tentam varrer o Parlamento pela força. Isto impressiona o pequeno burguês afundado no desespero. Ele se diz: ‘Os radicais, entre os quais há muitos patifes, se venderam definitivamente aos banqueiros; os socialistas prometem há muito eliminar a exploração, porém nunca passam das palavras aos fatos; os comunistas, não é possível entendê-los: hoje é uma coisa, amanhã outra; é preciso ver se os fascistas podem nos salvar’. (...)

(...) A campanha da Frente Única deve apoiar-se sobre um programa de transição bem elaborado, isto é, sobre um sistema de medidas que – com um governo operário e camponês – deve assegurar a transição do capitalismo ao socialismo.

Ora, se é necessário um programa, não é para tranquilizar a própria consciência, mas para conduzir uma ação revolucionária. (...) Os programas do fascismo são fantásticos, mentirosos, demagógicos. Mas o fascismo trava uma luta raivosa pelo poder. O socialismo pode lançar o programa mais sábio, mas seu valor será igual a zero se a vanguarda do proletariado não desenvolver uma audaciosa luta para apoderar-se do poder do Estado. (...)

Uma Vez Mais, Aonde Vai a França? (28 de março de 1935)

(...) O atual programa da Internacional Comunista foi adotado no 6º Congresso, em 1928, após o esmagamento da direção leninista. Entre o atual programa e aquele com que o bolchevismo conseguiu a vitória de 1917 há um abismo. O programa do bolchevismo partia do ponto de vista de que a sorte da Revolução de Outubro é inseparável da sorte da revolução internacional. O programa de 1928, apesar de todas as suas frases ‘internacionalistas’, parte da perspectiva da *construção independente do socialismo na URSS*. O programa de Lenin dizia: ‘Sem a revolução no Ocidente e no Oriente, estamos vencidos’. Esse programa, por sua própria essência, excluía a possibilidade de sacrificar os interesses do movimento operário mundial aos interesses da URSS. O programa da Internacional Comunista significa, na prática, que se pode e se deve sacrificar os interesses da revolução proletária na França aos interesses da URSS (...) O programa de Lenin ensinava: o burocratismo soviético é o pior inimigo do socialismo; refletindo a pressão das forças e das tendências

burguesas sobre o proletariado, o burocratismo pode conduzir ao renascimento da burguesia, o êxito contra o chicote do burocratismo não pode ser assegurado senão através da vitória do proletariado europeu e mundial. O atual programa da Internacional Comunista diz o contrário: o socialismo pode ser constituído independentemente dos êxitos e fracassos do proletariado mundial, sob a direção da infalível e onipresente burocracia soviética; tudo que se dirige contra a sua infalibilidade é contrarrevolucionário e merece ser exterminado.

(...) Com efeito, a burocracia stalinista praticamente substituiu, depois de muito tempo, o programa da revolução proletária internacional por um programa de reformas soviéticas nacionais. Dispersando e enfraquecendo o proletariado mundial com sua política, que é uma mescla de oportunismo e aventureirismo, a Internacional Comunista solapava, desse modo, os próprios interesses fundamentais da URSS. Estamos a favor da URSS, mas contra a burocracia usurpadora e seu instrumento cego, a Internacional Comunista.

(...) o fato de que existam dois partidos operários, o que torna absolutamente necessária, ante o perigo comum, uma política de Frente Única, basta para explicar as aspirações dos operários à unidade orgânica. Se houvesse na França um partido revolucionário consequente, seríamos adversários decididos da fusão com o partido oportunista. Em condições de exacerbação da crise social, o partido revolucionário, em luta contra o reformismo, infalivelmente reuniria sob sua bandeira a maioria esmagadora dos operários. O problema histórico não é unir mecanicamente todas as organizações que representam diferentes etapas da luta de classes, mas reunir o proletariado na luta e para a luta. Trata-se de dois problemas distintos e as vezes até mesmo contraditórios.

Mas o fato é que na França não há partido revolucionário. A ligeireza com que o Partido Comunista – sem a menor discussão – passou da teoria e da prática do ‘social-fascismo’ ao bloco com os radicais e à rejeição das tarefas revolucionárias, em nome das ‘reivindicações imediatas’, confirma que o aparato do partido está completamente corroído pelo cinismo. É um *partido doente*. (...)

Não, não estamos contra a unidade. Mas estamos contra o fetichismo, a superstição e a cegueira. A unidade não resolve nada por si mesma. A socialdemocracia austríaca reuniu em torno de si quase todo o proletariado, mas somente para leva-lo à derrota. O partido operário belga tem todo o direito de dizer-se o único partido do proletariado, mas isso não impede que vá de capitulação em capitulação. Somente pessoas de uma idiotice sem esperanças podem esperar que o Partido Trabalhista, que domina completamente o proletariado britânico, seja capaz de assegurar a vitória deste último. O que decide não é a unidade em si mesma, mas seu conteúdo político real. (...)

Frente Popular e Comitês de Ação (26 de novembro de 1935)

A ‘Frente Popular’ é uma aliança do proletariado com a burguesia imperialista, representada pelo partido radical, e outros despojos da mesma espécie e menor envergadura. Esta aliança se estende ao terreno parlamentar. Em ambos os terrenos, o partido radical, que conserva toda a sua liberdade de ação, limita brutalmente a liberdade de ação do proletariado. (...)

A Frente Popular, em sua forma atual, espezinha não somente a democracia proletária, mas também a democracia formal, burguesa. A maioria dos eleitores radicais não participa da luta dos trabalhadores nem, conseqüentemente, da Frente Popular. No entanto, o partido radical ocupa nesta Frente uma posição não apenas igual aos outros, mas privilegiada; os operários são obrigados a limitar sua atividade segundo o programa do partido radical. (...) Os chefes do Partido Comunista se vangloriam abertamente de ter renunciado a algumas cadeiras que pertenceriam de pleno direito aos operários em favor dos partidos não-proletários. (...)

Por definição, a Frente é a organização direta e imediata da luta. Quando se trata de luta, cada operário vale por uma dezena de burgueses, ainda que sejam partidários da Frente Popular. (...)

O último congresso da Internacional Comunista, em sua resolução sobre o informe de Dimitrov, pronunciou-se pela criação de comitês de ação eleitos que deveriam constituir a base de massa da Frente Popular. Esta é, claramente, a única ideia progressiva de toda a resolução. Mas é exatamente por isso que os stalinistas não fazem nada para realiza-la. (...) a Frente Popular em sua forma atual, não é outra coisa senão a organização do proletariado (reformista e stalinista) e os exploradores da pequena burguesia (radicais). Autênticas eleições de massa dos comitês de ação devem, automaticamente, expulsar os negociantes burgueses (radicais) da Frente Popular e assim fazer saltar pelos ares a política criminoso ditada por Moscou. (...)

A França na Encruzilhada (28 de março de 1936)

(...) A Frente Popular nos diz, não sem revolta, que não é um cartel, em absoluto, mas um movimento de massa. É verdade que não faltam definições pomposas, mas elas não mudam as coisas. O objetivo do Cartel

sempre foi o de frear o movimento de massa, orientando-o para a colaboração de classes. A Frente Popular tem exatamente o mesmo objetivo. A diferença entre eles – e não é pequena – é que o Cartel tradicional foi aplicado nas épocas de estabilidade e de calma do regime parlamentar. Hoje, com as massas impacientes e prontas a explodir, tornou-se necessário um freio mais sólido, com a participação dos ‘comunistas’. Os atos comuns, as marchas espetaculares, os juramentos, a união da bandeira da Comuna com a bandeira de Versalhes, a gritaria, a demagogia, não tem mais que um objetivo: conter e desmoralizar o movimento de massa. (...)

Um princípio elementar da estratégia marxista é que a aliança do proletariado com a pequena burguesia das cidades e o campo deve realizar-se unicamente na luta irreduzível contra sua representação parlamentar tradicional. Para ganhar o camponês para o operário, é preciso separá-lo do político radical que o submete ao capital financeiro. Do contrário, a Frente Popular, complô da burocracia operária com os piores exploradores políticos das classes médias, é simplesmente capaz de matar a fé das massas nos métodos revolucionários e lança-las nos braços da contrarrevolução fascista. (...)

Os bolcheviques realizaram acordos políticos com organizações revolucionárias pequeno-burguesas para o transporte clandestino de publicações revolucionárias, e, algumas vezes, para a organização comum de uma manifestação ou para responder aos grupos de ‘pogromistas’. Quando das eleições para a Duma, recorreram, em certas circunstâncias e no segundo grau, a blocos eleitorais com os mencheviques ou com os socialistas revolucionários. Isso é tudo. Nem ‘programas’ comuns, nem organismos permanentes, nem renúncia a criticar os aliados circunstanciais. Este tipo de acordos e compromissos episódicos, estritamente limitados a objetivos precisos – os únicos que Lenin tomava em consideração – nada tinham em comum com a Frente Popular, que representa um conglomerado de organizações heterogêneas, uma aliança duradoura de classes diferentes ligadas para todo um período, e que período! – por uma política e um programa comum: por uma política de ostentação, de declamação e de poeira nos olhos. Na primeira prova séria, a Frente Popular vai se romper e todas as suas partes constituintes sairão com profundas rachaduras. A política da Frente Popular é uma política de traição. (...)

A regra do bolchevismo, no que se referia aos blocos, era a seguinte: *marchar separados, vencer juntos!* A regra dos atuais chefes da internacional comunista é: *marchar juntos para ser derrotado separadamente.*

Texto 3 - Os Sindicatos na Época da Decadência Imperialista, Leon Trotsky (1940)

(...) Há uma característica comum no desenvolvimento ou, para sermos mais exatos, na degeneração das modernas organizações sindicais de todo o mundo: sua aproximação e sua vinculação cada vez mais estreitas com o poder estatal. Esse processo é igualmente característico dos sindicatos neutros, socialdemocratas, comunistas e anarquistas. Somente este fato demonstra que a tendência a "estreitar vínculos" não é própria desta ou daquela doutrina, mas provém de condições sociais comuns a todos os sindicatos.

O capitalismo monopolista não se baseia na concorrência e na livre iniciativa privada, mas numa direção centralizada. As camarilhas capitalistas, que encabeçam os poderosos trustes, monopólios, bancos etc., encaram a vida econômica da mesma perspectiva como o faz o poder estatal, e a cada passo exigem sua colaboração. Os sindicatos dos ramos mais importantes da indústria, nessas condições veem-se privados da possibilidade de aproveitar a concorrência entre as diversas empresas. Devem enfrentar um adversário capitalista centralizado, intimamente ligado ao poder estatal. Daí a necessidade que os sindicatos têm - enquanto se mantenham numa posição reformista, ou seja, de adaptação à propriedade privada - de adaptar-se ao estado capitalista e de lutar pela sua cooperação. Aos olhos da burocracia sindical, a tarefa principal é "liberar" o estado de suas amarras capitalistas, de debilitar sua dependência dos monopólios e voltá-los a seu favor. Esta posição harmoniza-se perfeitamente com a posição social da aristocracia e da burocracia operárias, que lutam por obter algumas migalhas do sobrelucro do imperialismo capitalista. Os burocratas fazem todo o possível, em palavras e nos fatos, para demonstrar ao estado ‘democrático’ até que ponto são indispensáveis e dignos de confiança em tempos de paz e, especialmente, em tempos de guerra. O fascismo, ao transformar os sindicatos em organismos do estado, não inventou nada de novo: simplesmente levou até às últimas consequências as tendências inerentes ao imperialismo.

Os países coloniais e semicoloniais não estão sob o domínio de um capitalismo nativo, mas do imperialismo estrangeiro. Mas este fato fortalece, em vez de debilitar, a necessidade de laços diretos, diários

e práticos entre os magnatas do capitalismo e os governos que deles dependem, nos países coloniais e semicoloniais. À medida que o capitalismo imperialista cria nas colônias e semicolônias um estrato de aristocratas e burocratas operários, estes necessitam o apoio dos governos coloniais e semicoloniais, que desempenhem o papel de protetores, de patrocinadores e às vezes de árbitros. Esta é a base social mais importante do caráter bonapartista e semi-bonapartista dos governos das colônias e dos países atrasados em geral. Essa é também a base da dependência dos sindicatos reformistas em relação ao estado.(...)

À primeira vista, poder-se-ia deduzir do que foi dito que os sindicatos deixam de existir enquanto tal na época imperialista. Quase não dão espaço à democracia operária que, nos bons tempos em que reinava o livre comércio, constituía a essência da vida interna das organizações operárias.

Não existindo a democracia operária não há qualquer possibilidade de lutar livremente para influir sobre os membros do sindicato. Com isso desaparece, para os revolucionários, o campo principal de trabalho nos sindicatos. No entanto, essa posição seria falsa até à medula. Não podemos escolher por nosso gosto e prazer o campo de trabalho nem as condições em que desenvolveremos nossa atividade. Lutar para conseguir influência sobre as massas operárias dentro de um estado totalitário ou semi-totalitário é infinitamente mais difícil que numa democracia. (...). Não podemos renunciar à luta para conseguir influência sobre os operários alemães simplesmente porque ali o regime totalitário torna essa tarefa muito difícil. Do mesmo modo, não podemos renunciar à luta dentro das organizações trabalhistas compulsórias, criadas pelo fascismo. Menos ainda podemos renunciar ao trabalho sistemático no interior dos sindicatos de tipo totalitário ou semi-totalitário somente porque dependam, direta ou indiretamente, do estado operário ou porque a burocracia não dá aos revolucionários a possibilidade de trabalhar livremente neles. Deve-se lutar sob todas essas condições criadas pela evolução anterior, onde é necessário incluir os erros da classe operária e os crimes de seus dirigentes. Nos países fascistas e semifascistas é impossível concretizar um trabalho revolucionário que não seja clandestino, ilegal, conspirativo. Nos sindicatos totalitários ou semi-totalitários é impossível ou quase impossível realizar um trabalho que não seja conspirativo. Temos de nos adaptar às condições existentes nos sindicatos de cada país para mobilizar as massas não apenas contra a burguesia, mas também contra o regime totalitário dos próprios sindicatos e contra os dirigentes que sustentam esse regime.

A primeira palavra de ordem desta luta é: independência total e incondicional dos sindicatos em relação ao Estado capitalista. Isso significa lutar para transformar os sindicatos em organismos das grandes massas exploradas e não da aristocracia operária.

A segunda é: democracia sindical. Esta palavra de ordem deduz-se diretamente da primeira e pressupõe para sua realização a independência total dos sindicatos em relação ao estado imperialista ou colonial.

Em outras palavras, os sindicatos atualmente não podem ser simplesmente os órgãos da democracia como na época do capitalismo concorrencial e já não podem ser politicamente neutros, ou seja, limitar-se às necessidades cotidianas da classe operária. Já não podem ser anarquistas, quer dizer, já não podem ignorar a influência decisiva do estado na vida dos povos e das classes. Já não podem ser reformistas, porque as condições objetivas não dão espaço a nenhuma reforma séria e duradoura. Os sindicatos de nosso tempo podem ou servir como ferramentas secundárias do capitalismo imperialista para subordinar e disciplinar os operários e para impedir a revolução ou, ao contrário, transformar-se nas ferramentas do movimento revolucionário do proletariado. (...)

(...) O social-reformismo deve transformar-se em social-imperialismo para poder prolongar sua existência, mas para prolongá-la e nada mais. Esse caminho em geral não tem saída.

Isso significa que na era do imperialismo a existência de sindicatos independentes é, em geral, impossível? Seria basicamente incorreto colocar assim esta questão. O que é impossível é a existência de sindicatos reformistas independentes ou semi-independentes. É perfeitamente possível a existência de sindicatos revolucionários, que não somente não sejam agentes da política imperialista, mas que também se coloquem como tarefa a destruição do capitalismo dominante. Na era da decadência imperialista, os sindicatos somente podem ser independentes na medida em que sejam conscientes de ser, na prática, os organismos da revolução proletária. Nesse sentido, o programa de transição adotado pelo último congresso da IV Internacional não é apenas um programa para a atividade do partido, mas, em traços gerais, é o programa para a atividade dos sindicatos. (...)

(...) Os acontecimentos dos últimos tempos (antes da guerra) demonstraram muito claramente que o anarquismo, que em teoria não é mais que um liberalismo levado às últimas conseqüências, não era na prática mais que propaganda pacífica dentro da república democrática, cuja proteção necessitava. Se deixarmos de

lado os atos de terrorismo individual etc., o anarquismo, como movimento de massa e de ação política, não exerceu mais que uma atividade propagandística sob a proteção da legalidade. Em situações de crise os anarquistas sempre fazem o contrário do que pregam em tempos de paz. Isso o próprio Marx já havia assinalado, referindo-se à Comuna de Paris. E se repetiu em muito maior escala na experiência da Revolução Espanhola.

Parte V: Vendaval oportunista, social liberalismo e neoreformismo

Texto 1 - Restauração e Revolução - trechos Martin Hernández (2004)

(...) Em reiteradas oportunidades nos perguntam: Como é possível que em 1986 a burguesia tenha retomado o poder se nesse momento na ex-URSS a burguesia não existia como classe? Esse tipo de perguntas leva embutidas três incompreensões. Em primeiro lugar é necessário entender que a burguesia é uma classe internacional; em segundo lugar que na maioria dos casos a burguesia não governa de forma direta, senão por meio de seus representantes pequeno burgueses; em terceiro lugar é necessário entender que se bem é verdade que na URSS não existia uma burguesia como classe, existia um enorme setor parasitário (a burocracia) com um nível de vida similar ao da burguesia e com íntimas relações com esta, que eram aspirantes a burgueses. Gorbachov era o representante desse setor social e era o agente pequeno burguês do imperialismo, e como tal, era a cabeça mais visível de um novo estado que se propunha a restaurar o capitalismo.

Em todo esse processo, não só na ex-URSS senão na maioria dos países do Leste Europeu, os trabalhadores e as massas tiveram um importante papel. Os jornais e a televisão de todo o mundo foram bastante explícitos ao mostrar um movimento impressionante, que se estendeu de região em região e de país em país em algo que em seu momento foi denominado “efeito dominó” e que foi derrubando a maioria dos regimes estalinistas de partido único. A partir desses acontecimentos uma enorme confusão, que se mantém até hoje, se instalou no conjunto da esquerda a nível mundial. Por um lado, a restauração do capitalismo, e por outro, a brutal campanha ideológica do Imperialismo tratando de mostrar a superioridade do capitalismo sobre o socialismo, provocou um profundo impacto em toda a esquerda e em toda a vanguarda a nível mundial.

Uma boa parte da esquerda chegou à conclusão de que o capitalismo havia demonstrado sua superioridade. Outra parte, possivelmente a maioria, de que o socialismo não passava de uma bela utopia. Entre eles germinou com muita força a ideia de que o Leninismo havia dado origem ao Estalinismo, que os partidos revolucionários eram algo do passado, o mesmo que a revolução socialista e a tomada do poder pelos trabalhadores.

Trotsky, seguindo a Marx e a Lenin, havia dito: “Nosso programa se resume em três palavras: Ditadura do Proletariado”. Depois dos acontecimentos do Leste “ditadura do proletariado” se transformou em um palavirão que só era dito em voz muito baixa e com muita vergonha.

Desta forma, frente ao colapso dos estados operários burocratizados e frente à campanha do imperialismo a ampla maioria da esquerda encontrou uma “saída” pela positiva: a “democracia como um valor universal”. Se deixou assim, inclusive a “utopia socialista” para belos discursos em dias de festa. O importante era ter uma política “realista”: eleições e parlamento. Parlamento e eleições.

Passados alguns anos do começo da restauração, os resultados são sumamente evidentes. Basta ver o que está se passando na América Latina (um dos centros da revolução mundial durante várias décadas) em países como Brasil, El Salvador, Nicarágua, Argentina, Uruguai... onde a maioria dos dirigentes da esquerda (reformista e revolucionária) das décadas de 60, 70 e 80 abandonaram as armas e as barricadas, vestiram terno e gravata e hoje governam ou co-governam seus países, junto com a burguesia e de mãos dadas com o FMI.

Está claro que o setor que se mostrou mais sensíveis à ofensiva ideológica do capitalismo foi a esquerda reformista, mas a esquerda revolucionária tampouco escapou dessa situação. A crise e confusão da esquerda, sob diversas formas, chegou a todos os seus setores, inclusive àquele setor minoritário que se manteve fiel às ideias de Trotsky sobre a questão da ex-URSS e que combateu a adaptação da esquerda à democracia burguesa. (...)

Texto 2. Hegemonia e Estratégia Socialista – Por uma política democrática radical (Ernesto Laclau e Chantal Mouffe - 1987)

(...) Nosso discurso se liga, em primeiro lugar, à chamada “crise do marxismo”.

(...) Isto nos levou a redefinir o projeto socialista em termos de uma radicalização da democracia: quer dizer, como articulação das lutas contra as diferentes formas de subordinação – de classe, de sexo, de raça, assim como àquelas outras, a que se opõem os movimentos ecológicos, antinucleares e anti-institucionais -. Esta democracia radicalizada e plural, que propomos como objetivo da nova esquerda, se inscreve na tradição

do projeto político “moderno” formulado a partir do Iluminismo, e tenta prolongar a aprofundar a revolução democrática iniciada no século XVIII, continuada nos discursos socialistas do século XIX, e que deve ser estendida hoje a esferas cada vez mais numerosas da sociedade e do Estado.

(...) O pensamento de esquerda se encontra hoje em uma encruzilhada. As “evidências” do passado – as formas clássicas de análise e cálculo político, a determinação da natureza das forças em conflito, o sentido mesmo das próprias lutas e objetivos – aparecem seriamente questionados por uma avalanche de transformações históricas que detonaram o terreno no qual aquelas haviam se constituído. Algumas destas transformações correspondem, sem dúvida, a desilusões e fracassos: de Budapeste a Praga e ao golpe de Estado polaco, de Kabul às sequelas dos triunfos comunistas no Vietnã e Cambodja. O que tem sido crescentemente questionado é toda uma forma de conceber o socialismo e as vias que haverão de conduzir a ele; e esse questionamento tem realimentado um pensamento crítico, corrosivo, porém necessário, acerca dos fundamentos teóricos e políticos que haviam constituído tradicionalmente o horizonte intelectual da esquerda. Mas não se trata somente disso. Um conjunto de fenômenos novos e positivos está também na base daquelas transformações que tornam imperiosa a tarefa de um novo questionamento teórico: o surgimento do novo feminismo, os movimentos contestatórios das minorias étnicas, nacionais e sexuais, as lutas ecológicas e anti-institucionais, assim como das populações marginais, o movimento antinuclear, as formas atípicas que têm acompanhado as lutas sociais nos países da periferia capitalista, implicam a extensão dos conflitos sociais a uma ampla variedade de terrenos que cria o potencial – mas apenas o potencial – para o avanço em direção a sociedades mais livres, democráticas e igualitárias.

O que está atualmente em crise é toda uma concepção de socialismo fundada na centralidade ontológica da classe operária, na afirmação da revolução como momento fundacional no trânsito de um tipo de sociedade a outra, e na ilusão da possibilidade de uma vontade coletiva perfeitamente una e homogênea que tornaria inútil o momento da política. O caráter plural e multifacetado que apresentam as lutas sociais contemporâneas dissolveu o último fundamento em que se baseava este imaginário político, povoado de sujeitos “universais” e constituído em torno a uma História concebida no singular: Isto é, o pressuposto da “sociedade” como uma estrutura inteligível, que pode ser abarcada e dominada intelectualmente a partir de certas posições de classe e reconstituída como ordem racional e transparente a partir de um ato fundacional de caráter político. Isto é, a esquerda está assistindo ao ato final na dissolução do imaginário jacobino.

(...) o marxismo é uma das tradições a partir da qual essa nova concepção da política é formulada, e para nós a validade desse ponto de partida se funda, simplesmente, no fato de que ele constitui nosso próprio passado.

Nesse ponto é necessário dizer sem rodeios: hoje nos localizamos em um terreno claramente pós-marxista. Nem a concepção de subjetividade e das classes que o marxismo elaborou, nem sua visão do curso histórico do desenvolvimento capitalista, nem, desde já, a concepção do comunismo como sociedade transparente na qual desapareceriam os antagonismos, podem seguir mantendo-se hoje. (...)

(...) A superação de uma grande tradição intelectual nunca ocorre sob a forma súbita de um colapso, senão, mais propriamente como as águas que, procedentes originariamente de um único canal, se diversificam em uma variedade de direções e se mesclam com correntes procedentes de leitos distintos. Esse é o modo em que aqueles discursos que constituíram o campo do marxismo clássico podem contribuir na formação do pensamento de uma nova esquerda: legando parte de seus conceitos, transformando ou abandonando outros, e diluindo-se na intertextualidade infinita dos discursos emancipatórios, nos quais a pluralidade do social se realiza. (...)

Texto 3. Uma nova época histórica – Daniel Bensaid – 1995

3. O enfraquecimento social dos trabalhadores

As forças sociais e políticas moldadas pelo período de crescimento precedente estão parcial e desigualmente desestruturadas pelos efeitos da crise, das ofensivas liberais, da reorganização dos aparelhos produtivos. (...)

As forças organizadas (movimentos sociais, partidos, sindicatos) saídas do ciclo de lutas precedente estão enfraquecidas socialmente. Sofreram derrotas significativas nos países ricos (mineiros britânicos, escala móvel de salários na Itália, siderurgia na França) e nos países pobres (mineiros bolivianos, contra-reforma agrária no México), sem que tenham aparecido ainda os pólos organizadores do próximo ciclo de lutas.

A ruptura dos “compromissos nacionais” forjados no período de crescimento e o debilitamento dos movimentos de classe propiciam a expressão de pânicos de identidade e a busca de outras relações comunitárias (nacionais, étnicas, religiosas). (...)

9. Por uma Europa social e solidária

O Tratado de Maastricht representa uma opção estratégica: traduz o projeto da organização política da Europa sob a pressão de uma camisa de força monetária e dos critérios de convergência. A partir dos procedimentos de ratificação de Maastricht combatemos o tratado, não para clamar pela soberania nacional ameaçada como o fazem as direitas chauvinistas, mas de um ponto de vista de classe : em nome da solidariedade social atacada pelo euroliberalismo e em nome de uma Europa social e solidária, comprometida pelos efeitos desiguais e seletivos desta Europa financeira e não democrática.

(...) trata-se de colocar novamente de pé o projeto europeu: a Europa não será a mesma dependendo das forças sociais que tomem a iniciativa e determinem seu conteúdo :

– Ampliação e aprofundamento : adesão política e convergência social contra a camisa de força monetária : redução coordenada imediata da jornada de trabalho para 35 horas máximas ; sistema europeu de indexação de salários e salário mínimo europeu ; harmonização da proteção social alinhada a partir das conquistas mais vantajosas ; plano de grandes projetos em transportes, comunicações, energia ; projetos industriais e “europeização” de multinacionais estratégicas.

– Uma Europa democrática e cidadã: cidadania e instituições europeias (direito de voto aos residentes; direitos sociais e cívicos efetivamente iguais para as mulheres), assembleia europeia e direito de veto dos parlamentos nacionais ; supressão dos acordos de Schengen e das medidas discriminatórias como as leis Pasqua. (...)

– Uma Europa pacífica e solidária: desarmamento nuclear; supressão da dívida, nova cooperação; medidas ecológicas. (...)

11. Construir um novo programa

As reivindicações transitórias constituem uma ponte entre as reivindicações imediatas que vão responder às necessidades urgentes e a conquista do poder. Mas estas pontes e passarelas são, no momento, muito precárias. Onde está o poder? Ainda concentrado nos aparatos do Estado, mas também delegado às instituições regionais e internacionais.

É um problema para as classes dominantes. A ideia de um espaço político, econômico, territorial homogêneo está ultrapassada, mas nada garante que tal espaço será reconstruído numa escala superior (regional). As divisões na burguesia ilustram bem as contradições entre um capital diretamente mundializado, um capital ainda protegido por suas instituições nacionais e um capital que busca uma reorganização intermediária (União Europeia), com todas as implicações possíveis e imaginárias entre estes três níveis.

É um problema estratégico maior para o movimento operário, cujas políticas foram moldadas há décadas no quadro de Estado nacional, com suas versões revolucionárias (nacionalizações, monopólio de comércio exterior, dualidade de poder) ou reformistas (democratização e políticas keynesianas). Hoje, a dissociação dos poderes políticos e econômicos, a dispersão dos centros de decisão e dos atributos de soberania (a nível local, nacional, regional, mundial) fazem com que as passarelas projetadas a partir das reivindicações imediatas partam em diferentes direções. É surpreendente constatar que o programa do PT brasileiro era muito mais moderado que o programa reformista radical da Unidade Popular chilena de 1970, ou que um programa radical em alguns países europeus (redução da jornada de trabalho, direitos dos imigrantes, suspensão da dívida e desmilitarização) e frequentemente muito mais rebaixado que os programas reformistas dos anos 70, pelo menos na sua forma escrita (nacionalização, elementos de controle e de auto-gestão). Confrontados com a impotência de um reformismo sem reformas, as forças majoritárias do movimento operário oscilam entre adaptação à lógica liberal (socialdemocracia modernista) e a recaída nacionalista (alguns partidos comunistas ou ex-comunistas).

A defesa dos direitos e conquistas sociais se apoia sobre as legislações e as instituições existentes, mas as medidas eficazes contra o desemprego e por uma economia a serviço das necessidades sociais assumem uma dimensão diretamente regional ou internacional (redução coordenada da jornada de trabalho, políticas comuns, projetos de investimentos ou socialização de empresas multinacionais). Trata-se então – a partir das lutas e experiências, por mais modestas e parciais que sejam – de formular e atualizar uma proposta transitória para o século vindouro. É também a forma, abordando temas centrais e acessíveis, de dar um conteúdo

dinâmico e acessível à recomposição. Trata-se de reformular os primeiros contornos de uma proposta que conduza a uma contestação de conjunto da ordem estabelecida:

a) cidadania/democracia (política e social): com relação à universalidade truncada dos direitos humanos proclamados, direitos civis e igualdade de direitos (imigrantes, mulheres, jovens), direitos civis e direitos sociais (igualdade homens/mulheres); direitos sociais e serviços públicos;

b) contra a ditadura do mercado, suas consequências a curto prazo, sua lógica de desigualdades: direito à vida a começar pelo direito ao emprego e à garantia de renda mínima; reciclagem dos lucros da produtividade (serviços de educação, saúde, moradia) com ampliação da gratuidade e ingerência no direito da propriedade privada. Direito dos cidadãos/cidadãs à propriedade social das grandes empresas cujas opções e decisões tenham uma maior incidência sobre suas condições de vida presentes e futuras. Esse direito não implica necessariamente uma nacionalização, mas uma socialização efetiva (direito ao uso autoadministrado, descentralização, planificação).

c) solidariedade entre gerações (proteção social, ecologia);

d) solidariedade sem fronteiras: desarmamento, dívida, constituição de espaços políticos regionais, internacionalização de direitos sociais. (...)

Uma conclusão provisória

12. Uma mutação histórica

Seguramente, os ciclos econômicos existem. Seguramente, há os fluxos e refluxos nas lutas e temos assistido, aqui e ali, explosões, mobilizações e resistências combativas. Mas arrolar estes acontecimentos não nos deve fazer esquecer que a mudança em curso não é conjuntural e que se trata de uma mutação histórica do modo de acumulação capitalista, sobre o qual é ainda muito prematuro tirar as consequências estratégicas. Mas não é cedo demais para se conscientizar da dimensão do problema. A crise de direção revolucionária, que resultou na crise do movimento operário, assume todo o seu sentido nesta perspectiva histórica.

(...) uma tendência se impõe claramente, ilustrada não por suposições, mas pelos acontecimentos principais: desmantelamento da União Soviética sem desembocar numa revolução política, dinâmica restauradora dominante no Leste, unificação imperialista na Alemanha, derrotas da revolução centro-americana, guerra do Golfo, acordos Israel-Palestina, aprofundamento do isolamento e esgotamento da revolução cubana.

A crise de direção e do projeto do movimento operário resulta então de três fatores combinados: os efeitos sociais duráveis da crise (mutação social); os efeitos cumulativos desorganizadores da política das direções reformistas e populistas face ao primeiro choque da crise; os efeitos profundos da crise do “socialismo realmente existente”.

Nos países imperialistas, os partidos estalinistas desacreditaram a revolução e os sociais-democratas a reforma. Nem uns nem outros cumprem hoje a mesma função que tinham nos períodos passados. Os primeiros não mais embasam sua identidade na referência do campo socialista e não podem se transformar em partidos reformistas nacionais a menos que, neste papel, suplantem a social-democracia. Ao mesmo tempo, os partidos social-democratas tradicionais, apanhados pelo turbilhão liberal da gestão leal e pelo impasse das receitas keynesianas nacionais, estão estreitamente associados ao capital europeu, assumindo-se como a ala mercantil da Europa de Maastricht, e encarnando cada vez mais um reformismo sem reformas. Esta crise de representatividade do movimento operário traduz-se paralelamente numa crise (desigual conforme o país) da eficácia e da representatividade do movimento sindical, pela fragmentação e atomização da consciência de classe.

(...) As mudanças das relações políticas mundiais posteriores à queda do muro de Berlim, ao desmantelamento da União Soviética e à guerra do Golfo desferiram o último golpe, provocando uma crise aberta, não conjuntural, das formas de anti-imperialismo radical da fase precedente (confusão no Panamá, no Haiti) e a forte tentação de adaptação destrutiva a uma linha de retrocesso em nome de um realismo ilusório (Salvador, Nicarágua, África do Sul).

Neste momento, a tendência dominante em escala internacional é de debilitamento do movimento social (a começar pelo sindical). Se processos eleitorais produzem mudanças de vulto (Itália), raramente os favorecidos são os partidos do movimento operário e menos ainda as alternativas radicais aos partidos no poder : caudilhos e formações populistas, inclusive os partidos de extrema-direita são, pelo contrário, os primeiros beneficiários da derrota de partidos tradicionais. A esquerda revolucionária está hoje mais pulverizada e debilitada que há cinco anos atrás (crise das organizações centroamericanas, racha do PC

filipino, retrocesso da esquerda sindical sul-africana). Para a reconstrução de um projeto revolucionário e de uma Internacional partimos de condições consideravelmente deterioradas.

Texto 4 - Ensaio sobre a democracia e o socialismo – Carlos Nelson Coutinho - 2000

4 – Por um reformismo revolucionário

O processo de democratização que decorre da socialização da política alterou, como vimos, a natureza do Estado capitalista. (...) o Estado capitalista se “ampliou”: ele não é mais um simples “comitê executivo da burguesia” (como Marx e Engels o definiram em 1848), já que foi obrigado a se abrir para demandas provenientes de outras classes e camadas sociais; com isso, ele tomou a expressão, como diria Poulantzas, da “correlação de forças” existente na sociedade, ainda que sempre sob a hegemonia de uma classe ou fração de classe. “Concessões” passaram a ser um dos elementos essenciais do modo de obter legitimação por parte do Estado capitalista contemporâneo.

Essa mudança na natureza do Estado capitalista determinou uma mudança substantiva na estratégia do movimento operário e socialista. Nas formações sociais onde não ocorreu uma significativa socialização da política – onde, portanto, não existe uma “sociedade civil” pluralista e desenvolvida – a luta de classes se trava predominantemente em torno à conquista do Estado – coerção, mediante um “assalto revolucionário”; é o que ocorre nas sociedades que Gramsci chamou de “orientais”. Já nas sociedades “ocidentais”, onde o Estado se “ampliou”, as lutas por transformações radicais travam-se no âmbito da “sociedade civil”, buscando o consenso da maioria da população, mas se orientam, desde o início, no sentido de influir e obter espaços no seio dos próprios aparelhos do Estado, já que esses agora são permeáveis à ação das forças em conflito.

(...) Se a possibilidade de obter conquistas substantivas por meio de reformas depende, por um lado, da consolidação de um espaço político democrático, depende também, por outro, de importantes alterações na dinâmica da acumulação capitalista. Em 1848, quando Marx e Engels escreveram o Manifesto Comunista (no qual definiam o Estado como um “comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo”), a luta de classes lhes aparecia como “*a guerra civil mais ou menos oculta (...) até o ponto em que ela explode em revolução aberta e o proletariado funda seu domínio através da derrubada violenta da burguesia*”. Uma teoria “restrita” do Estado, portanto, combinava-se com uma teoria “explosiva” e violenta da revolução socialista. Ambas as teorias decorriam da suposição, expressa também no Manifesto, de que a dinâmica da acumulação capitalista fazia com que a burguesia fosse incapaz de “assegurar a existência do seu escravo” (o trabalhador assalariado), condenando-o assim à pauperização absoluta. O aumento do lucro, condição para a reprodução ampliada do capital, teria como necessária contrapartida a redução do salário do trabalhador. O único meio que restaria a esse último para garantir a sua sobrevivência, até mesmo biologicamente, seria derrubar o capitalismo o mais rapidamente possível. Com isso, o trabalhador nada teria a perder, “exceto suas cadeias”. Não é casual que a revolução socialista aparecesse então, a nossos dois autores, como algo iminente; e tampouco é casual que eles concebessem essa revolução de acordo com o paradigma jacobino desenvolvido por Auguste Blanqui, isto é, como fruto da ação de uma aguerrida vanguarda de poucos e corajosos combatentes. Ora, considerar como válida ainda hoje a estratégia revolucionária proposta no Manifesto é, no mínimo, prova de agudo anacronismo.

(...) Mas o fato é que essa situação se alterou radicalmente na segunda metade do século XIX e, em particular, no século XX. A luta de classes, nos países mais desenvolvidos, deixou de se manifestar como “uma guerra civil mais ou menos oculta” e passou a assumir a forma de uma longa e progressiva batalha - na qual os trabalhadores foram muitas vezes vitoriosos – pela conquista de direitos políticos e sociais. A base econômica dessa mudança foi dada pelo aumento crescente da produtividade do trabalho (resultado em grande parte, das lutas operárias por melhores salários) (...) isso permite um aumento simultâneo de lucros e salários e, por conseguinte, abre espaço para negociações e “concessões”. O processo de democratização ao qual nos aludimos é um dos resultados que essa nova forma da luta de classes produziu no plano institucional. Mas importantes vitórias foram obtidas também no terreno dos chamados direitos sociais: basta aqui pensar na trajetória que vai da primeira medida de limitação legal da jornada de trabalho até o conjunto de direitos sociais reconhecidos pelo *Welfare State*. (...) Tornara-se possível obter, ainda no interior da economia capitalista e sob a dominação do Estado burguês, o reconhecimento e a satisfação de expressivas demandas das classes subalternas.

(...) Entusiasmado com a possibilidade de “concessões” por parte do Estado capitalista, Eduard Bernstein foi o primeiro a propor claramente, já em 1898, que os partidos socialistas abandonassem a luta pelo

“objetivo final” e se empenhassem num “movimento” progressivo de reformas constantes. Embora Bernstein tivesse sido politicamente derrotado quando formulou sua proposta, esta se tornou paulatinamente hegemônica na ala majoritária do movimento operário ocidental, ou seja, na social democracia. Penso ter chegado o momento de superar definitivamente os anátemas resultantes da divisão do movimento operário em 1917 (...) e reconhecer claramente que essa opção dos social democratas pelo reformismo possibilitou às classes trabalhadoras do “ocidente” significativas e duradouras conquistas sociais e democráticas, certamente mais amplas – sobretudo no que se refere à democracia – do que aquelas obtidas nos países “orientais” que seguiram um caminho não capitalista (nos países do chamado “socialismo real”).

Esse reconhecimento é hoje condição para superar o antagonismo entre “comunismo histórico” e socialdemocracia, que se tornou um poderoso obstáculo ao fortalecimento do movimento dos trabalhadores em sua luta mundial pelo socialismo e pela democracia. Isto não significa, contudo, que se deva abandonar a crítica aos limites do movimento social democrata, expressos sobretudo na incapacidade de transformar o significativo processo reformista que desencadeou num efetivo movimento de superação da lógica do capital e de suas mais gritantes contradições (desemprego estrutural, degradação do meio ambiente, fenômenos de apatia e de alienação etc.). O grande produto histórico da social democracia – o Welfare State – atravessa hoje uma séria crise.

(...) No plano econômico, o limite do reformismo social democrata reside no fato de que a ampliação crescente dos direitos sociais é, a longo prazo, incompatível com a lógica da acumulação capitalista.

(...) Renunciar às reformas e adotar paradigmas neoliberais tem sido, infelizmente, a alternativa da maioria dos partidos social democratas, sobretudo os que estão hoje no governo. Uma outra alternativa, porém, seria precisamente a radicalização da política de reformas: o objetivo deveria ser a obtenção do consenso político necessário para reformas de novo tipo, efetivamente estruturais, que tenham como objetivo a progressiva construção de uma nova lógica de acumulação e de investimento, não mais centrada na busca do lucro e na satisfação do consumo puramente privado, mas no crescimento do bem-estar social e dos consumos coletivos. Isso demanda modificações no estatuto da propriedade, que levem a um efetivo controle público (não necessariamente estatal) dos setores-chave da economia; não se trata de eliminar o caráter misto da propriedade (expressão do pluralismo no mundo econômico), mas sim de fazer com que o setor público – com controle público – se torne o setor hegemônico, o que implica conceber também a propriedade como um direito social.

(...) Uma política “ativa” de reformas, dirigida efetivamente para a superação do capitalismo, requer uma mudança radical do aparelho do Estado: isso significa certamente uma alteração da direção política, com o controle efetivo da máquina de Estado pelas forças renovadoras, mas significa também uma desburocratização do modo de fazer política, com a consequente transferência da execução das reformas para os sujeitos coletivos interessados em sua realização. (...) Em outras palavras: só numa democracia de massas, onde o protagonismo político passa cada vez mais para a “sociedade civil” e seus atores, é possível fazer com que uma política consequente de reformas da estrutura conduza gradualmente à superação do capitalismo. É nessa exata medida que a luta pela democracia e a luta pelo socialismo são duas faces solidárias da mesma moeda.

Portanto, ao contrário do que supunha Bernstein, não se trata de abandonar o “objetivo final” quando se opta por uma política centrada nas reformas: é o “objetivo final” – ou mais precisamente, o projeto de uma nova sociedade – que dará a pauta para a hierarquização das reformas, para a definição dos atores (e das alianças) que podem executá-las, para a constante avaliação do seu êxito e do seu fracasso. Um reformismo que tem como objetivo explícito aprofundar a democracia e superar o capitalismo é um reformismo revolucionário. Nas sociedades onde o Estado se “ampliou” – e, como vimos, as resoluções do V Encontro do PT reconhecem que isso já ocorre no caso brasileiro – esse reformismo radical é o novo nome da revolução.

Texto 5 - Podemos - Chamado de fundação – Espanha (2014)

“Uma ferramenta a serviço da cidadania, que tem o objetivo do protagonismo popular e de recuperar o déficit democrático que estamos vivendo. E assim o temos demonstrado, criando uma estrutura aberta, viva e mutável, em outras palavras, DEMOCRÁTICA E CIDADÃ onde todo mundo possa participar. Uma nova forma de fazer política é possível! PODEMOS!”

Texto 6 - O combate imprescindível aos partidos reformistas do XII congresso da LIT (2016)

VI- A transformação da socialdemocracia em social liberalismo

Houve uma transformação dos partidos socialdemocratas europeus, conhecida como sua passagem ao social liberalismo. Abandonaram qualquer referência ao socialismo (mesmo para “os dias de festa”), assumindo como horizonte estratégico a democracia burguesa. Abandonam a defesa do “estado de bem estar social” e passaram a aplicar planos neoliberais, de ataques aos trabalhadores.

Essa foi uma mudança relativamente longa, com vários passos preliminares. Teve seus inícios com as resoluções da socialdemocracia alemã no Congresso de Bad Godsberg (1959). Houve passos no mesmo sentido nos outros países, se generalizando nas décadas de 1970-80 do século passado.

A “Terceira Via” do trabalhismo britânico, é uma das expressões mais claras desse momento: o abandono explícito da defesa do Estado de Bem Estar Social e a aproximação com a política dos governos dos EUA dos “planos de austeridade” e cortes nos direitos dos trabalhadores.

A social democracia foi uma peça decisiva na implementação do neoliberalismo na Europa na década de 1980. Os governos do trabalhismo inglês, do PS francês e o PSOE no estado espanhol foram fundamentais para as derrotas dos trabalhadores, a aplicação dos planos neoliberais e na construção do Tratado de Maastricht e União Europeia (...)

VIII- O novo reformismo pequeno-burguês

Os novos partidos reformistas são muito diferentes entre si, e enfrentam realidades muito distintas também. Mas têm características semelhantes. Não são partidos operários reformistas como o reformismo clássico. São partidos pequeno-burgueses reformistas, com direções pequeno-burguesas, bases pequeno-burguesas e programas reformistas burgueses.

Desde o ponto de vista estratégico, repetem as formulações do reformismo clássico, com algumas atualizações.

a- Para o reformismo clássico, o estado não tem um caráter de classe definido. Quem define seu conteúdo é o governo que o dirige. A estratégia de “democratização do estado” do novo reformismo é a versão atual dessa estratégia.

b- Por isso, o novo reformismo se recusa a definir o caráter de classe dos estados e governos. Isso assume na Europa a forma da “democratização da União Européia”.

c- A democracia burguesa para os reformistas é “uma questão de vida ou morte política”. Isso permanece mais atual que nunca para o novo reformismo. Os reformistas defendem que é possível conquistar melhorias na situação dos trabalhadores indefinidamente nos marcos capitalistas. O novo reformismo defende um programa reformista burguês, de humanização do capitalismo. Não se trata da chegada ao socialismo através do acúmulo de reformas, nem tampouco de qualquer ruptura nacionalista. Defendem o retorno ao “estado de bem estar social” do passado. Dizem que é possível acabar com os planos de austeridade no marco da zona euro, como Syriza e Podemos. E em todo o mundo, que é possível aumentar salários, ter saúde, educação e moradia de qualidade sem romper com o capitalismo. Assim que chegam ao poder, aplicam planos neoliberais como o social liberalismo porque o imperialismo não lhes dá outra opção e eles querem se manter na ordem do capitalismo, como, por exemplo, na União Europeia. Os reformistas expressam os interesses das camadas mais bem remuneradas do proletariado e classes médias, em que têm suas bases de apoio mais sólidas.

d- Os novos partidos reformistas em geral têm bases entre setores das classes médias, professores e intelectuais como Podemos, Syriza e o Bloco de Esquerda, de onde retiram seus quadros fundamentais. Os reformistas têm muito a perder com a revolução, em particular seus postos no parlamento e governos. Entre as massas e os cargos, ficam com os cargos. Assumem a postura de desviar a revolução com a reação democrática. Mas vão apelar para a repressão contrarrevolucionária quando for necessário, assim como todo o reformismo. Syriza já assumiu uma postura de repressão direta às mobilizações contra seus planos de austeridade.”

Texto 7 - É progressista o fenômeno *Podemos*? (Alejandro Iturbe - 2014)

Nas últimas semanas teve grande repercussão na mídia internacional a informação de que o partido **Podemos** (Estado Espanhol) e a coalizão **SYRIZA** (Grécia) poderiam vencer as eleições em seus países e, desta forma, chegar ao governo.

A notícia não fez mais que acentuar o caráter de “estrelas” que essas correntes políticas têm atualmente dentro da esquerda mundial. Especialmente, no caso de Podemos, que conseguiu rapidamente 100.000 filiações e cuja página no facebook já supera os 900.000 seguidores.

Muitos operários e setores populares espanhóis e de todo o mundo, veem com muita simpatia essa organização. O impacto é tão grande que inclusive organizações ou militantes que se reivindicam de “esquerda revolucionária” compartilham essa atitude.

Essa simpatia se explica pela imagem de Podemos de ser “o novo contra o velho” e, mais concretamente, os “herdeiros de indignados” (também chamado Movimento 15M), o grande processo de mobilizações populares que, em 2011 e 2012, sacudiu o Estado espanhol e foi conhecido no mundo inteiro.

Mas é assim? Podemos é realmente o herdeiro político do movimento de Indignados? Nós acreditamos que não. Que, ainda que a base social de ambos seja muito similar, Indignados foi um processo muito progressivo de conjunto, enquanto que Podemos é um fenômeno regressivo que busca “matar” o significado do 15M.

Indignados: um processo muito progressivo

Dizemos que **Indignados** foi um processo muito progressivo por várias razões. Primeiro, porque se consolidou nas mobilizações de massa e este era o centro de sua ação. Segundo, porque levantou um programa justo das reivindicações populares. E em terceiro lugar, embora um pouco confuso, significou uma forte denúncia da monarquia que domina o Estado Espanhol e dos laços deste regime (e suas principais forças políticas, PP e PSOE) com o poder econômico. De fato, entrou em confronto com a institucionalidade burguesa.

Um componente, no entanto, era muito contraditório. Por um lado, foi muito positiva a sua reivindicação de “democracia de massas” contra os dispositivos burocráticos e verticalistas, como os sindicatos da UGT e das “Comisiones Obreras”, ou as organizações políticas que se dizem de “esquerda”, como o PSOE e Esquerda Unida. Estas organizações têm sido cúmplices do poder político e econômico (desde a queda de Franco, em 1976), ajudando a implantar seus ferozes planos de ajuste e impedindo uma reação operária e popular muito maior. Frente a isso, tanto as reivindicações da luta e pela democracia de massa, foram uma lufada de ar fresco.

Porém, ao mesmo tempo, esta justa reivindicação era acompanhada pela ilusão de que seria suficiente “radicalizar a democracia” através de assembleias populares para enfrentar o poder e mudar as coisas.

Finalmente, havia um aspecto totalmente negativo: ao confundir o aparato sindical burocrático com a classe trabalhadora, este movimento se recusava a incorporar os trabalhadores organizados (força social central na luta contra o poder político e econômico da burguesia), e reivindicava a construção de um movimento coletivo composto apenas por “cidadãos individuais”, e não por setores sociais.

Esta opinião se expressou de forma muito negativa durante a “Marcha Negra”, em julho de 2012, quando várias organizações chamaram o apoio aos mineiros das Astúrias (herdeiros das melhores tradições de luta da classe trabalhadora no país) que marcharam para Madrid em defesa dos seus postos de trabalho. As assembleias mais importantes dos **Indignados** votaram contra esse apoio, com argumentos “ecologistas” contra o uso do carvão como combustível. Em contrapartida, as assembleias dos bairros mais operários deram o seu apoio e se juntaram à “Marcha Negra” com o slogan “Madrid obrero apoya a los mineros.”

Podemos: Fenômeno progressivo ou regressivo?

Embora possuam uma base social semelhante, **Podemos** é o oposto dos **Indignados**. É um partido que busca “domar” a ira desta base social e esterilizá-la dentro das instituições burguesas.

Podemos “mata” o aspecto mais positivo dos **Indignados**, como a sua proposta de mobilização e luta de massas, e o seu programa de reivindicações, e tenta transformá-lo em uma proposta de “democratizar” as instituições imperialistas.

Ao mesmo tempo, se apoia na ilusão de “radicalizar a democracia” e propõe que esta “radicalização” pode se dar pela via das eleições burguesas. Finalmente, potencializa os aspectos mais negativos, como a reivindicação do “cidadão individual” contra a classe trabalhadora como força organizada. Para a visão ideológica de **Podemos**, há uma contradição entre “o povo” (agrupamento positivo de indivíduos) e “a casta”

(os políticos corruptos). A batalha é, portanto, entre esses setores com definição completamente ambígua e não entre as classes e setores sociais.

Por isso, dizemos que a proposta de *Podemos* é “regressiva” e não “reformista progressista” como alegam muitos. Não é herdeira dos *Indignados*, mas sim a liquidação do significado desse movimento. É necessário diferenciar a radicalização que expressa o crescimento do apoio eleitoral a *Podemos* (fenômeno progressivo) da política totalmente negativa deste partido que visa esterilizar esta radicalização e assimilá-la ao sistema. (...)

O programa de *Podemos* é “reformista” ou “pró-imperialista”?

Um elemento central para definir o caráter de uma organização política é a análise do seu programa.

Ou seja, aquelas medidas que pretende aplicar se, e quando chegar ao governo. Neste quesito, seguimos o critério de nosso mestre Leon Trotsky, que afirmava que “um partido é, em primeiro lugar, o seu programa”.

A análise do programa de *Podemos* nos mostra que, longe de ser “reformista-progressivo” é na verdade profundamente pró-imperialista.

- O item 1.3 se intitula “**Conversão do Banco Central Europeu (BCE) em uma instituição democrática para o desenvolvimento econômico dos países.**”

- No item 4.1 (Promoção da participação) se propõe a “criação de um Comissariado de Participação na Comissão Europeia, proposto e eleito pelo Parlamento Europeu ...”.

- No item 5.1 (Revogação do Tratado de Lisboa) é proposta a “refundação das instituições da União Europeia (UE) ...”.

Em outras palavras, a política de *Podemos* é “democratizar” a UE e o BCE. Devemos lembrar que a UE (e suas instituições) e o BCE são parte central para a estrutura política e financeira montada pelos países imperialistas da Europa (com a Alemanha na liderança), cujo objetivo é atacar, de conjunto, as conquistas dos trabalhadores e massas europeias, e explorar os países membros mais fracos.

Acrescentemos que a UE e o BCE, em conjunto com o FMI, formam a “troika”, que impõe e controla a implantação dos ferozes planos de ajuste na Espanha e na Grécia. Só falta a *Podemos* pedir a democratização do FMI para que seu programa se ordene ao redor de uma “troika democratizada”. Não há nenhuma possibilidade de “democratização” ou “reforma” destas ferramentas imperialistas. São e serão, sempre, armas contra os trabalhadores e as massas.

Não é por acaso que o Financial Times (porta-voz da burguesia financeira imperialista da Grã-Bretanha), tenha elogiado a proposta de *Podemos* no artigo “A esquerda radical tem razão sobre a dívida europeia”, no qual assinala que o programa de *Podemos* lhe parece “uma abordagem coerente para a gestão do risco econômico posterior à crise”. Acaso alguém acredita que esta velha e experiente burguesia imperialista é “ingênua” ou “está iludida”? Ou o que é bom para “eles” podem também ser favorável para os trabalhadores e as massas espanholas?

As atuais propostas de *SYRIZA* tem conteúdo semelhante: negociar (no marco da UE sem romper com a mesma) uma reestruturação da dívida grega e a aplicação de planos de ajuste “menos brutais”.

No momento em que as massas espanholas e gregas lutam duramente contra os planos impostos pela “troika” e, cada vez mais, chegam à conclusão que se deve romper com a UE, *Podemos* e *SYRIZA* vêm, desde a “esquerda”, para tentar salvar as instituições imperialistas, criando a ilusão reacionária que estas podem ser “democratizadas”.

Esta lamentável política de organizações que se dizem “de esquerda” acaba levando água ao moinho da extrema-direita e de organizações fascistas europeias (como a Aurora Dourada, na Grécia, a Frente Nacional francesa e o UKIP britânico) que tomam para si a bandeira de ruptura com a UE, para ganhar peso entre as massas.

Por outro lado, no caso de *Podemos*, seu caráter pró-imperialista se expressa também na sua posição sobre a luta do povo catalão. Como observado por Corriente Roja, do Estado Espanhol, frente às grandes manifestações de massas e ao recente referendo na Catalunha, este partido (que, em abstrato, defende o direito à autodeterminação) apresentou a posição de defender “a unidade da Espanha” (como o PP e PSOE). Mas foi além, afirmando que qualquer definição sobre a Catalunha, deve se dar por dentro das “instituições democráticas espanholas.”; quer dizer, por dentro do podre e opressivo regime monárquico herdado do franquismo.

Em outras palavras, a lógica de *Podemos* é que existe o “direito abstrato de autodeterminação, mas se quiser aplicá-lo, como no caso do povo catalão, *Podemos* é contra...”

Texto 8 - Manifesto de fundação: Começar de novo - Bloco de Esquerda-Portugal (1999)

A globalização contra a cidadania

A globalização não se limita às esferas econômicas e financeiras e suas consequências sociais - ela vem alterando, e de que maneira, os modos como as sociedades se organizam para fazerem as suas escolhas: em curso está a imposição de um novo consenso redutor da cidadania e que esconde a existência de um conflito decisivo entre globalização e democracia. O papel dos governos, que ontem era o de protegerem os mercados nacionais, passou a ser o de integrarem as economias nacionais no comércio mundial, de acordo com as imposições das instâncias financeiras internacionais mais poderosas. Em todo o mundo, inflação zero, equilíbrio orçamental, redução da despesa pública, em particular a social, e fim das pressões fiscais sobre os capitais, passaram a ser as metas dos governos nacionais. É impossível continuar a fingir que nada mudou. Na realidade, os poderes políticos subordinam-se, não à vontade dos eleitores, mas aos interesses financeiros e à mediatização daquilo a que muitos já chamam, e com propriedade, o pensamento único deste fim de século. Fala-se muito em «crise da política» e é verdade: enquanto exercício democrático do poder, a política bateu em retirada; enquanto expressão pública dos poderes reais e ocultos, ela está mais arrogante do que nunca. No novo mundo que a globalização anuncia, o abstencionismo, a apatia e a indiferença face ao exercício do poder político são a face visível da tentativa de fazer retroceder os progressos históricos da cidadania. Parecem distantes os tempos em que, através dos partidos políticos de massa, dos sindicatos e do associativismo, milhões e milhões de seres humanos, pela primeira vez, puderam emergir na sociedade enquanto sujeitos políticos de transformação social. Essa grande ruptura que o século XX trouxe, a abertura, mesmo que incompleta, da esfera política aos cidadãos está a ser posta em causa por um complexo e sofisticado arsenal de instrumentos que simplesmente desejam a sua simulação. A herança democrática da separação de poderes tende a ser substituída pela escolha única - a de saber quem é a figura que dirige o governo. Os partidos de massa transformam-se em federações de interesses que ocultam a ideologia por detrás de programas e declarações mínimas de circunstância. A militância, que incorporava em si a ideia de participação e cidadania ativa, dá lugar a um processo de integral profissionalização das atividades políticas e sociais. Mas os sinais não ficam por aqui: a fusão de interesses entre capitalistas, proprietários de mídias e esfera pública começa a traduzir-se em candidaturas diretas de grandes fortunas à liderança de nações e este é um passo de imprevisíveis consequências. Como imprevisível é o tipo de Estado que está a nascer na Rússia e noutros países do antigo bloco de Leste, onde a esfera pública surge como simples fachada legal da acumulação primitiva de economias mafiosas que traficam votos e influências. O mundo assistiu ainda ao fim da guerra fria, mas daí não nasceu uma nova ordem onde as nações passassem a ter mais voz ou onde os Direitos Humanos tivessem adquirido novo valor. Ao contrário do que prometia a propaganda dos anos 80, a globalização alimenta-se de regimes ditatoriais desde que estes apliquem as receitas do FMI e do Banco Mundial; convive com regimes como o da China, desde que a burocracia de Estado aceite implantar territórios de capitalismo selvagem no seu interior; financia poderes mafiosos nos Estados que resultaram da desagregação da URSS, uma estratégia de loucura em países com poder nuclear; e estimula o renascimento de velhos conflitos nunca sarados pelo antigo Mundo bipolar, do mesmo modo que alimenta o fundamentalismo islâmico através de políticas de agressão e provocação permanente. A globalização admite o caos na ordem internacional desde que o possa policiar. Hoje, os Estados Unidos da América intervêm onde e como querem, ditando as condições de uma completa hegemonia militar no planeta. O novo hegemonismo viola os parcos princípios de Direito internacional existentes e bloqueia o funcionamento ou a autoridade de instituições internacionais não financeiras, a começar pela ONU - uma organização já de si bem pouco democrática. O "direito de ingerência" e os bloqueios econômicos - que permitem aos EUA fazerem valer os seus interesses seja em Cuba, na Bósnia ou no Kosovo, juntam-se aos instrumentos clássicos de dominação política, militar e económica, como se evidenciou pelo bombardeamento do Iraque. O novo hegemonismo é um fator acrescido da «crise da política»: não existem instâncias de democracia ao nível onde se fazem as grandes escolhas que afetam os destinos das nações e dos povos; e, no plano nacional, reduzem-se extraordinariamente, ou são ameaçadas, as possibilidades de políticas independentes ou anti-capitalistas poderem ser conduzidas com sucesso. A globalização é, finalmente, uma poderosa máquina de construção e imposição do consenso neoliberal. Mercê da concentração e centralização multinacional de capitais e da revolução no plano das

tecnologias de informação, as mídias, que melhor ou pior, refletiam as conflitualidades existentes no Mundo, transformaram-se num verdadeiro poder no interior do sistema de poder. É certo que continuam a existir meios de comunicação dissonantes da maioria, que a TV generalista já é obrigada a rivalizar com o cabo e que a internet abriu espaços de comunicação não negligenciáveis. Mas, globalmente, as mídias alteraram os modos de existência dos combates políticos e sociais, inaugurando uma era de política mínima e máximo espetáculo. Banalizam os antagonismos e as tragédias ao mesmo tempo que socializam, pela domesticação, a mais privada das propriedades humanas: o sonho. A vertente cultural da globalização não deve ser iludida: não fosse inesgotável a criatividade humana e este mundo estaria bem mais uniformizado: os mesmos consumos, salvaguardadas as aparências, as mesmas simulações de participação e uma ideia de individualidade relativizadora de todas as solidariedades. A nossa terceira conclusão é esta: assumindo-se como destino e fim da História, oferecendo aos povos e às nações cotidianos de violência real em cenários de indiferença virtual, a globalização sente-se em condições de dispensar a cidadania e a democracia tal como a conhecemos. É, intrinsecamente, uma civilização da exclusão. Exclui quantos condena à condição da sobrevivência. E exclui igualmente da cidadania quantos julgam ter sido integrados em padrões de vida minimamente decentes. É indispensável, nos diferentes países e em Portugal, fazer convergir as vontades que tenham a coragem de afirmar o primado de uma resposta política democrática ao desafio que a globalização lança à Humanidade.

Texto 9 - Manter a Geringonça também nas autárquicas? Em Luta-POR (2017)

“As Eleições Autárquicas de 2017 estão marcadas para dia 1 de outubro. Ainda estamos a vários meses, mas o clima de campanha está já a ocupar o espaço de intervenção dos diferentes partidos. Mais do que os “tesourinhos” das autárquicas, interessa discutir o conteúdo político do que está em jogo no primeiro momento eleitoral da era Geringonça. O que é a Geringonça? Em outubro de 2015, foi eleito um Parlamento que deu origem a um Governo atípico. Vivemos num mundo capitalista, dominado pelos interesses da burguesia, portanto, por norma, os Governos, que não são mais do que gestores destes referidos interesses, são compostos pelos partidos ligados à burguesia, aos grandes grupos económicos. Assim, a chamada Geringonça é um governo atípico porque, sendo liderado pelo PS, depende desde o seu início do apoio do BE [Bloco de Esquerda] e do PCP [Partido Comunista Português] para governar. Apesar de manter as características de gestão do capitalismo de qualquer governo no mundo atual, é suportado pelos partidos ligados aos trabalhadores com mais peso parlamentar e sindical. Num mundo dividido em classes sociais, entre quem trabalha e quem lucra às custas do trabalho alheio, este é um Governo no qual um partido que na sua história tem governado em prol do capital tem o apoio dos partidos ligados à classe trabalhadora num governo de colaboração de classes.

A colaboração de classes e as ilusões na Geringonça

Estes governos criam um clima de expectativa entre os trabalhadores. Aparecendo as primeiras migalhas, estas expectativas começam a transformar-se na ilusão de que sem luta é possível conquistar direitos. Atualmente, perante um orçamento que não devolveu o que nos foi roubado por Passos Coelho, que mantém o desinvestimento para pagar a dívida e que mantém a precariedade e os baixos salários, BE e PCP falam em “devolução de direitos”. As greves e manifestações decresceram muito e o discurso oficial é o de que este Governo está a “virar a página da austeridade”. BE e PCP são hoje os partidos que mais contribuem para a ilusão de que este Governo está a atender às necessidades dos trabalhadores. O tom mais crítico recentemente usado por estes partidos tem que ver com a preparação das próximas autárquicas.

Texto 10 - A alternativa democrática popular e o socialismo (1987) - Partido dos Trabalhadores, V Encontro Nacional.

70. A alternativa que apresentamos à *Nova República* e à dominação burguesa no país é democrática e popular, e está articulada com nossa luta pelo socialismo.

71. Um governo e um programa democráticos e populares – os dois componentes de nossa alternativa – são o reconhecimento de que só uma aliança de classes, dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo, tem condições de se contrapor à dominação burguesa no Brasil.

72. É por isso que o PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. Porque o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo.

73. As propostas que proclamam a necessidade e a possibilidade imediata de um *governo dos trabalhadores* evitam a discussão sobre qual a tática, qual a política para alcançar esse objetivo. Na prática, separam a luta reivindicatória da luta política, por não compreenderem a necessidade da acumulação de forças. A retórica aparentemente esquerdista recobre a ausência de perspectivas políticas e uma concepção limitada, atrasada, das lutas reivindicatórias.

74. Na situação política caracterizada pela existência de um governo que execute um programa democrático, popular e anti-imperialista, caberá ao PT e a seus aliados criarem condições para as transformações socialistas.

75. Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopólio – tarefas não efetivadas pela burguesia – tem um duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, um governo hegemônico pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular.

Texto 11 - O Programa da Revolução Democrática. Para a construção de um Brasil livre, justo e solidário. [Resoluções do II Congresso do PT – 1999]

5. O PT nasceu e se desenvolveu em meio à crise mundial dos grandes paradigmas de esquerda deste século e do colapso do modelo nacional desenvolvimentista em nosso país.

O PT se afirma como um partido pós-comunista e pós-social democrata. Não busca o “assalto ao poder” por meio de uma revolução violenta, nem conquistar o governo e ocupar o aparelho de Estado para amenizar o capitalismo. O PT defende, desde 1994, a necessidade de uma revolução democrática, capaz de construir um Brasil livre, igual e solidário, socializando riqueza, poder e conhecimento.

A Revolução democrática é um longo processo. Ela não será resultado de teorias pré-elaboradas, nem de vanguardas auto-proclamadas, mas da ação de amplas maiorias conscientes de seus objetivos.

O V Encontro do PT (1987) destacou a importância de uma política de acumulação de forças. É nesse processo que se alteram relações de poder, constrói-se uma nova hegemonia e criam-se condições para novos e decisivos passos visando a grande transformação da sociedade brasileira.

A acumulação de forças é um complexo movimento que articula intensas lutas sociais com transformações institucionais. Temos responsabilidades com o país.

Não queremos ser eterno partido de oposição, uma seita de “donos da verdade”. Sabemos que é importante combinar as ocupações de terra, as lutas no chão de fábrica, as greves e as mobilizações da sociedade em busca de novos direitos sociais e políticos com a ação nos parlamentos e nos governos municipais e estaduais.

6. O socialismo democrático é uma possibilidade histórica aberta para a humanidade na era do capitalismo. Os avanços produzidos pela revolução tecnológica em curso e a internacionalização da economia reforçam suas bases objetivas. Mas o socialismo não é uma inevitabilidade, mas construção histórica.

Para construir o socialismo, no entanto, é necessário um projeto de reorganização da sociedade, da economia e da política, que responda a uma outra hierarquia de valores, baseada na igualdade, liberdade e solidariedade. O socialismo que queremos – como assinalamos desde a fundação do PT – será construído pelas maiorias sociais neste vasto cenário de lutas.

13. O programa da Revolução Democrática tem três eixos fundamentais: o social, o democrático e o nacional. Eles se traduzirão em um conjunto de reformas econômicas e políticas radicais a serem realizadas por um novo governo apoiado por ampla coalizão de forças sociais e políticas. A aplicação dessas reformas terá um efeito profundamente desestabilizador sobre o capitalismo realmente existente no Brasil. Para

desencadear esta ofensiva reformadora será necessária nova relação de forças na sociedade, condição para que as esquerdas cheguem ao governo e enfrentem com êxito o tema do poder.

Sabemos que não basta chegar ao governo para mudar a sociedade. É necessário também mudar a sociedade para chegar ao governo. Daí a importância de articular a luta institucional com a luta social.

15. O PT reafirma a necessidade de um modelo econômico estruturado em torno da ideia de construção de um amplo mercado interno de bens de consumo de massas, capaz de alimentar, vestir, dar moradia e transporte, aos milhões de brasileiros marginalizados ou empobrecidos. Um gigantesco programa de educação - prioridade número um do país – erradicará o analfabetismo, porá todas as crianças na escola e, mais do que preparar força de trabalho qualificada, criará as bases da cidadania. (...)

Será necessário redistribuir de forma radical a riqueza. A reforma tributária deve desonerar a produção, combater o rentismo, eliminar os mecanismos de sonegação e evasão fiscais, mas sobretudo ser um instrumento de distribuição de renda e riqueza.

19. Diante desse novo quadro do endividamento e da deterioração do balanço de pagamentos, o Brasil necessita denunciar o acordo vigente com o FMI e reorientar a política econômica em direção à retomada do crescimento e da defesa comercial do país.

Isso supõe uma renegociação soberana, imediata e abrangente da dívida externa pois o atual endividamento do Estado é insustentável. A intransigência dos credores e o contexto de crise cambial poderão levar a uma suspensão do pagamento da dívida externa pública. Independente deste cenário, é necessário o estabelecimento de mecanismos de controle de câmbio sobre todas as entradas e saídas de capital e taxação das remessas de lucro conforme os patamares internacionais (30%), distintos dos atuais 15%, que estimulam a descapitalização do país.

24. Junto com uma política de rendas, que aumente substancialmente o salário mínimo e a participação dos salários na renda nacional, é necessário democratizar as relações de trabalho.

Nas empresas públicas e privadas devem multiplicar-se formas de gestão e controle dos trabalhadores sobre a produção.

A democracia que queremos

27. As instituições brasileiras necessitam urgentes reformas. O sistema de representação tem de expressar o princípio de “cada cidadão um voto”. (...)

28. O controle democrático do Estado pela sociedade caminha junto com a criação e/ou fortalecimento de um espaço público no qual a sociedade cria novos direitos e amplia as fronteiras da democracia, ao lado da representação parlamentar. Essas formas de controle pela cidadania, organizada e ativa, não se opõem ao Estado democrático de direito. Elas são indispensáveis para que a democracia se amplie. A defesa do Estado de direito – que reivindicamos firmemente – não pode ser, no entanto, pretexto para engessar a democracia e paralisar novas conquistas sociais. O PT tem sido pioneiro neste experimentalismo político que permite combinar democracia representativa com democracia direta. Os orçamentos participativos, difundidos em nível municipal, implantam-se agora em estados e devem ser no futuro um projeto nacional. A participação de trabalhadores, usuários e representantes da sociedade permitirá a democratização das políticas públicas, das empresas públicas e das atividades privadas essenciais à população. Com isso impede-se o corporativismo e sobretudo a apropriação do Estado por grupos privados.

Um Estado democratizado – controlado socialmente – será chamado a desempenhar papel decisivo na nova política econômica. Sem desconsiderar a existência do mercado como elemento importante, não se pode aceitar que a ele caiba a regulamentação absoluta da vida econômica. As agências controladoras de setores produtivos e serviços devem ser radicalmente modificadas, garantindo-se a efetiva participação nelas de representantes da sociedade civil.

Texto 12 - Carta ao Povo Brasileiro – 2002 Luís Inácio Lula da Silva

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

(...) O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral. O mais importante, no

entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição tem esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país. A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente.

Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país. Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação. À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores. Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

(...) Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos. Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados. O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República. Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos

ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social. O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a ideia de uma terceira década perdidas. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Texto 13 - Um partido à altura do povo brasileiro Ação Popular Socialista (APS-PSOL) Tese do campo Unidade Socialista ao 5º Congresso do PSOL

4. Não se pode perder de vista o compromisso com a denúncia do lado sombrio do capitalismo. A nossa causa histórica, que nos torna diferentes de outros setores progressistas, é a luta por direitos sociais e pela defesa dos que vivem do trabalho. Abdicar dessa centralidade é optar por vias reformistas ou liberais incapazes de resolver os problemas históricos do Brasil.

SITUAÇÃO INTERNACIONAL

14. Os movimentos que começaram na Europa com a ocupação das praças pelos “indignados” levantaram justificadas esperanças de que a velha ordem política europeia estivesse a ponto de ser derrotada. Esse processo, porém, se revelou complexo e desigual. Partidos como Die Linke, na Alemanha, e Bloco de Esquerda, em Portugal, tiveram seu auge em 2009, posteriormente perdendo popularidade, chegando em 2014 aos seus piores resultados em uma década.

15. Por outro lado, o Podemos, na Espanha, e, principalmente, o Syriza, na Grécia, se firmaram como alternativas de poder. Significativamente, são os dois países em que a crise se abateu com mais força, ao lado de Irlanda e Islândia. Índices de desemprego superiores a 25%, crise no pagamento de imóveis, despejo dos moradores e redução de pensões fizeram parte da maior crise das últimas décadas nestes países.

16. A vitória do Syriza representou uma afirmação alternativa à concepção da Troika. O governo enfrentou uma batalha difícil que não passou pelo convencimento de Bruxelas sobre a correção das suas teses, mas pela disputa da opinião pública. O mandato de Alexis Tsipras foi conferido pelo povo grego para renegociar os termos da permanência da Grécia na zona do Euro. No entanto, as instituições multilaterais europeias e os governos agiram para derrotar a Grécia e desestimular outros povos a escolherem a contestação.

17. Apesar da mostra de repúdio à continuidade da política de “austeridade” manifestada no plebiscito grego, o governo do Syriza sofreu uma enorme derrota ao aceitar um acordo que mantém na Grécia a política que há cinco anos vem infelicitando o povo, com consequências nas disputas na Espanha e Portugal, reforçando o discurso de que não há alternativas. Nestas circunstâncias, sem julgamentos morais, afirmamos que melhor teria sido não assinar o acordo e enfrentar suas consequências, partindo para o difícil processo de restauração da moeda nacional.

21. Cuba inicia um processo de reforma e modernização do seu modelo socialista, ao mesmo tempo em que reata relações com os EUA. A concessão à exploração privada de alguns setores da economia cubana, como serviços e agricultura, visa aumentar a produtividade. Mas o país também abriu a economia a investimentos estrangeiros sob regime de concessão, buscando alavancar o crescimento. Esse processo não ocorrerá sem riscos, pela formação de uma pequena burguesia ligada ao setor de serviços ou aumento dos interesses privados estrangeiros em conexão com o Estado. Só uma enorme legitimidade por parte do governo conseguirá impedir que se constitua a base material e social para disputar o retorno ao capitalismo. As reformas são necessárias, mas os riscos não podem ser desprezados. Outorgamos nossa solidariedade ao povo e ao governo Cubano e às mudanças em curso.

22. Na América Latina os efeitos da crise se fazem sentir principalmente pela queda dos preços das commodities. Na Venezuela, 15 anos após a vitória de Hugo Chávez, o país conseguiu democratizar os rendimentos do petróleo, antes destinados a enriquecer a elite e hoje meio para sustentar inúmeros programas sociais. Porém, a incapacidade de reduzir a dependência do petróleo cobra um alto preço.

23. A burocratização de setores da revolução bolivariana tem feito com que cresçam as denúncias de corrupção. Ao mesmo tempo, o boicote econômico de parte da burguesia nacional apoiada pelos EUA e a queda dos preços do petróleo mergulharam a Venezuela numa grave crise econômica. Os desdobramentos são de difícil previsão. Sem abrir mão das críticas que forem cabíveis, o PSOL deve se somar à defesa da

Venezuela e do seu processo bolivariano, já que continuamos considerando-o como anti-imperialista e anti-monopolista.

25. Neste cenário, o PSOL deve ampliar sua interlocução com partidos e movimentos das esquerdas em nível mundial, orientado mais pela necessidade de ação comum nestes enfrentamentos e menos pela busca de afinidades programáticas mais estreitas. Isto é particularmente importante porque as transformações no processo produtivo fragilizaram profundamente as organizações das classes trabalhadoras.

26. A sociedade pós-industrial contém importantes modificações na sua estrutura de classes. Alguns conceitos definidores de classe social, como uma mesma forma de inserção no processo produtivo, certa homogeneidade de acesso à renda e ao consumo e, portanto, uma razoável consciência de si mesma, só com idealismo são encontradas no que chamamos de classe trabalhadora. (...)

28. Assim, a consciência de si mesma, característica central para que uma classe se comporte como tal, não está presente na maioria do que chamamos de classe trabalhadora. Esta é uma das raízes da crise do movimento sindical e das organizações das classes trabalhadoras.

29. A substituição da identidade de classe por outras, embora não seja fenômeno novo, tem se generalizado em escala global. Identidades étnicas, de gênero ou orientação sexual, religiosas e/ou nacionais estão por trás da maior parte dos conflitos deste século.

Texto 14 - PROGRAMA: Vamos com Boulos e Sônia

Um programa anti-sistêmico, popular, radical e que combata o conservadorismo

O Brasil enfrenta uma grave crise. Enquanto a economia passa pela mais longa recessão de sua história, o desemprego e a queda da renda familiar eliminam qualquer esperança de um futuro melhor. À população mais pobre, já tão castigada, só oferecem o remédio amargo da retirada de direitos e da ampliação da exploração. Se em algum momento imaginou-se ser possível conciliar os interesses dos trabalhadores e da “Casa Grande”, a história recente demonstrou que esse caminho não é alternativa. Num país em que seis pessoas concentram a mesma riqueza que cem milhões de brasileiros, em que os bancos ampliam seu lucro em 21 % e o agronegócio amplia o desmatamento da Amazônia em 27% - num único ano – mesmo com crescimento econômico negativo, não é de se estranhar que se amplie entre o povo o medo de um futuro ainda pior.

Na política o cenário não é diferente. A dominação histórica do poder econômico transformou a política em Brasília num balcão de negócios, distante do povo, onde os atores do Estado advogam em causa própria e segundo a vontade do grande capital. O golpe de 2016 deixou ainda mais claro essa relação. Nem mesmo a democracia é um obstáculo quando os grandes interesses estão em jogo.

Por isso, é hora de termos ousadia para apresentar novas formulações, se amparando no acúmulo histórico da esquerda socialista no Brasil e no mundo, mas também, assimilando novas dinâmicas de luta e enfrentamento. Se o sistema mostra que não pode representar os nossos anseios, é hora de apresentarmos um programa anti-sistêmico capaz de apontar os verdadeiros culpados pela crise.

Se a “anti-política” cresce e fortalece saídas ainda mais conservadoras, não devemos ter medo de dizer que é preciso reinventar a política e que só a luta muda a vida. E apresentar como alternativa a radicalização da democracia, assegurando ao povo o poder de decidir sobre os principais rumos de suas vidas. Sabemos que essa não é uma tarefa fácil. É necessário combinar a luta por mudanças profundas com medidas urgentes. Os trabalhadores e trabalhadoras, os excluídos, a juventude, todos querem respostas imediatas para as filas nos hospitais, para a falta de emprego, para a falta de vaga nas creches, para o aluguel que não para de aumentar.

A compreensão de que estamos diante de novos e maiores desafios nos fez buscar também composições. A aliança entre PSOL, PCB, MTST, APIB, Mídia Ninja e outros movimentos sociais, representa um salto na construção de uma alternativa de esquerda no país. E essa aliança deve se expressar também no processo de construção de um programa eleitoral adaptado à realidade e que expresse a convergência de distintas experiências de luta.

Se queremos estar à altura dos desafios atuais não basta apresentar um programa eleitoral renovado. Ele deve ser construído também de uma nova forma. As novas dinâmicas de resistência e luta, exigem a construção de um programa participativo. O processo de construção do programa dessa aliança é, portanto, uma oportunidade para ampliar nosso debate e também difundir nossas ideias.

Texto 15 - Texto para discussão sobre o neoreformismo – José Welmowicki - 2018

Conclusões

Para terminar este material, queremos fazer uma sistematização das características e posições teóricas que unem a todas as correntes reformistas desde as primeiras correntes socialistas descritas por Marx e Engels no Manifesto até hoje, passando por Bernstein, os mencheviques, os eurocomunistas nos anos 80, o PT e agora os neorreformistas do século XXI alguns elementos teóricos **são comuns** a todos:

1. A negação de um papel dirigente da classe operária, ao contrário da visão marxista, para quem o proletariado é a classe revolucionária, que tem como projeto político a destruição do capitalismo e a luta pelo socialismo. Os primeiros socialistas utópicos e reformistas buscavam conseguir o apoio de todos os setores e classes e convencê-los da necessidade de chegar ao socialismo. Os partidos e movimentos da década de 80, 90, 2000 falavam na cidadania sem distinção de classe, e centravam na “luta por direitos democráticos e sociais” e não no antagonismo de classe com a burguesia. Hoje, os neo reformistas enfatizam a dicotomia casta e gente. Ou entre povo e oligarquia/elite, os de cima e os de baixo, etc. Cada vez mais suas bases são poli classistas, com um peso muito grande das classes médias em sua base e direção.
2. O caminho para o socialismo **não passa** pela tomada do poder e pela ditadura do proletariado. Na época de Marx e Engels, essas correntes não viam o proletariado como classe que poderia tomar o poder. Mais adiante, fim do século XIX, a estratégia da tomada do poder pelo proletariado foi associada ao “blanquismo” pelos reformistas (Bernstein). Os anarquistas são contra qualquer tipo de poder político e de Estado. Mais recentemente, fruto do fracasso do stalinismo, os *eurocomunistas* passaram a defender a *democracia como valor universal* e assim apostavam na evolução por dentro do Estado burguês, via democracia burguesa até chegar ao socialismo, levando à mesma estratégia de Bernstein. Após a queda do stalinismo, a ampla maioria desses novos movimentos ou partidos reformistas assumiu o projeto da *democratização radical do Estado*, opondo-se radicalmente à revolução socialista e a Ditadura do proletariado. O caminho para chegar a essa democratização radical seria a construção de movimentos e a participação eleitoral para ampliar os espaços democráticos e da ‘esquerda’ nas instituições do Estado e na sociedade civil.
3. Desde o início dos movimentos socialistas reformistas, e conseqüente com o item a, essas correntes aceitam formar coalizões com a burguesia em governos dentro do Estado burguês. Começando por Louis Blanc em 1848, passando por Millerand na França em 1899, até chegar ao PT brasileiro, Refundação na Itália, e mais recentemente neorreformistas como Syriza, aceitam governar com a burguesia, com a justificativa de que assim apoiam um setor progressivo da burguesia ou evitam um governo mais reacionário. Esses governos são burgueses, inimigos da classe operária, mas esses dirigentes socialistas tratam de convencer os trabalhadores que são seus amigos, levando a graves derrotas.
4. Os reformistas de hoje já não são mais socialistas utópicos ingênuos (como dizia Engels sobre Owen) que acreditam em suas teses e se sacrificam pessoalmente para implantar suas utopias; como mostraram a social democracia e o stalinismo durante o século XX, hoje são inimigos da revolução e do partido revolucionário, que tratam de derrotar e destruir para poder sustentar o estado burguês que eles defendem. O papel dos neorreformistas segue essa regra de ferro, como se viu no caso de Syriza. Por isso, a vitória da revolução passa pela derrota e destruição do reformismo de todas as variantes.

